

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM TEOLOGIA**

**RENATO BARBOSA DOS SANTOS**

**IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA  
PARENTALIDADE**

**CURITIBA**

**2013**

**RENATO BARBOSA DOS SANTOS**

**IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA  
PARENTALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia Área de concentração: Teologia Sistemático-Pastoral, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

**CURITIBA**

**2013**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

Santos, Renato Barbosa dos

S237i  
2013 Impacto da tradição bíblica no planejamento da parentalidade / Renato  
Barbosa dos Santos ; orientador, Mário Antonio Sanches. -- 2013.  
122 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2013

Bibliografia: f. 104-108

1. Religião e cultura. 2. Planejamento familiar. 3. Bioética. 4. Bíblia – História.  
5. Teologia. I. Sanches, Mario Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica do  
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.


CDD 20. ed. – 200





Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Centro de Teologia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Teologia

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 058**  
**DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado DE**  
**RENATO BARBOSA DOS SANTOS**

Aos quinze dias, do mês de julho de dois mil e treze, às dez horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Mário Antonio Sanches, Francisco Javier de la Torre Díaz e Luiz José Dietrich, para examinar a Dissertação do candidato, **Renato Barbosa dos Santos**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e doze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: "IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE". O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12 h 30 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof.Dr. Mário Antonio Sanches   
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Javier de la Torre Díaz   
Convidado Externo

Prof. Dr. Luiz José Dietrich   
Convidado Interno

**CIENTE**

  
Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR



Dedico todo trabalho aqui desenvolvido à minha amada esposa Cláudia. Sem sua presença e apoio, nada disso teria sido possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que em sua misericórdia infinita nos dá seus dons de maneira esplêndida, apesar de nossa precariedade, inspirando-nos a sempre seguir em frente na colaboração para construção de Seu Reino.

Agradeço a meus pais por terem me dado a benção de ter nascido numa família que me educou na fé cristã de maneira que o preconceito nunca fizesse parte do relacionamento com os outros. Agradeço a meu pai, Natalio, que sem perceber me inspirava a me tornar um teólogo, quando se dedicava longamente à sua leitura da Bíblia e com carinho me ensinava as verdades da fé. Ele foi meu primeiro catequista. Agradeço minha mãe, Anna Judite, que mesmo diante das dificuldades da vida, nunca permitiu que nenhum de seus filhos pudesse relativizar o valor da fé, da família, da religião e do bom caráter.

Agradeço a meu orientador, o Professor Mário Antônio Sanches, que me acolheu em seu grupo de pesquisa, permitindo minha presença em tão precioso trabalho. Sua imagem será sempre para mim o referencial do Professor que um dia poderei me tornar. Seu caráter, acolhimento e cuidado serão sempre inspiração para minha vida e minha carreira.

Meu agradecimento especial a minha querida esposa Cláudia e meus filhos Guilherme, Mariana e Gustavo. Seu apoio e compreensão foram fundamentais para a elaboração desse trabalho.

## RESUMO

O ocidente é fortemente marcado pela cultura e pela religião que teve início no Oriente Médio a partir dos Textos Sagrados que tiveram sua origem primeiramente na Mesopotâmia e posteriormente introduzida na cultura Israelita, que relata a partir da história de Abraão, o nascimento do monoteísmo. Judeus cristãos e islâmicos bebem de uma mesma fonte que, dará a cada uma dessas culturas uma religião. A pesquisa bibliográfica aqui elaborada numa perspectiva pastoral e não exegética, pôde mostrar as diferenças e as aproximações entre essas três culturas e religiões no que diz respeito ao seu efeito no planejamento de parentalidade de seus seguidores, a partir dos textos específicos de cada crença, mostrou que ser pai e ser mãe, mesmo em contextos históricos diferentes e distantes, tem se manifestado como bênção divina. Contudo, é necessário que se busque através de pesquisa de campo, uma leitura atualizada da realidade, o que ocorrerá numa próxima etapa a ser desencadeada futuramente.

**Palavras-chave:** Parentalidade; Planejamento Familiar; Teologia; Bioética; Bíblia; Corão.

## **ABSTRACT**

The west is strongly influenced by the culture and religion that began in the Middle East from the Sacred Texts that had its origin first in Mesopotamia and later introduced into Israeli culture, reporting from the story of Abraham, the birth of monotheism. Jews, Christians and Muslims drink from the same source that will give each of these cultures a religion. The literature developed here in a pastoral perspective and not exegetical, could show the differences and similarities between these three cultures and religions with regard to its effect on the planning the parenting of his followers from the specific texts of each faith, revealed that to be father and mother, even in different and distant historical contexts, has manifested itself as a divine blessing. However, it is necessary to search through field research, a more up to date reading of the current reality, which will occur in a next step to be unleashed in the future.

**Keywords:** Parenting, Family Planning; theology, bioethics, Bible, Koran.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Gênero.....	20
Gráfico 02 – Instituição onde atua.....	21
Gráfico 03 – Graduação .....	22
Gráfico 04 – Área de Pós-graduação .....	22
Gráfico 05 – Maior Titulação .....	23
Gráfico 06 – Atuação .....	23
Gráfico 07 – Descritor 01 - Identificação de gênero .....	82
Gráfico 08 – Descritor 02 - Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas .....	82
Gráfico 09 – Descritor 03 - Religião: pertença / grau de participação .....	83
Gráfico 10 – Descritor 04 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho ...	84
Gráfico 11 – Descritor 05 - Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho	84
Gráfico 12 – Descritor 06 - Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho .....	85
Gráfico 13 – Descritor 07 - Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho .....	85
Gráfico 14 – Descritor 08 - Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho .....	86
Gráfico 15 – Descritor 09 - A gravidez do primeiro/último filho foram planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar .....	87
Gráfico 16 – Descritor 10 - Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho .....	88
Gráfico 17 – Descritor 11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho .....	89
Gráfico 18 – Descritor 12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/último filho .....	93
Gráfico 19 – Descritor 13 - O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho .....	93
Gráfico 20 – Descritor 14 - O cuidado do primeiro/último filho se tornou	

preocupação constante .....	94
Gráfico 21 – Descritor 15 - A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho .....	95
Gráfico 22 – Descritor 16 - A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem .....	96
Gráfico 23 – Descritor 17 - A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança .....	96
Gráfico 24 – Descritor 18 - Ocorrência de aborto no núcleo familiar .....	97
Gráfico 25 – Descritor 41 – Influência da religião na escolha ou não do método contraceptivo .....	99
Gráfico 26 – Descritor 42 – Para o entrevistado a sexualidade está vinculada aos seguintes pontos: naturalidade/espiritualidade/promiscuidade .....	100
Gráfico 27 – Descritor 43 – Os filhos são compreendidos como sinais da bênção de Deus .....	100
Gráfico 28 – Descritor 44 – Identificar se o uso de preservativos induz à promiscuidade .....	101
Gráfico 29 – Descritor 45 Filho como projeto do casamento ou relacionamento .....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIC	Catecismo da Igreja Católica
ed.	Edição
Ed.	Editor
GE	Grupo de Especialistas
GP	Grupo de Pesquisadores
p.	Página
PPGT	Programa de Pós-Graduação em Teologia
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SPSS	Statistical Package for Social Science
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1	CONTEXTO DO PROJETO.....	13
1.2	OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	15
1.3	METODOLOGIA .....	16
1.3.1	<b>Etapas da pesquisa</b> .....	<b>16</b>
1.3.2	<b>Relatório da técnica do grupo nominal</b> .....	<b>18</b>
1.4	QUESTÃO DE 'PROJETO DE PARENTALIDADE' .....	24
<b>2</b>	<b>IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE</b> .....	<b>29</b>
2.1	PARENTALIDADE NO OCIDENTE: RELIGIÃO OU CULTURA? .....	30
2.1.1	<b>Marcas religiosas do ocidente</b> .....	<b>34</b>
2.1.2	<b>Alguns pressupostos da cultura-religião pré-bíblica</b> .....	<b>37</b>
2.1.3	<b>Mudanças nos relacionamentos pré-bíblicos</b> .....	<b>39</b>
2.2	PARENTALIDADE NO CONTEXTO BÍBLICO - JUDAÍSMO .....	43
2.2.1	<b>Abraão, o Patriarca: crise no planejamento da parentalidade</b> .....	<b>44</b>
2.2.2	<b>Judaísmo e parentalidade</b> .....	<b>49</b>
2.2.3	<b>Reflexos da história no pensamento judeu a respeito da parentalidade</b> .....	<b>57</b>
2.3	PARENTALIDADE SOB O IMPACTO DO CRISTIANISMO E DO ISLAMISMO.. .....	61
2.3.1	<b>Cristianismo e parentalidade</b> .....	<b>61</b>
2.3.1.1	A pessoa de Jesus Cristo e seu tempo .....	63
2.3.1.2	Reflexos da história no pensamento cristão a respeito da parentalidade .....	67
2.3.2	<b>Islamismo e parentalidade</b> .....	<b>75</b>
<b>3</b>	<b>DEFINIÇÃO DOS DESCRITORES</b> .....	<b>80</b>
3.1	DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO .....	81
3.2	DESCRITORES SOBRE PROJETO DE PARENTALIDADE .....	86
3.3	DESCRITORES RELACIONADOS COM O IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE .....	98
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>104</b>
	<b>ANEXO A – FICHA DOS DESCRITORES</b> .....	<b>109</b>
	<b>ANEXO B – INSTRUMENTO ENCAMINHADO PARA PROJETO PILOTO</b> .....	<b>117</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é fruto de muito trabalho individual e, paralelamente, de muito trabalho em equipe, por isso o resultado final será também apresentado de maneira que esta dinâmica esteja bem explicitada. Logo na introdução vamos perceber o quanto a pesquisa é parte de um projeto do Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, para isto introduzimos um item que aborda o contexto do projeto e outro item que aborda a questão teórica que perpassa todo o projeto, ou seja, a questão do planejamento da parentalidade.

Também na introdução vamos explicitar a metodologia do projeto, suas etapas e uma descrição detalhada da técnica de grupo nominal que possibilitou o levantamento de dados que serão analisados na terceira parte do trabalho.

Na segunda parte do trabalho aborda-se a questão teórica específica desta dissertação que se compreende como complementar às outras temáticas que envolvem o projeto como um todo.

## 1.1 CONTEXTO DO PROJETO

O Projeto desta dissertação é parte do Projeto de Pesquisa *Planejamento da parentalidade no contexto da teologia e bioética*, que conta com o apoio da Fundação Araucária - com bolsa produtividade dada ao coordenador do projeto - e está inserido no Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, que de 2003 a 2013 já obteve 21 bolsas de Iniciação Científica, sendo 9 vinculadas a estudos relacionados com os temas estudados neste projeto.

No estudo da Reprodução Humana em Bioética um dos maiores conflitos surge quando nos deparamos com a situação de pessoas com filhos ou mulheres grávidas sem terem um 'projeto de parentalidade' explícito ou implícito. Os dados indicam que cerca de 30% dos partos são abortados, este talvez seja o resultado mais dramático 'para as mães e as crianças' de uma gravidez sem projeto. Mas certamente o aborto não é a única consequência, e a gravidez é o centro de situações com fortes implicações para a mãe, para as crianças, para as famílias e para os serviços de saúde. Consideramos que há Projeto de Parentalidade: a) quando a gravidez é planejada cuidadosamente, b) quando se avalia também as

questões de riscos relacionados com a maternidade, c) quando a decisão de ter filhos é compartilhada pelos parceiros, d) quando as condições para cuidar dos filhos é avaliada, e) quando o anúncio de uma gravidez se dá num clima de aceitação e alegria, f) quando o parceiro acolhe a criança, g) quando o cuidado dos filhos é preocupação constante, h) quando a possibilidade de um aborto deliberado não é sequer considerado, i) quando a criança cresce sem violência.

Quando nos aproximamos do estudo das causas de presença ou ausência de 'projeto de parentalidade' nos deparamos com uma falta de instrumentos adequados para uma análise ampla destas relações, por causa da complexidade das questões envolvidas. Estudos realizados no âmbito da Teologia focam prioritariamente a defesa da vida e da dignidade da criança. Estudos realizados no âmbito da Saúde focam prioritariamente a defesa da vida e da dignidade da mulher. Um estudo, no âmbito da Bioética, nos desafia a uma visão mais ampla que possa desvendar a realidade a partir de perspectivas que nos permitam contemplar os dois focos da questão: a dignidade da mãe e da criança.

Devido a este quadro o Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética planeja realizar uma pesquisa qualitativa, aplicando questionário em diferentes contextos do Brasil. No entanto o pressuposto, para que uma pesquisa deste tipo tenha sucesso e seja relevante, é a existência de um instrumento de pesquisa adequado, bem elaborado. Percebemos, no entanto, que não há este instrumento adequado já elaborado para este estudo. Por isso a proposta deste projeto é elaborar e validar um instrumento que possa futuramente ser aplicado em diferentes contextos e permita uma visão mais ampla das questões que envolvem o planejamento da parentalidade.

O Instrumento precisa identificar as causas da ausência ou presença de 'projeto de parentalidade' em pessoas que já tiveram filhos. As causas podem apontar para fatores diversos, por isso o projeto buscará investigar a questão relacionando parentalidade com a) sexualidade, b) modelos de família, c) questões sociais, d) e religião. Estes itens - sexualidade, modelos de família, questões sociais, religião - passam a ser denominados neste projeto de 'fatores analisados'. Estamos cientes de que validar este instrumento (uma escala) é uma tarefa complexa, pois cada descritor precisa ser precedido de uma ampla fundamentação e depois ser testado, ser devidamente validado por especialista nas diferentes áreas e envolve o estudo e ser aplicado - como projeto piloto - em determinadas populações. No item

da metodologia vamos explicitar todas as etapas percorridas visando a validação do Instrumento.

## 1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo geral deste projeto é, portanto: Elaborar e validar um instrumento que permita uma ampla análise das causas da presença ou ausência de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos, ou seja, construir um instrumento que permita identificar o impacto dos *fatores analisados* sobre o projeto de parentalidade.

Os objetivos específicos estão diretamente relacionados com os subprojetos que integram o projeto como um todo, são eles:

- Identificar o impacto dos fatores analisados sobre o acolhimento da gravidez.

- Relacionar os fatores analisados com indícios de existência de aborto no núcleo familiar.

- Relacionar os fatores analisados com a capacidade de se assumir um projeto de parentalidade pós-fato.

- Relacionar os fatores analisados com o fato da tomada de decisão ser compartilhada ou não.

- Relacionar os fatores analisados com o fato da criança ter sido assumida por ambos os cônjuges.

- Relacionar os fatores analisados com a avaliação das condições para se cuidar dos filhos, ou não.

- Relacionar os fatores analisados com a presença de preocupação constante sobre os cuidados dos filhos.

As hipóteses da pesquisa estão relacionadas também aos subprojetos:

- O planejamento na parentalidade humana é impactado pela visão de sexualidade das pessoas envolvidas.

- A decisão sobre parentalidade é predominantemente não compartilhada pelo casal, mas deixada sob responsabilidade da mulher.

- A parentalidade usualmente é pensada no contexto familiar.
- Determinados modelos de família promovem projetos de parentalidade mais conscientes.
- A religião tem forte impacto no planejamento da parentalidade humana.
- As questões socioeconômicas impactam fortemente sobre o planejamento da parentalidade.

### 1.3 METODOLOGIA

O Projeto como um todo é composto de quatro subprojetos, cada um deles sob responsabilidade de um aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR: a) *Projeto de parentalidade e sexualidade* – mestrando Miguel Fernando Rigoni – ingresso no PPGT em março de 2011; b) *Projeto de parentalidade e modelos de família* – mestrando Juarez Celso Krum – ingresso no PPGT em agosto de 2011; c) *Projeto de parentalidade e questões sociais* – mestranda Edésia de Souza Sato – ingresso no PPGT em março de 2012; d) *Projeto de parentalidade e religião* – mestrando Renato Barbosa dos Santos – ingresso no PPGT em março de 2012. De 2011 a 2013 seis planos de trabalho PIBIC também estão relacionados com o Projeto.

#### 1.3.1 Etapas da pesquisa

O projeto, do ponto de vista organizacional se dá em dois momentos, cada um destes momentos com submissão prévia ao CEP: a) da elaboração do projeto à técnica de grupo nominal; b) da aplicação do instrumento no projeto piloto à apresentação final dos resultados:

*Primeira etapa: Da elaboração do projeto à técnica de grupo nominal*

Neste primeiro momento o projeto passou pelas seguintes questões:

- Abordagem teórica do tema: uma revisão de dados da literatura relacionada com a pesquisa. Devido o caráter complexo do tema estudado a revisão teórica se dá em diversas áreas: teologia, bioética, saúde, psicologia,



sociologia, dentre outras. A abordagem teoria será exposta abaixo no item de revisão teórica.

- Elaboração do instrumento da pesquisa: proposição dos descritores feita a partir da revisão teórica.
- Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A submissão do projeto ao CEP da PUCPR ocorreu após o ter sido aprovado no Programa de Pós-Graduação em Teologia.<sup>1</sup>
- Técnica do Grupo Nominal. É uma técnica de pensamento divergente - convergente para a produção individual e silenciosa de ideias, para discussão e esclarecimento em grupo, bem como para priorização das ideias por meio de votação independente. Consiste em reunir um grupo de especialistas – experts - em um assunto na busca de opiniões consolidadas, priorizando o acordo com criatividade e síntese, numa atitude geradora de ideias. O modo como esta técnica ocorreu será explicitado abaixo.
- Qualificação e defesa das dissertações no PPGT - Qualificação e defesa das dissertações de mestrado do Programa de Pós-graduação em Teologia: a) *Projeto de parentalidade e sexualidade* – mestrando Miguel Fernando Rigoni; b) *Projeto de parentalidade e modelos de família* – mestrando Juarez Celso Krum; c) *Projeto de parentalidade e questões sociais*- mestranda Edésia de Souza Sato; d) *Projeto de parentalidade e religião* – mestrando Renato Barbosa dos Santos.

*Segunda etapa: Da aplicação do instrumento no projeto piloto à apresentação final dos resultados:*

Para atingir plenamente o objetivo do projeto que a validação do instrumento de pesquisa, as seguintes etapas se seguirão:

- Definição do Instrumento de Pesquisa: O Instrumento da pesquisa será definido como resultado de todas as etapas anteriores do projeto: revisão

---

<sup>1</sup> O projeto fora aprovado pelo CEP da PUCPR no dia 07 de novembro de 2012, de modo que os pesquisadores assume o compromisso com as questões relacionadas com a Ética em Pesquisa no Brasil, como a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes do envolvimento de qualquer sujeito de pesquisa.

teórica, técnica do grupo nominal e críticas feitas ao longo do processo de qualificação e defesa dos 4 projetos dos mestrandos envolvidos.

- Resubmissão do Projeto ao CEP - Antes da aplicação do projeto piloto, o protocolo será novamente submetido ao CEP com a alteração dos seguintes dados: a) definição do campo de pesquisa: quem, quantos, onde; b) definição de itens de técnica de pesquisa: população e amostra estudada; c) desenho estatístico da pesquisa – feita após a definição de população e amostra; questionário que será aplicado – definido após a técnica do grupo nominal.
- Aplicação dos Instrumentos em Projeto Piloto - O projeto prevê a aplicação do instrumento em duas comunidades de diferentes partes do Paraná.
- Validação estatística - Os dados quantitativos serão analisados com apoio de software utilizado para análise de dados (estatística), já disponível nos sistemas de pesquisa da PUCPR: o SPSS, criado pela IBM. A validação estatística passa pelos seguintes elementos: Validação do Constructo: Teste não paramétrico de Kruskal-Wallis – possibilita a comparação dos ranks de escores encontrados em cada categoria na análise subjetiva e objetiva do instrumento; Validação da Consistência Interna: Análise realizada por meio do Coeficiente Alpha de Crombach; Validação da Reprodutibilidade: Análise realizada por meio do Coeficiente Concordância de Kappa.

### **1.3.2 Relatório da técnica do grupo nominal**

No projeto original planejávamos ter a participação de ao menos doze especialistas na Técnica de Grupo Nominal que atendiam os critérios definidos no projeto aprovado pelo CEP, pessoas de áreas diferentes e de áreas relacionadas com o tema estudado. Após a aprovação pelo CEP/PUCPR vinte pessoas foram inicialmente contatadas e convidadas a participar da Pesquisa. Depois do contato por e-mail e uma explicação sobre a técnica que seria composta de duas etapas: uma não presencial e também uma segunda rodada presencial, um membro da equipe de pesquisa manteve contato pessoal com cada um dos especialistas, para

explicar os objetivos e metodologia da pesquisa. Para aqueles que concordaram em participar da pesquisa fora aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entregue os descritores para serem avaliados. Cada descritor foi apresentado no formato abaixo (cf. Anexo A):

<b>Identificação de Gênero</b>	
<b>Na tua opinião este descritor é</b>	<b>Nota</b>
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>

A adesão à pesquisa fora muito boa de modo que dezesseis especialistas concordaram em participar da pesquisa e quinze cumpriram as duas etapas da técnica. Na primeira etapa – não presencial - eles fizeram a avaliação dos cinquenta e oito descritores apresentados. Os descritores avaliados foram recolhidos e analisados por meio do programa SPSS, acima referenciado – cujos resultados serão apresentados abaixo.

A segunda etapa – presencial - da técnica de grupo nominal<sup>2</sup> fora realizada com a presença destes quinze especialistas, juntamente com os membros da pesquisa. Nesta etapa foram reapresentados brevemente os objetivos da pesquisa, seguidos de uma apresentação sistemática do resultado da avaliação de cada descritor na etapa não presencial. Após a projeção de cada descritor abriu-se a discussão, com grande interesse e envolvimento dos presentes. Nota-se que o contexto interdisciplinar propiciou manifestação de opiniões em alguns momentos bastante discordantes, mas sempre num clima de complementaridade e cordialidade.

Esta segunda etapa estava sendo gravada, como previa o TCLE, e os aspectos relevantes deste debate foram transcritos e serão utilizados ao longo da pesquisa, principalmente na exposição da avaliação dos descritores. Não é relevante para a técnica contrapor a opinião de determinado perfil de especialista com a opinião de um especialista com outro perfil. Também há o compromisso em manter o sigilo, no sentido de não revelar o autor das falas usadas neste trabalho.

---

<sup>2</sup> Este momento presencial ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2012 nas dependências da PUCPR, Campus Curitiba.

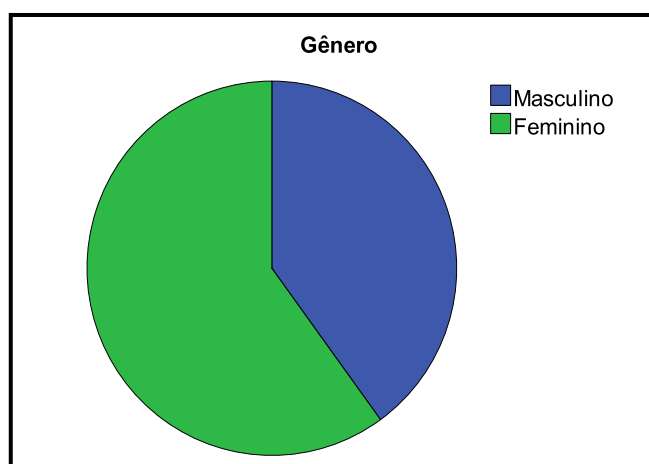
Por tudo isto optamos por identificar as falas que serão usadas na pesquisa apenas com a sigla (GE), indicando que é uma fala que surge do ‘grupo de especialistas’ sem referências aos sujeitos específicos. Os pesquisadores participaram ativamente do debate, explicitando os objetivos e manifestando as razões que levaram a formulação dos descritores tais como estão. Deste modo no debate também aparece transcrições de falas dos pesquisadores que serão identificados apenas como (GP) como sigla de ‘grupo de pesquisadores’.

Após a apresentação e discussão de todos os descritores os especialistas fizeram – de modo individual – uma reavaliação dos descritores, reavaliando a sua posição inicial, manifestando novamente a sua opinião e atribuindo notas. A partir desta segunda avaliação os descritores serão reorganizados. Esta reavaliação dos descritores será apresentada abaixo.

#### *Perfil dos especialistas:*

O perfil dos 15 especialistas que participaram das duas etapas da técnica de grupo nominal será abaixo apresentado a partir das seguintes variáveis: a) Gênero, b) instituição onde atua, c) primeira graduação, d) área de pós-graduação, e) maior titulação e f) área de atuação.

Quanto a gênero: constata-se que cerca de 60% dos especialistas era do gênero feminino e 40% masculino,



**Gráfico 1 – Gênero**

Sendo a pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação de Teologia da PUCPR, cuidou-se para que a maioria dos especialistas não fosse originária desta mesma Universidade, de modo que se conseguiu a seguinte participação de pessoas das seguintes Instituições de Curitiba: PUCPR, UFPR, FPP, UTP, CENPLAFAM, PMBCS, Pastoral Familiar.<sup>3</sup>

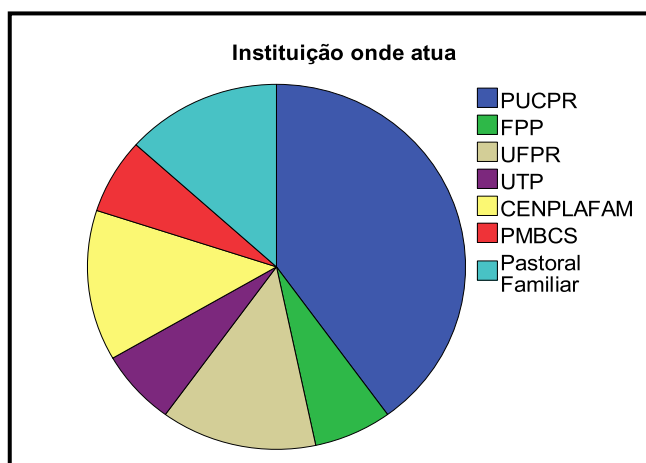
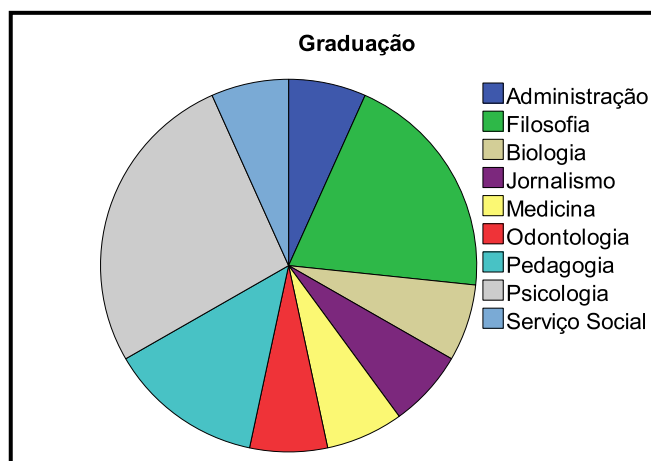


Gráfico 2 – Instituição onde atua

Uma das características da técnica de grupo nominal é a realização de uma avaliação dos descritores na perspectiva interdisciplinar, por isso a escolha dos especialistas fora pautada também a partir deste fator. Buscou-se assim reunir pessoas que pudessem expressar a partir de uma diversidade de formação acadêmica dentro da área das ciências humanas e sociais, mais afins com a temática estudada. Deste modo os especialistas reunidos apresentaram o seguinte quadro, no item curso de graduação:

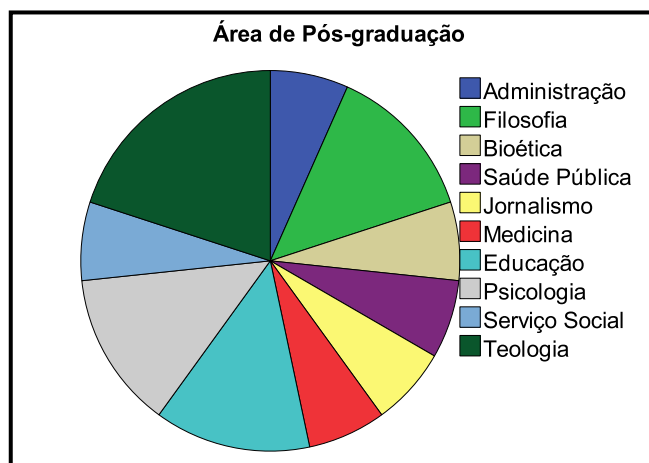
---

<sup>3</sup> FPP: Faculdades Pequeno Príncipe; UTP: Universidade Tuiuti do Paraná; CENPLAFAM: Centro de Planejamento Natural da Família – fundado em 1993 e com ação contínua deste então; PMBC: Província Marista do Brasil Centro Sul; Pastoral Familiar da Arquidiocese de Curitiba.



**Gráfico 3 - Graduação**

Atualmente há uma grande diferença entre a formação na graduação e a formação na pós-graduação, o que se verificou também dentre os especialistas convidados, de modo que o perfil dos especialistas, quanto às áreas de pós-graduação – na maior titulação – apresentou o seguinte quadro:



**Gráfico 4 – Área de Pós-graduação**

O nível de estudos dos especialistas apresentou o seguinte quadro, com mais de 50% com doutorado:

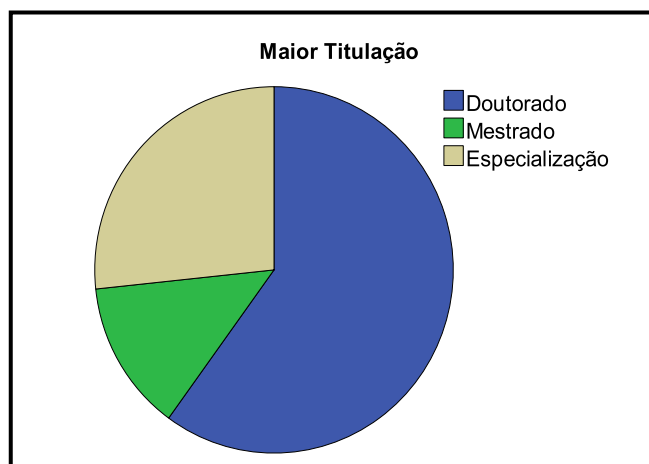


Gráfico 5 – Maior Titulação

Como mais de 50% dos especialistas convidados eram doutores isto revelou também que a atividade profissional principal destes especialistas era a docência. À parte dos especialistas que foram convidados por terem doutorado em áreas de interesse para a pesquisa os outros foram convidados por terem suas atividades profissionais vinculadas ao atendimento de famílias, quer seja em consultórios e clínicas, quer seja em atividades voluntárias como na pastoral familiar. Isto é explicitado no quadro abaixo:

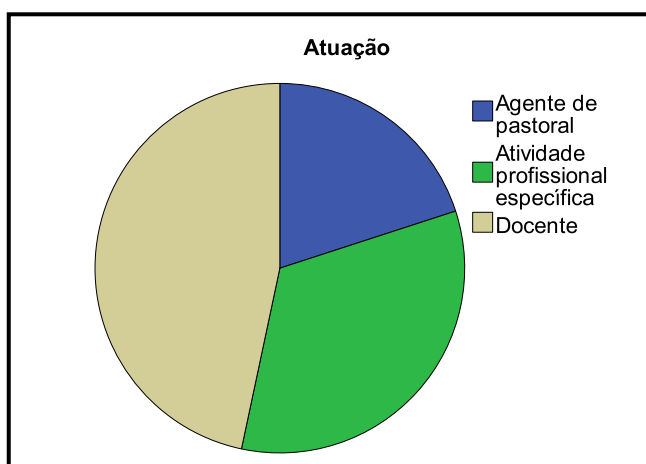


Gráfico 6 - Atuação

#### 1.4 A QUESTÃO DE 'PROJETO DE PARENTALIDADE'

No âmbito da reprodução humana o projeto de serem pais – projeto de parentalidade - precisa ser situado no contexto do projeto de vida total das pessoas envolvidas e da vida do casal. Mas independentemente do seu conteúdo estamos propondo que há um grande avanço para a sociedade quando as pessoas passam a explicitar a parentalidade como projeto, isto porque a transmissão da vida requer uma decisão pessoal e responsável, (HAERING, 1971, p. 41) e porque “cada menino ou menina tem o indiscutível direito de ser desejado antes de ser concebido.” (BEÑERAF, 2006, p. 58)

O termo parentalidade foi usado pela primeira vez, em 1961 por Paul-Claude Racamier, psiquiatra e psicanalista francês, permanecendo em desuso por mais de 20 anos. Reapareceu em 1985 com René Clement, no estudo de uma das mais severas patologias da parentalidade: as psicoses puerperais. A partir da década de 1980, no Brasil passamos a usar o neologismo do termo francês parentalité (Houzel, 2007). A parentalidade é produto do parentesco biológico do tornar-se pai e mãe.(FERÉS-CANEIRO; MAGALHÃES, 2011, p. 117).

Já há mais de 40 anos Bernhard Haering indicava que novos contextos sociais exigiam que ter filhos deixasse de ser um ato impensado para se tornar uma ação responsável, planejada. Os motivos desta mudança eram indicados: a) a redução da natalidade, que possibilitava aos casais ter o número de filhos que desejavam, sem a contínua ameaça de vê-los perecer; b) a mudança de contexto socioeconômico das famílias que passava da situação de ‘filhos a serviço da família’, para um contexto de ‘família que está a serviço dos filhos’ (HAERING, 1971, p. 42); c) os idosos não esperam mais dos filhos a sua aposentadoria. A sociedade não aplaude mais a família simplesmente numerosa e passa a julgar severamente aqueles que criam filhos sem ser capazes de educá-los devidamente. Deste modo, afirma Haering, o motivo de ter filhos passa a ser o amor recíproco dos esposos “que os faz desejar os filhos para fazê-los partícipes de seu pacto, de sua comunidade de amor” (HAERING, 1971, p. 44). Além disso, ele aponta que o problema da paternidade e maternidade responsável não brota somente das novas necessidades, mas também de novos conhecimentos como as questões de riscos relacionados com a maternidade, hoje mais bem conhecidos devido ao desenvolvimento das ciências da saúde (HAERING, 1971, p. 47).



Portanto, o tema da parentalidade não é novo e já estava presente na oitava conferência da Fundação da Federação Internacional de planejamento familiar em 1967, em Santiago do Chile, quando a presidente da federação afirma: “lutamos para que todos os filhos que venham ao mundo sejam bem-vindos” (EGUREN, 1976, p. 54). Para que cada criança que nasça seja bem-vinda é relevante que cada gravidez seja planejada, pois quando isto não ocorre, instaura-se uma situação de tensão que nem sempre tem resultado favorável ao acolhimento da criança. Por isso o amadurecimento, sem pressa, dos projetos de parentalidade contribue para que este se efetive nas melhores condições possíveis, como parte integrada no projeto de vida das pessoas envolvidas, rumo a um dos maiores desafios dos nossos dias: “um dos principais desafios das famílias no século XXI é enfrentar a carência de um modelo confiável e funcional de ser pais no mundo em mudança” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. xxxvii). Passa-se assim a falar em ‘cultura de parentalidade’ compreendida como a “predominância do amor sobre as pulsões agressivas e sexuais puras” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. 21). Neste contexto a parentalidade deixa de ser a reprodução biológica que partilhamos com outras espécies animais e se torna um “processo psicológico que se opera no homem e na mulher no caminho de tornar-se pais, que supõem um trabalho interior sobre si mesmos, no qual participam todos os membros da família” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. xxxvii).

Podemos dizer que nem sempre nascem crianças como frutos de projetos de parentalidade bem definidos e explícitos. Isto significa que podemos diferenciar os projetos de parentalidade: a) Há projetos de parentalidade propriamente dito: quando os casais refletem, planejam e decidem ter ou não filhos num determinado momento. Nestes casos são projetos de parentalidade explícitos; b) Há situações em que os filhos são aguardados e se inserem nas condições mais amplas do casal e nos seus projetos de vida. Por exemplo, pessoas casadas que constituem famílias, que não planejam explicitamente ter os filhos em um ou outro determinado momento, mas que acolhem os filhos que nascem neste contexto familiar. Podemos dizer que há nestes casos um ‘projeto de parentalidade implícito’. Na verdade este tem sido o modo de a parentalidade ocorrer na maioria dos casos, criando condições, muitas vezes ótimas, para que ela simplesmente ocorra; c) Há situações em que os filhos são gerados de modo indesejado, mas que os casais ou outras pessoas envolvidas acolhem, assumem a parentalidade. Nestes casos, não havia projeto de parentalidade prévia ao filho, nem as condições usuais para que ela

ocorra, mas o projeto se constitui por força das circunstâncias, são ‘projetos de parentalidade *pos-factum*’. Os exemplos disto são algumas mães solteiras que não haviam optado pela maternidade naquele momento, mas assumem seus filhos com responsabilidade e passam a integrá-los em seus projetos de vida; e d) Há as situações em que a parentalidade é negada, não desejada. Infelizmente crianças surgem em contextos onde há uma negação da parentalidade – ‘ausência de projeto de parentalidade’–, onde as crianças são eliminadas por aborto e infanticídio ou crescem sendo rejeitadas sistematicamente.

Algumas pesquisas americanas, realizadas em diferentes países indicam uma ausência generalizada de diálogo no casal no que refere à fecundidade e planejamento familiar, e parece sugerir que o planejamento realizado pelo casal somente se inicia quando já se há produzido o nascimento de um ou dois filhos (MASSÉ, 2008, p. 14).

Desconhecemos no Brasil pesquisas que indiquem a relação entre o número de crianças que nascem com os diferentes projetos de parentalidade. Gostaríamos de formular uma hipótese de que há uma relação direta entre o ‘tipo de projeto de parentalidade’ e a ‘qualidade de cuidado que a criança recebe’.

Outros aspectos poderiam também ser abordados, principalmente os relacionados à saúde da mulher. As condições de ausência total de projeto de parentalidade podem ser uma dentre as muitas causas que levam à mortalidade materna, visto que ela ocorre impactada por muitos fatores (MARSTON, & CLELAND, 2004, p. 8).

Há, sem dúvida, por parte da sociedade como um todo, governo, igrejas, escolas, imprensa, etc. um crescente incentivo ao planejamento familiar, visto como uma necessidade para que os filhos sejam pensados e criados responsavelmente, ou seja, em vista a uma parentalidade responsável. No Brasil, o planejamento familiar é transformado num direito do cidadão, para o qual o cidadão pode solicitar apoio do Estado, conforme a Constituição Federal, artigo 226, § 7º:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado

propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.<sup>4</sup>

A parentalidade está composta de dois polos que não podem ser considerados separadamente: os ‘pais’ que planejam e os ‘filhos’ que são gerados como fruto deste projeto. O primeiro enfoque – os pais – é complexo e abre-se para a questão dos direitos reprodutivos. Temos ouvido, em Congressos de Bioética, pessoas – profissionais que atuam em Clínicas de Reprodução Assistida – defendendo que parentalidade é um projeto egoísta. As pessoas querem filhos para satisfazer seu próprio desejo, posição esta que também fora relatada por Benagiano, quando alguém afirmava: “Eu quero um filho, eu quero a todo custo, até mesmo ao custo de não assegurar a ele/ela o melhor futuro possível” (BENAGIANO, 2001, p. 72). Certamente o desejo de ter filhos é um desejo autêntico, que promove e realiza as pessoas, mas sem uma boa dose de amor altruísta ele se afasta do que se entende por parentalidade responsável, que pressupõe algumas exigências para que ela de fato ocorra (RHONHEIMER, 2004, p. 32).

A parentalidade pressupõe o bem estar do casal que planeja, mas o seu foco está voltado para o bem dos filhos – o segundo polo de toda parentalidade – pois a “parentalidade é algo maravilhoso: sua grandeza deriva da dignidade pessoal dos filhos” (FORD, 2008, p. 46). Isto é algo evidente, mas que não pode ser esquecido: não há nobreza na parentalidade desvinculada do respeito à dignidade e à vida dos filhos. Parentalidade não é apenas um projeto de crescimento e satisfação pessoal, pois a sua realização implica necessariamente na geração de vidas humanas, sendo um projeto voltado para a vida. Parece-nos razoável dizer que sem o devido cuidado com as vidas que surgirão, este projeto se torna contraditório.

A reprodução humana – ter filhos – se constitui num evento central nas famílias de modo que são elaboradas instituições para expressar a relação que surge com a reprodução e que deve permanecer ao longo de toda a vida. As instituições mais conhecidas são a ‘maternidade’ e a ‘paternidade’. No contexto dos estudos da moral e da ética intensifica-se já na primeira metade do século XX a preocupação com a reprodução humana e para falar da responsabilidade sobre os processos reprodutivos surge a expressão ‘paternidade responsável’ compreendida como

---

<sup>4</sup> Ver também Lei 9.263/96.

“reflexão e a decisão altamente ponderada, à base de um ato de amor autêntico, tomada depois de um diálogo entre ambos os esposos, sobre a oportunidade de ampliar a família ou o dever de espaçar a transmissão da vida de acordo com o bem pessoal das duas partes dialogantes e da adequada educação dos filhos já nascidos” (EGUREN, 1976, p. 52).

Assim, o termo paternidade responsável passa a ser cada vez mais usado como expressão do consenso de que o planejamento familiar é necessário. Evidentemente que o consenso termina aí, pois o conteúdo e o método do planejamento são distintos no pensamento da Igreja e nas organizações internacionais que propõem o tema. Podemos dizer que para a Igreja a parentalidade responsável significa: ter os filhos que naturalmente surgem do relacionamento amoroso dos esposos e que o casal possa educar adequadamente. Portanto, é tido como irresponsabilidade: a) gerar filhos sem poder educar adequadamente; b) gerar filhos sem ser de modo natural; c) não gerar os filhos que se poderia ter naturalmente e educar adequadamente; d) gerar filhos fora do casamento; e e) imposição do ato conjugal sem consentimento.

Deste modo, para a Igreja, planejamento familiar não significa necessariamente diminuir o número de filhos simplesmente, mas ter os filhos que se pode assumir com responsabilidade. Neste contexto, ‘planejamento familiar’ passa a ser mais aceito do que ‘controle de natalidade’, visto que este termo pode incluir uma redução das taxas de natalidade a qualquer preço. De fato, muitas vezes o aborto é parte da agenda do planejamento familiar de algumas organizações o que será visto pela Igreja como inadequado: “O aborto é a contradição mais clara contra a paternidade e maternidade responsável, porque é o *não* mais violento contra a vida humana precisamente depois de haver transmitido esta vida” (HARING, 1971, p. 79).

O termo ‘paternidade responsável’ era usado com a compreensão de que este englobava também os cuidados maternos. Por causa da crítica, indicando o viés ideológico patriarcal desse termo, adotamos neste trabalho o termo ‘parentalidade’ – originado na área da psicologia - pois nos parece mais apropriado para manifestar os conceitos expressos em ‘paternidade’ e ‘maternidade’.

Atualmente, fala-se de parentalidade responsável, e neste projeto temos insistido no conceito de ‘projeto de parentalidade’, como o primeiro e indispensável elemento do planejamento familiar. No contexto de uma sociedade secular os

projetos de parentalidade podem ter diferentes conteúdos e métodos, mas necessariamente demonstram um padrão ético diferenciado, pois exige uma tomada de consciência dos processos que envolvem a reprodução humana, e significa a superação do 'ter filhos sem pensar no assunto'.

Investigar as causas da presença/ausência de projeto de parentalidade é um trabalho complexo, pois precisa contemplar uma variada gama de perspectivas, por isso, neste projeto, queremos investigar a questão situando a relação da parentalidade com quatro questões: sexualidade, modelos de família, questões sociais, religião.

O próximo item da pesquisa, como já foi destacado na introdução é resultado de um trabalho individual específico sobre o subprojeto que trata do *Projeto de parentalidade e modelos de família*. Procurar-se-á entender o impacto dos modelos de família no Projeto de parentalidade.

## **2 IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE**

Dentro do grande projeto de pesquisa sobre o Projeto de Parentalidade existe uma perspectiva que, a nosso ver, é também significativa. Trata-se da Tradição Bíblica e sua influência no planejamento da parentalidade. Para tanto, o fio condutor que possibilitará a pesquisa aqui proposta, será em primeiro lugar a Bíblia, tanto no Novo testamento quanto no Antigo testamento. É de extrema importância compreender que não se trata de um trabalho de exegese, mas da busca de respostas às questões aqui propostas a partir da revelação divina, onde Deus se manifesta ao ser humano, como afirma A Constituição Dogmática *Dei Verbum* (DV, n. 167):

Pela revelação divina quis Deus manifestar-Se a si mesmo e os decretos eternos de Sua vontade acerca da salvação dos homens, “a saber, para fazer participar os bens divinos, que superam inteiramente a capacidade da mente humana”.

Consciente da complexidade de uma pesquisa bíblico-exegética, a proposta desse trabalho se dá no sentido de buscar reconhecer a partir dos textos sagrados,

a manifestação do pensamento religioso em seu contexto histórico-cultural, no que diz respeito ao valor da vida humana no seio de uma família formada por um pai e uma mãe que, cumprindo com o mandado divino de Gênesis 1,28: “Sede fecundos, multiplicai-vos”, tornam-se cocriadores na contínua obra de Deus.

Infelizmente não cabe neste trabalho um estudo mais aprofundado dos textos bíblicos, mas é a partir deles que se desenrolará toda a reflexão aqui proposta. Outro texto sagrado a ser estudado com o mesmo reconhecimento dos limites desta pesquisa é o Corão, fonte da fé Islâmica, por esta fazer parte das chamadas religiões do Livro (BORAU, 2008), que são o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, colocados nessa ordem devido à sequência histórica do surgimento de cada uma. Tanto para o Cristianismo como para o Islamismo, a *Tanakh*, texto sagrado do Judaísmo (BORAU, 2008, p. 23), reconhecido pelos Cristãos como Antigo Testamento, é que dá as bases da fé monoteísta seguida por essas três grandes religiões a serem estudadas nesse trabalho, com o intuito de verificar nelas, sua influência no planejamento da parentalidade.

Os limites dessa pesquisa são restritos pelos objetivos a que se propõe. No entanto, é clara a consciência da importância de uma busca mais profunda de informações que não se esgota em um único trabalho, bem como a necessidade da apreciação de outras perspectivas que possam revelar a grandeza desse tema que tange à temática do cuidado da vida humana. Entretanto, reconhecer os limites da pesquisa aqui proposta, não significa tratar com superficialidade tão importante tema, mas estar ciente de que há muito ainda a se dizer, pois, como afirma Sanches (2012, p. 11): “Falar com humildade é tomar consciência de que há muitos fatores que limitam nossa fala”.

## 2.1 PARENTALIDADE NO OCIDENTE: RELIGIÃO OU CULTURA?

Quando estudamos a parentalidade – ser mãe e ser pai - no ocidente, nos deparamos constantemente com a influência das religiões, no entanto nos indagamos se, para este tema específico, a religião é que influenciou cultura ou, ao contrário, a cultura é que marca profundamente a religião? Certamente não temos condições de esgotar aqui este assunto, e talvez não seja possível separar os aspectos culturais dos aspectos religiosos, mas gostaríamos de manter em mente esta complexa relação.

Por isto nesta sessão iremos à busca de dados que possam elucidar a relação entre cultura e religião, no sentido de verificar as marcas deixas numa e noutra pelas influências de cada uma sobre a outra.

Primeiramente se faz necessário o reconhecimento do conceito de cultura, para que seja possível distinguir uma coisa da outra, respeitando assim os limites entre cultura e religião. Franz Boas afirma que:

Pode-se definir a cultura como a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo para consigo mesmo. (BOAS, 2010, p. 113)

Entretanto, para se falar de religião se faz necessário perceber que há algo diferente entre relações culturais e relações religiosas. Nas relações culturais os objetos podem ser vistos e conhecidos na sua materialidade, além dos aspectos subjetivos que os envolvem. Uma amizade entre duas crianças se dá nas experiências do dia a dia com a presença física durante as brincadeiras, e com a expectativa do dia seguinte que lhes dará a oportunidade de novas aventuras. Na relação religiosa o fundamento é a fé que se manifesta na crença, como afirma Sanches (2010, p. 155):

A crença é um elemento básico da realidade cognitiva humana, um ingrediente da vida, que permite aceitar ou não, defender ou não, reconhecer ou não, uma infinidade de elementos e situações do cotidiano. Objetos de crença são aqueles elementos e situações que fogem do controle e do domínio pleno, mas perante os quais é preciso assumir uma atitude. A crença está presente desde situações rotineiras até grandes decisões da vida. [...] A capacidade de decidir nasce também da capacidade de crer.

Entretanto, o ser humano também aprende a crer em meio ao seu contexto cultural. Um exemplo interessante é o exemplo do povo Assírio, o qual adorava uma divindade que mostrava claramente a identidade de seu povo. Como afirma Mckenzie (1971, p. 68): “Povo e Deus combinavam perfeitamente, pois prestando culto a Assur, os assírios estavam cultuando a si mesmos, como povo conquistador. De fato, nenhum outro povo podia adorar a Assur”. Aqui é possível perceber a relação entra a cultura de um povo e a maneira com que este povo se relaciona com

o sagrado, e no caso dos assírios, é evidente que sua fé sacralizava seu modo de ser no mundo.

Certamente podemos afirmar que cada uma das grandes religiões surgiu dentro de um determinado contexto socio-histórico-cultural. Sendo assim, a importância de reconhecer que é a partir da cultura que se formam os conceitos religiosos é fundamental para que se reconheça os efeitos dessa relação na maneira de um povo que comunga da mesma fé enfrenta os desafios de seu contexto.

Na cultura se manifesta a identidade de um povo revelando seu modo de pensar e reagir aos desafios que encontra em sua existência. Se crer é necessário, também o é saber no que crer, e isso acontece no contexto cultural onde cada indivíduo é inserido e nele educado, ou socializado a partir de referenciais propostos por cada cultura onde os valores e leis ganham seu sentido máximo quando colocados na boca de sua divindade, o que garante sua aceitação e seguimento, pois: “Um deus é a personificação de um poder motivador ou de um sistema de valores que funciona para a vida humana e para o universo (CAMPBELL; MOYERS, p. 24, 1990).

É em seu contexto histórico que o ser humano constrói a partir de seus questionamentos sobre fenômenos que não consegue explicar, o pensamento religioso, de maneira que aquilo que não se explica naturalmente ganhe um sentido sobrenatural e com isso situe o elemento e seu grupo dentro do seu mundo.

A religião fala do Transcendente, do Eterno e do Absoluto, no entanto, este Absoluto só pode ser abordado e compreendido a partir da perspectiva humana. A diversidade religiosa nasce desta diversidade de perspectivas culturais, de perspectivas humanas, na compreensão do Absoluto. (SANCHES, 2004, p. 51)

Como afirma Tillich (1988, p. 160), “cada religião é em si mesma um fenômeno cultural”. Entretanto é interessante perceber o quanto esse fenômeno abrange as culturas humanas, e como afirma Hefner (2000, p. 91), “cultura é onde a religião acontece; religião está localizada dentro da cultura”. Entretanto, é importante perceber que a cultura também é marcada pela religião, pois sabe-se que o ser humano, desde seu aparecimento no palco da história, manifesta o desenvolvimento de uma atividade religiosa, e que segundo Rampazzo (1996 p. 51) “todas as tribos e todas as populações de qualquer nível cultural, cultivaram alguma forma de religião”, e que “todas as culturas são profundamente marcadas pela religião” (RAMPAZZO,



1996, p. 52). Porém, segundo Geertz (1989, p. 124-125), a afirmação de que todas as sociedades e todos os homens são religiosos não tem confirmação científica, por não ter um estudo antropológico a respeito desse tema, especificamente elaborado, que mostre com clareza tal afirmação. Contudo, Mondin (1983, p. 219), discorda dessa opinião:

Uma manifestação tipicamente humana é a religião. Ela não está presente nos outros seres vivos, mas somente no homem. E é uma manifestação que, se abarcarmos a humanidade inteira seja com relação ao espaço quanto ao tempo e não somente este ou aquele outro grupo de uma época histórica particular, assume proporções notabilíssimas. Os antropólogos informam-nos que o homem desenvolveu uma atividade religiosa desde sua primeira aparição na cena da história e que todas as tribos e todas as populações de qualquer nível cultural cultivaram alguma forma de religião. Ademais, é coisa mais que sabida que todas as culturas são profundamente marcadas pela religião e que as melhores produções artísticas e literárias, não só das civilizações antigas, mas também das modernas, se inspiram em motivos religiosos.

Apesar dessa controvérsia, neste trabalho a religião será estudada a partir de uma perspectiva que a reconheça como fator que influencia a existência do ser humano enquanto ser religioso, mas, sem esquecer que a religião nasce no contexto cultural onde se encontra o indivíduo e sua sociedade, pois, é nesse contexto que desde criança, ele conhece a religião, como afirma Peretti (2010, p. 61):

O ser humano acede existencialmente ao conhecimento de Deus por muitas vias. A pessoa se abre frequentemente a Deus desde sua infância, graças à educação recebida. Em outros momentos, a palavra e o testemunho dos outros permitem descobrir que a existência humana é chamada a uma dimensão desconhecida precedentemente e que, todavia, constitui a instância definitiva. Ou então podem ser as experiências de abertura antes indicadas a levar o ser humano para Deus.

Cada cultura vive sua religião e dentro dela o ser humano se projeta rumo a uma busca que deverá culminar no encontro entre sua materialidade e sua transcendência. Nesse processo há toda uma gama de valores que colaboram na construção de normas éticas que conduzem um povo e isso é diretamente influenciado pela religião, que sendo um “sistema organizado de símbolos, ligados à tradição, contribui para que os indivíduos concretos adotem sua atitude religiosa pessoal” (RAMPAZZO, 1996, p. 52).

A existência do ser humano é profundamente marcada pela religião, mesmo que de forma negativa. Entretanto, quando bem situada ela possibilita uma

existência mais plena e comprometida com toda a criação. Como afirma Rampazzo (1996, p. 54): “A religião faz parte do ser do homem: sem ela, o homem fica mutilado da dimensão fundamental da própria existência”. É inserido em uma cultura que o sujeito pode viver sua transcendência. Quanto a isso, Geertz (1989, p. 104) afirma que:

Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem arrumado para acomodar tal tipo de vida.

### 2.1.1 Marcas religiosas do ocidente

Apesar da existência de um grande número de religiões no mundo, buscaremos nesse trabalho identificar esses reflexos nas Religiões do Livro (BORAU, 2008), que são o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. A origem delas é contada a partir dos textos sagrados que têm como base a tradição da *Tanakh* que para os Cristãos é o Antigo Testamento da Bíblia, sendo que o Islamismo sofre influência tanto do Antigo como do Novo Testamento da Bíblia (BORAU, 2008, p. 104). A presença destas religiões, que seguem uma mesma origem referencial com base nos Textos Sagrados, marcou de maneira contundente a cultura ocidental.

As Sagradas Escrituras são o universo dentro do qual a literatura e a arte ocidentais atuaram até o século XVIII e ainda estão atuando em grande parte". Essa afirmação do conhecido ensaio “O grande código”, de **Northrop Frye**(1981) sobre a relação entre Bíblia e literatura registra um dado facilmente acessível a quem vasculhar a história cultural do **Ocidente**: durante séculos, de fato, a Bíblia foi o imenso léxico ou repertório iconográfico, ideológico e literário ao qual se recorreu constantemente em nível culto e em nível popular.

E se **Erich Auerbach**, no seu famoso *Mimesis* (1946), havia reconhecido na **Bíblia** e na **Odisséia** os dois modelos cruciais para a nossa cultura, **Nietzsche**, nos materiais preparatórios de *Aurora* (1881), confessava igualmente que "para nós **Abraão** é maior do que qualquer outra pessoa da história grega ou alemã". (RAVASI, 2012)

Tal realidade confirma a opção pelas três religiões monoteístas no sentido de buscar compreender a diversidade a partir de uma única origem, ou seja, de uma família que gerou três grandes religiões que tem influenciado a história desde suas origens no mundo ocidental.

Buscaremos compreender como cada uma dessas religiões tem influenciado em seus fiéis a forma de se relacionar com a reprodução humana e na maneira com que as famílias dentro do seu conceito religioso se relacionam com a parentalidade. Como essas religiões propõem ou impõem a seus fiéis a maneira de serem ou não pais e mães, se os filhos são uma bênção e parte do todo que dá sentido à vida. Poderemos também verificar se as religiões propõem uma participação ativa do pai e da mãe no projeto de parentalidade, se esse projeto é divino ou humano, ou ainda, se seria um projeto elaborado a seis mãos, ou melhor, por três corações. E, também, como as religiões aqui propostas consideram a questão do aborto.

A principal fonte de nossa pesquisa literária serão os textos sagrados e depois deles outras publicações acerca desse tema. Em uma primeira leitura, ainda que superficial, podemos observar que quando voltamos nosso olhar na busca de resposta às questões que até aqui levantamos, mesmo que ainda de maneira restrita pelo estágio de nossa pesquisa, poderemos verificar pontos comuns, bem como discrepâncias na tríade monoteísta.

Se olharmos para o Judaísmo e Cristianismo, temos como fonte comum o Antigo Testamento para os cristãos, e a *Tanakh* para os Judeus e que também influencia o Islamismo que o cita várias vezes (como na *Suratu Al-Baqarah*, no versículo 133, do Corão: “Adoraremos ao teu deus e ao deus de teus pais – Abraão e Ismael e Isaque – como um deus único”).

Ao buscá-lo poderemos observar em seu contexto que a fertilidade é uma bênção divina. Como por exemplo, no caso de Abraão (Gn 21) um bem supremo e inigualável. Abraão não se preocupava tanto com outras coisas quanto com a promessa por uma descendência vigorosa e incontável. Um filho legítimo, nascido da união entre o esposo e a esposa, apesar da possibilidade de uma escrava gerar filhos para o casal, é o sinal legítimo da bênção de Deus e certeza da continuidade da família e da permanência dos bens conquistados na família. Para Abraão não adianta nada receber muitas bênçãos de Deus e não ter um herdeiro legítimo (Gn 15).

É importante observar que o amor à descendência não se compara com posses. O filho querido por Abraão é o único digno de desfrutar do resultado do esforço de toda uma vida. Esse filho é querido e amado muito tempo antes de ser efetivamente gerado. Potencialmente, ele já existia na vida de Abraão e Sara, fazendo parte de seus mais remotos planos. Uma casa de família repleta de filhos é

sinal da bênção de Deus que eterniza na descendência o amor do casal que os gera, ama e educa. Tal é a importância dada à descendência na história de Abraão que toma os capítulos 15, 16, 17,18, 21 e 22 do livro do Gênesis.

Já nos Evangelhos, Deus se revela por meio de seu filho, Jesus Cristo, que nasce pela ação do Espírito Santo do seio da Virgem Maria. A descendência divina introduzida no mundo por meio de Jesus Cristo é portadora de redenção e salvação. É a Boa Nova que vem mostrar que Deus está presente fisicamente entre a humanidade através de seu Filho, e que seu Reino está no meio de nós.

O Islamismo trata a vida de forma totalmente sagrada, pois a vida toda é regida pelo Corão e nada escapa ao cuidado de Deus que está tão próximo quanto nossa veia jugular (SAMUEL, 1997, p. 237). Ou seja, a sacralidade da vida é refletida a partir do cuidado com que o próprio Allah tem dela. É a partir do cuidado divino conosco, que devemos refletir o cuidado com tudo que nos cerca e perpassa todos os seus momentos.

De fato, há muito a se pesquisar a partir dos textos sagrados e da história dessas religiões. Mas há outra questão relevante a ser estudada que se dá no sentido de verificar como essas religiões tratam na atualidade a maternidade, se há e quais são suas ações em apoio à maternidade no ocidente. Poderemos verificar se a religião influencia a sociedade no que tange ao cuidado com a mãe, e se o direito dessa mãe em cuidar de seu filho, de amamentá-lo, e fazer-se presente no seu processo educacional e se a religião propõe isso a seus fiéis.

Outro aspecto importante a ser pesquisado se dá na verificação sobre o apoio dado pelas religiões à criança no ocidente. Como elas são tratadas e acolhidas pelas religiões, como são educadas na fé, o que a religião faz pelas crianças no seu contexto social, pois como afirma Pronthero (2010, p. 7) “religião não é meramente um assunto da vida privada, como pregam os humanistas seculares tão em moda. Ela tem importância social, econômica, política e militar”. Essa afirmação nos dá maior clareza a respeito do estudo que aqui nos propomos, diante dos desafios que nos esperam, pois desde suas origens até hoje, ocorreram muitas mudanças que certamente influenciaram a maneira do ser humano se relacionar com o outro e com toda a criação divina. Como afirma Küng (2004, p. 15):

Não obstante, ao longo dos milênios, todas as religiões passaram por um desenvolvimento orgânico, mas também por rupturas, crises e reformulações mais ou menos claras, por grandes mudanças de

paradigmas. Todas essas religiões têm sua época de origem, sua forma primitiva, sua configuração de meia idade e sua reformulação no confronto com a era moderna. E todas elas encontram-se hoje em meio à transição para uma nova época, que podemos chamar de pós-moderna ou qualquer outro nome que se queira dar, não sendo fácil prever-se qual será seu futuro no terceiro milênio. Vivemos em uma estimulante época de transição, que nos traz muitos receios, mas também muitas esperanças.

As mudanças sofridas pelas religiões estão diretamente ligadas à forma com que o ser humano evoluiu em suas relações dentro de suas culturas. A globalização e o desenvolvimento da técnica na pesquisa científica tem sido os agentes mais agudos dessas mudanças na atualidade.

### **2.1.2 Alguns pressupostos da cultura-religião pré-bíblica**

Para que se possa tratar adequadamente do tema do planejamento da parentalidade a partir dos efeitos que o elemento religioso nele provoca, se faz necessária uma busca de dados a partir de alguns registros mais remotos a respeito das culturas humanas que foram desenvolvidas ao longo da existência do ser humano a partir da história registrada e conhecida. Ainda que para isso tenhamos que reconhecer, como afirma Weber (1970, p. 19), a pré-história como pano de fundo da história, que registra a partir de 3.500 a.C. os chamados povos de cultura superior, representados pelos “quatro grandes baluartes da história” (WEBER, 1970,p. 20), a saber: a cultura egípcia, acádico-sumero-babilônico (sic), chinês e hindu” (WEBER, 1970, p. 20) que influenciaram diretamente o desenvolvimento da cultura e da história das religiões que hoje conhecemos, mesmo que essa busca seja necessariamente superficial e restrita à tríade mesopotâmica (acádico-sumero-babilônico) e à egípcia, diante dos limites que o objetivo desse trabalho propõe.

No pensamento ocidental, antes do desenvolvimento da tríade monoteísta, algumas ideias sobre parentalidade já estavam presentes. Na Grécia antiga apesar de não existir uma palavra na língua grega que designasse a família tal como conhecemos hoje, pois *oikos* abrange a esposa, os filhos, os escravos e todos os bens de um homem (MCLAREN, 1997, p. 22), é nesse grupo “familiar” que ocorre o planejamento da parentalidade de acordo com o contexto cultural da época. Entretanto, a vida de homens e mulheres na sociedade grega, ocorria de maneira completamente separada, de maneira que os homens dominavam a esfera pública e as mulheres a esfera doméstica (MCLAREN, 1997, p. 23). Um ponto interessante

nesse contexto, se dá na questão da adoção, que se dava de maneira que se adotasse um homem adulto no caso de não haver herdeiro masculino nascido do pai e da mãe da família. Isso tinha uma função muito objetiva, pois tratava-se de assegurar a proteção da propriedade da família (MCLAREN, 1997, p. 24). As questões referentes à parentalidade eram tratadas de acordo com a necessidade ou não de nascimentos, e no sentido de eliminar eugenicamente as crianças consideradas inaptas, assim como regular a fertilidade para que o número de nascimentos não excedesse a capacidade da comunidade de manutenção de sua população. Contudo, no que se refere à medicina da época, há muito mais referências à curas de esterilidade do que sobre métodos contraceptivos, pois a mulher estéril corria o risco de seu marido divorciar-se dela em virtude de sua infertilidade (MCLAREN, 1997, p. 31). Quanto à idade ideal para casar-se, Aristóteles, assim como Platão, sugeriu que fosse de acordo com essa regulamentação do número populacional, bem como a utilização do aborto “antes que o senso de vida tenha início no embrião” (MCLAREN, 1997, p. 26). Porém, as mulheres preferiam controlar sua fertilidade antes de optar pelo aborto devido aos riscos inerentes nele (MCLAREN, 1997, p. 36). Mas, a opção de aceitar ou não o filho era do pai e não da mãe (MCLAREN, 1997, p. 42).

O que se percebe nesse contexto histórico, porém, é que o que menos importava era a questão afetiva do relacionamento. Sua principal função era manter o patrimônio familiar.

Nesta ordem social, o “planejamento familiar” se dava em dois âmbitos muito diferentes. Um era o âmbito extramatrimonial, onde se dava uma grande tolerância a que os homens tivessem cortesãs, concubinas, escravas, prostitutas para o prazer e as necessidades do corpo. Outro era o âmbito matrimonial, onde as esposas serviam primordialmente para “procriar filhos legítimos” e onde elas mesmas tinham que tomar a decisão de limitar a natalidade abundante ou a que colocava sua vida em risco. (TORRE DIAS, 2013)

Como foi possível perceber, o que na tríade monoteísta se discute e afirma com respeito à família e dentro dela a parentalidade, já vinha sendo discutida e refletida de maneira profunda no ocidente.

### 2.1.3 Mudanças nos relacionamentos pré-bíblicos

O que se percebe, contudo, é que houve mudanças ao longo do tempo e das mudanças culturais que ocorreram nesses períodos em que as culturas foram se integrando e miscigenando, conforme uma nação dominava outra. De certa maneira, o ser humano vai assumindo um cuidado maior com a vida em perspectivas diferentes do que inicialmente se percebia. O cuidado e a individualização vão assumindo um lugar mais importante nas relações dentro da humanidade e dela para fora. Na afirmação de Alfred Weber (1970, p. 30), o ser humano “é o único ser para o qual as coisas que realiza se transformam num objecto (sic), isto é, adquirem uma individualidade própria, e são, por isso, susceptíveis de modificação”. O indivíduo humano necessita individualizar seu objeto de relacionamento para ter com ele uma relação significativa e existencial.

Essa relação confirma sua existência e justifica seu modo de ser, projetando-o para além de sua materialidade, contudo, interpretando sua transcendência a partir de sua imanência. Assim a humanidade vem se relacionando com o sagrado, a partir de sua percepção do mundo à sua volta. Para John L. Mckenzie (1971, p.82), os deuses gregos bem como os deuses dos antigos povos semitas são “meros reflexos da experiência humana individual e coletiva, e não se elevam acima do homem que os criou”. Essa inquietante afirmação, chama a atenção para o fato de que toda consciência humana a respeito da existência de um Deus, nesse período histórico, vem de uma necessidade de justificação de seu ser. É, aparentemente, mais uma busca do que uma afirmação. Entretanto, já se manifesta como busca de sentido.

Contudo, a relação com a transcendência nesse período histórico limita-se ao meio, ao contexto em que se encontra esse ser humano que desperta para a busca de razões de seu modo de ser. Mckenzie chama a atenção para o fato de que:

A religião dos antigos semitas era uma religião da natureza, pois as divindades, de uma ou outra maneira, se identificam com as forças da natureza, além dela ou acima dela. Pelo fato de as forças da natureza serem muitas, os deuses estavam em conflito de vez em quando, não havendo um que impusesse ordem a partir de uma instância superior. Para o homem pré-científico, a natureza era misteriosa e temível. Ela podia abençoar, mas podia também dar golpes catastróficos. Residia nela um poder superior que escapava ao controle do homem. O homem pré-científico identificava estas forças misteriosas com seres personificados à imitação do seu próprio ser, e os adorava como deuses. Prestava culto à

criatura, não ao criador, e procurava seus deuses nas coisas materiais e não nas espirituais.” (MCKENZIE, 1971, p. 61)

Surge então a questão que reflete se essa forma de religiosidade seria uma clara manifestação de uma busca por Deus? Ou então da origem de um povo, de sua cosmogonia, da raiz de sua identidade? Ou será uma forma de justificar seu modo de ser no mundo? Para Mckenzie, que comenta a respeito do povo Assírio, parece claro que na imagem de seu deus, a humanidade sacraliza sua cultura:

Em nenhum povo podemos ver este fenômeno mais claramente, no antigo mundo semítico, do que nos Assírios, cujo deus Assur portava o mesmo nome que seu povo e a cidade na qual estava seu templo. Assur era um deus estranhamente impessoal, um conquistador, como seu próprio povo; é ele que o conduz para a guerra e lhe dá a vitória. É a personificação da rude eficiência do conquistador e da dura indiferença da fatalidade para aqueles que caem debaixo de sua máquina militar. Povo e Deus combinavam perfeitamente, pois prestando culto a Assur, os assírios estavam cultuando a si mesmos, como povo conquistador. De fato, nenhum outro povo podia adorar a Assur. Raramente um espírito nacional foi tão bem assumido hipostaticamente, e provavelmente não estaremos muito errados se julgarmos que nesta expressão religiosa de ambição nacional se encontra um fator importante do tremendo impulso de expansão e do supremo sucesso militar daquele povo que marchava atrás do disco alado de Assur. (MCKENZIE, 1971, p. 68)

Pode-se identificar até aqui um esforço humano na busca de sentido e de justificativas de sua identidade. Ao que parece não se trata ainda de uma resposta transcendente para as questões terrenas, e sim de justificar o poder e truculência naturais no ser humano deste contexto, onde a divindade é instrumento de divinização do ser humano e do seu modo de ser. Quando olha para a imagem de seu deus, tem a lembrança e a confirmação de quem é e a que povo pertence.

A civilização suméria traz em seus registros históricos muitos sinais que comprovam sua influência na cultura e, conseqüentemente na religiosidade dos povos que se instalaram na região do chamado Crescente Fértil, região onde a irrigação natural dá sentido ao seu título, e que se estende desde o Golfo Pérsico, cobrindo toda a Mesopotâmia, a região sudeste da Costa Mediterrânea, até a divisa com o Egito (KELLER, 1978, p. 26).

Os criadores da civilização na Baixa Mesopotâmia, no quarto milênio, foram os sumérios, povo cujo (sic) origem é ainda desconhecida. Eles inventaram a escrita cuneiforme, fizeram grandes progressos no comércio e desenvolveram uma cultura notavelmente alta. No terceiro milênio (c. de 2800-2360 a. C.), nós os encontramos estabelecidos num sistema de cidades-estado. A religião era altamente organizada e os escribas do templo



produziram um vasto corpo de literatura; a maior parte das epopeias e mitos que conhecemos nas versões assírias e babilônicas receberam forma escrita pela primeira vez através dos sumérios.

Os acadianos, um povo semita, habitavam a Mesopotâmia ao mesmo tempo que os sumérios. Eles sucederam à cultura e religião sumérias e as adaptaram, e, embora sua língua fosse completamente diferente, tomaram eles dos sumérios a escrita silábica cuneiforme. Finalmente, um acadiano, Sargão, tomou o poder e fundou um império que durou mais de um século (c. de 2360-2180 a. C.). A literatura considerável desse período está em língua acadiana. (HARRINGTON, 1985, p. 73)

Contudo, a influência suméria não é agradável para os povos daquela região. No mito sumério que relata a criação da humanidade, o relacionamento entre o ser humano e as divindades é baseado na servidão e na visão de uma morte nada digna de ser recebida com esperança. O ser humano é criado para substituir os deuses menores, os Igigi, nos trabalhos pesados. Esses deuses menores trabalhavam para suprir as necessidades dos Anunaqui, seus deuses superiores. Ocorre uma revolta dos Igigi que convencem Anu, considerado como pai dos deuses, a livrá-los das insuportáveis corveias. O conselho divino decide então por sugestão de Enqui, deus das águas, criar o ser humano a partir do sangue de um dos deuses revoltosos, o deus Uê, misturado com a terra e repartindo em catorze pedaços de barro que se dividem em duas porções de sete pedaços pela deusa mãe Nintu, donde as deusas dão à luz sete casais humanos que imediatamente recebem e assumem sua função de suprir as necessidades dos deuses (GRELOT, 1980, p. 19).

Diante desse projeto de criação do ser humano por um grupo de deuses totalmente egoísta e marcado “por uma espécie de maldição original” (GRELOT, 1980, p. 20), pois o sangue que lhe deu vida é de um deus derrotado, podemos constatar que a vida do povo sumério não podia ser considerada agradável, diante da dureza que seus deuses lhes impunham. São deuses que castigam e que até decidem exterminar a humanidade, pois “incomodam os deuses pelo barulho que fazem” (CHARPENTIER, 1980, p. 28). As dificuldades vividas por esse povo dão a tônica de sua religião.

O habitante dessas regiões vive num vale onde as cheias são imprevisíveis, provocando verdadeiros “dilúvios”, dos quais se acham muitos traços nas pesquisas arqueológicas. Dos planaltos do atual Irã acorrem por vezes tribos esfaimadas, ao passo do deserto da Arábia surgem sem cessar hordas de nômades gananciosos. Então os deuses mesopotâmicos são caprichosos, em lutas contínuas entre si, e o homem aparece como o mortal temeroso procurando abrigar-se dos contra-golpes (sic) de suas cóleras. O reino de além-túmulo é triste; as sombras dos defuntos lá estão reunidas para um destino sem alegria. (CHARPENTIER, 1980, p. 24)

Outra cultura que influencia profundamente esses povos é a cultura egípcia, porém de maneira a mostrar uma visão mais positiva da criação e da existência humana, tendo com seus deuses um relacionamento de bondade e cuidado, bem como uma visão de morte fundada na esperança de “uma vida nova e resplandecente, embora seja pouco pessoal” (CHARPENTIER, 1980, p. 24).

No início do terceiro milênio, o Egito emergiu na história como uma nação unificada; os reis do Alto Egito tinham ganhado ascendência sobre toda a terra e o Antigo Império (do século XXIX ao século XXIII a. C.) foi fundado. A era clássica do Egito começou com o advento da terceira dinastia (cerca de 2600 a. C.). Este foi o período das pirâmides mais antigas, embora as grandes pirâmides tenham sido construídas na quarta dinastia (do século XXVI ao século XXV a. C.). A religião egípcia, como a da Mesopotâmia, era um politeísmo altamente desenvolvido; os textos desse período são quase totalmente religiosos. (HARRINGTON, 1985, p.74)

No período que vai de 2000 a. C. até 1750 a. C., ocorre na Palestina e ao norte da Transjordânia, uma grande infiltração de grupos seminômades, o que é ricamente comprovado pela arqueologia. Os primeiros povos que fizeram parte desse período de colonização foram os amoritas, da mesma linha dos semitas vindos do nordeste, bem como os cananeus. Também os hurrítas, vindos do norte da Mesopotâmia fizeram parte dessa migração. A partir dos séculos XVII e XVI a. C., o império Icso domina a Palestina e desenvolve o modelo de cidades estado (HARRINGTON, 2006, p. 80). Esse modelo político terá forte influência sobre a formatação do povo de Israel.

Neste contexto nos deparamos com a figura de Abraão apresentada pelo relato bíblico. Considerado como o pai das três religiões monoteístas, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Como afirma Borau (2008, p.14), “Abraão é o patriarca protótipo e modelo dos crentes”. O Relato bíblico propõe, a partir da vida de Abraão, uma visão de um Deus que se revela à humanidade de uma maneira mais próxima, buscando identificá-lo como um Deus soberano que cria por amor, permanecendo junto à obra de sua criação, e dela tendo cuidado.

Contudo, deve ser notado que a narrativa da era patriarcal é, a um só tempo, histórica e popular. Transmitida, durante séculos, por meio da tradição oral, ela descreve acuradamente os elementos essenciais, mas desenvolve e amplia livremente a história de acordo com o caráter dos vários personagens. É uma história de família que não leva em conta a história geral ou os eventos políticos (Gn 14 é uma exceção). É história

religiosa desde que não apenas vê a providência divina em tudo, mas também apresenta e explica os eventos à luz da religião, a fim de demonstrar uma tese definida: apenas o Deus único escolheu um único povo para habitar numa única terra: Canaã. Daí as promessas de Deus e as relações dos patriarcas com a terra de Canaã. (HARRINGTON, 2006, p. 81)

O esboço traçado até aqui, é fundamental para que se possa compreender a cultura que predominou na história de Israel, suas influências e consequências. E se existe algo que influencia diretamente o povo israelita, foram os antigos códigos de leis, como os de Eshnunna, em acadiano, e o de Lipit-ishtar, em sumério, (séc. XIX a. C.) que tem muitas “semelhanças com o Código da Aliança” (Ex 21-23) (HARRINGTON, 2006, p.76). Contudo, o código de Hamurabi, baseado em códigos anteriores (Ur-namu, Lipit-ishtar e Eshnunna), “possui notáveis e numerosos paralelos com as leis do Pentateuco” (HARRINGTON, 2006, p. 76).

Tais paralelos dão clareza a respeito da influência cultural que esses vizinhos impuseram sobre o povo de Israel e seu modo de ser. A partir daqui, torna-se possível adentrar no mundo da Bíblia. Primeiramente no Antigo Testamento, onde será possível verificar as raízes da fé monoteísta e à formação do Judaísmo. Posteriormente, será também possível lançar mão do Novo Testamento, onde o Cristianismo se revela, bem como do Corão, onde o Islamismo tem seus fundamentos.

## 2.2 PARENTALIDADE NO CONTEXTO BÍBLICO - JUDAÍSMO

A importância de refletir o planejamento da parentalidade a partir da perspectiva do Judaísmo, do Cristianismo e do Islamismo, se dá no sentido de que essas três religiões têm influenciado o pensamento tanto oriental quanto ocidental há muito tempo, tendo presença expressiva nas diversas culturas humanas. Segundo o site Brasil Escola (2013) o Cristianismo, tem cerca de 2.106.962.000 seguidores, o Islamismo tem aproximadamente 1.283.424.000 seguidores. Apesar do Judaísmo não ter números tão expressivos, é dele que nascem o Cristianismo e o Islamismo. Conforme dados apresentados pelo site Folha Online (2013) o judaísmo se encontra dividido populacionalmente da seguinte forma:

Atualmente, os judeus se concentram, em sua maior parte, nos Estados Unidos e em Israel. Cada um destes dois países têm população judaica superior a 5 milhões de pessoas, o que representa mais de 80% dos judeus

do mundo. Os demais se dividem entre países como França (3,8%), Canadá (2,9%), Reino Unido (2,3%), Rússia (1,8%), Argentina (1,4%) e outros (5,1%).

Diante de tal presença no mundo, é possível afirmar que o monoteísmo tem representatividade altamente influente na contemporaneidade. Essas religiões trazem em sua história todo um volume de influências que tem marcado profundamente a história mundial, mesmo que de maneira negativa. A pesquisa nesse trabalho se dá no sentido de perceber as raízes da construção do modo de pensar, bem como o modo de existir dessas religiões no mundo a partir das culturas que lhes deram origem e verificar seus reflexos no que diz respeito ao planejamento da parentalidade.

### **2.2.1 Abraão, o Patriarca: crise no planejamento da parentalidade**

Na história de Abraão pode-se perceber nitidamente a herança da cultura anterior ao que se pode chamar de mundo bíblico. Tanto no que se refere à própria cultura suméria e babilônica, quanto ao contexto que ele se insere quando migra para o ocidente do Crescente Fértil, onde se depara com novos povos e culturas.

Quando se fala das três religiões monoteístas, ou Religiões Abraâmicas (BORAU, 2002, p. 10) que são o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, fala-se dos descendentes de Abraão que afirmam sua descendência como parte de sua confissão de fé. Para os judeus ele é seu pai na fé, para os cristãos e muçulmanos é considerado como pai dos que creem (BORAU, 2008, p. 14).

Centenas de milhões de homens e de mulheres reconhecem ainda hoje que Abraão é seu pai na fé, e este reconhecimento representa a herança de dezenas de séculos de tradições religiosas.

São judeus e relem sua história através da Bíblia hebraica inteira – e principalmente os capítulos 12 a 25 do primeiro livro da Torá – compreendida à luz da tradição milenar dos sábios de Israel.

São cristãos e escutam o eco dos mesmos textos, reinterpretados, porém, pela Tradição de Jesus transmitida no Novo Testamento e pela Igreja.

São muçulmanos e, à margem da grande revelação bíblica, reencontram a tradição de Abraão no seu livro santo, o Corão.

Destino singular desse homem cuja história se perde na noite dos tempos, o de ser assim, para todos os que crêem (sic) em um só Deus, o antepassado e o modelo de sua fé. (COLLIN, 1988, p. 7)

O relato bíblico mostra Abraão como um homem que viveu sua fé segundo seu contexto e foi ao longo de sua vida que ele percebeu a presença de Deus e

passou a se relacionar de maneira cada vez mais próxima com Ele. Ansioso por ter um filho para dar sequência à sua família, Abraão oferece ao Senhor um sacrifício que se transforma em aliança (Gn 15,18). Contudo, a aliança firmada aparentemente não foi suficiente para que Abraão esperasse no Senhor.

Sendo originário da Mesopotâmia, Abraão seguia as leis locais como qualquer cidadão de sua terra e de sua época. Essas leis previam soluções para problemas de seu contexto, e um dos problemas contemplados pela legislação, tinha relação com a impossibilidade de gerar filhos. Para os mesopotâmicos, um filho era uma propriedade muito valiosa, pois podia gerar lucros a seu pai, além de pagar com seu trabalho os custos de sua criação; o pai recebia os salários referentes ao trabalho do filho que fora alugado a outra pessoa, e podia penhorá-lo ou vendê-lo para dar conta de uma dívida (HAMURABI, 2005, p. 28).

Diante dessa realidade, Sarai (mais tarde Sara), esposa de Abraão preocupada com a situação de seu esposo, lança mão de uma intervenção terrena na busca da solução da sua infertilidade<sup>5</sup>.

A mulher de Abrão, Sarai, não lhe dera filho. Mas tinha uma serva egípcia, chamada Agar, e Sarai disse a Abrão: “Vê, eu te peço: lahweh não permitiu que eu desse à luz. Toma, pois, a minha serva. Talvez, por ela, eu venha a ter filhos.” E Abrão ouviu a voz de Sarai.

Assim, depois de dez anos que Abrão residia na terra de Canaã, sua mulher Sarai tomou Agar, a egípcia, sua serva, e deu-a como mulher a seu marido, Abrão. Este possuiu Agar, que ficou grávida. (Gn 16, 1-4)

Olhando para o texto bíblico que descreve a vida de Abraão, faz-se necessário ir à busca da legislação vigente no período em que o texto se situa. Trata-se do Código do Rei Hamurabi (1728-1686) (CHARPENTIER, 1980, p. 25) que regulava as ações da sociedade na Babilônia. Esse código foi gravado em uma coluna de pedra escura, a qual foi encontrada em 1901 nas montanhas persas, local para onde algum conquistador provavelmente a carregou mais tarde. Esse código foi colocado em praça pública para que todos pudesse conhecê-lo e cumpri-lo (HAMURABI, 2005, p. 9).

A monogamia era uma regra; uma esposa sem filhos dava uma doméstica (que não era uma esposa) a seu marido para lhe trazer descendentes, que seriam vistos como se fossem dela. Ela era a senhora da doméstica e podia

---

<sup>5</sup> “Segundo o direito mesopotâmico, uma esposa estéril podia dar a seu marido uma serva como mulher e reconhecer como seus os filhos nascidos dessa união”. Nota de rodapé da Bíblia de Jerusalém p. 53.

reduzi-la à escravidão novamente por insolência, mas não podia vendê-la se houvesse dado à luz os filhos de seu marido. (HAMURABI, 2005, p. 27).

Como se pode perceber novamente, a necessidade de gerar filhos é anterior à reflexão bíblica, já verificado no antigo código do Rei Hamurabi, e teve grande influência na cultura do Judaísmo.

O relato bíblico diz que Sarai não hesita em fazer uso desse direito conferido pela lei, pois o filho nascido dessa relação seria reconhecido como seu. O plano de Sarai tem êxito e Agar, a escrava, engravida. Contudo, o texto mostra que ao se perceber grávida, Agar começa a tratar Sarai com desprezo (Gn 16, 4), o que imediatamente desencadeia uma reação de sua senhora que exige de Abrão uma atitude. Ele então aplica a lei como prevê o Código de Hamurabi no seu artigo número 146:

Se um homem tomar uma esposa e ela der a esse homem uma doméstica que lhe dá filhos, e essa doméstica assumir uma igualdade com a esposa; por ela ter dado à luz seus filhos, o mestre não poderá vendê-la por dinheiro, mas poderá mantê-la como escrava, colocando-a entre as servas. (HAMURABI, 2005, p. 56)

Com a autorização de seu esposo, “Sarai a maltratou de tal modo que ela fugiu de sua presença” (Gn 16, 6). Contudo Agar retorna e permanece na condição que lhe é imposta.

O capítulo 17 e o capítulo 18, contam a respeito da gravidez de Sarai, que no capítulo 17 passa a se chamar Sara, assim como Abrão passa a se chamar Abraão, pois se tornará “pai de uma multidão de nações” (Gn 17, 5). Esse relato desencadeia o que se pode perceber como a primeira crise de Abraão como pai não só no nome, mas efetivamente.

Ismael nasce (Gn 16, 15) e dá a alegria paterna ao velho Abraão, já com oitenta e seis anos, que se percebe agraciado por Deus diante do cumprimento da promessa divina, mesmo que conseguida através de um recurso baseado em costumes legais humanos e não divinos. A graça aqui ainda não atingiu sua plenitude, pois sua verdadeira esposa não concebeu. Entretanto, nasce-lhe um filho, o primeiro filho, que para aquele velho pai, naquele momento, seria seu herdeiro de fato, diante de sua exclamação: “Oh! Que Ismael viva diante de ti” (Gn 17, 18). Essa exclamação de Abraão se dá durante uma teofania, onde Deus se revela como El Shadai (Gn 17), e reafirma sua aliança com o Patriarca, que aparentemente ainda

não tinha clareza a respeito da dimensão do poder do Deus que vem ao seu encontro.

Quando Abraão intercede por Ismael diante de El Shadai, é surpreendido pela afirmação de que quem lhe dará um filho como verdadeiro fruto da graça divina, é Sara. No versículo 17, Abraão havia caído com o rosto por terra e riu diante daquilo que para ele era impossível, da mesma forma que Sara o faz em Gn 18,12, pois questionava a possibilidade do nascimento de um bebê a partir de um pai de cem anos de idade e de uma mãe de noventa anos de idade. Deus, diante da limitada fé de seu servo que pede a benção em favor de Ismael, afirma de maneira contundente:

Não, mas tua mulher Sara te dará um filho: tu o chamarás Isaac; estabelecerei minha aliança com ele, como uma aliança perpétua, com sua descendência depois dele. Em favor de Ismael também, eu te ouvi: eu o abençoô (sic), o tornarei fecundo, o farei crescer extremamente; gerará doze príncipes e dele farei uma grande nação. Mas minha aliança eu a estabelecerei com Isaac, que Sara dará à luz no próximo ano, nesta estação.(Gn 17,19-22).

No já citado capítulo 18 do Gênesis, narra-se nova teofania de maneira menos misteriosa do que no capítulo 17, com a presença pessoal do Senhor e dos Anjos que são enviados para destruir a cidade de Sodoma (não se dará atenção ao relato da destruição da cidade aqui, devido ao objetivo estrito desse trabalho). Abraão estava sentado à sombra de sua tenda, provavelmente ao meio dia, quando percebe de repente a presença de três homens perto dele. Imediatamente ofereceu-lhes sua hospitalidade e providencia para que lhes fosse preparada a mais digna refeição. Ocorre que os hóspedes lhe perguntam sobre a localização de Sara que estava, segundo a resposta de Abraão, na tenda. Em seguida, Abraão recebe a notícia da futura gravidez de Sara, que ao ouvir a notícia, riu-se no seu íntimo (Gn 18,12), pois reconhecia sua situação e do seu marido, sendo que o casal já se encontrava em elevada idade.

Entretanto, a felicidade de Abraão não seria completa. Em Gn 16, como já citado anteriormente, ocorre o relato da gravidez de Agar, que quando se percebeu grávida, começa a tratar Sarai, sua senhora, com desprezo (Gn 16,4) e por isso foi castigada a ponto de fugir. Aconselhada pelo Anjo de Iahweh que intervém, Agar retorna para a casa de sua senhora (Gn 16,7-11). Mal sabia Agar que seu sofrimento só havia começado. Pois, quando Sara percebe que Ismael brinca com

Isaac durante a festa que Abraão celebrando a desmama do Isaac (Gn 21,8-21), exige que Abraão expulse Agar e seu filho, o que desagradou o velho pai. Entretanto, a decisão cabe a ele, pois ao pai de família cabe essa decisão por ser “a única instância legal para este âmbito” (RENDTORFF, 2001, p. 140), e não podia deixar passar sem punição a falta que a escrava cometeu contra sua senhora, quando quis assumir igualdade com ela (HAMURABI, 2005, p. 56), zombando de Sara (Gn 16,4). A vontade de Sara era que “Agar e Ismael fossem conduzidos ao deserto, esperando que morressem pelo caminho. Mas Deus velou por eles” (BORAU, 2008, p. 18). As consequências dessa separação para Agar e Ismael serão tratadas com maior profundidade em momento posterior, quando o Islamismo estiver em pauta.

O capítulo 22 do Gênesis traz o relato do sacrifício de Isaac, que tem sido utilizado para confirmar a fé de Abraão e sua obediência incondicional a Deus, de maneira que sua fidelidade possa ser compreendida “no sentido mais forte do termo” (BRIEND, 1980, p. 38). Contudo:

O relato do sacrifício de Isaac está cheio de emoção humana e é uma das obras mestras da arte narrativa dos Israelitas. Mas, podemos perguntar: terá sido um acontecimento histórico objetivo? Mesmo que não tenha sido real, repugna por ser desumano e mais ainda em resultado de uma ordem dada por Deus. Não poderá tratar-se de uma interpretação? A óptica seria esta: A fé-confiança de Abraão era tão forte que, se Deus lhe tivesse ordenado para sacrificar seu filho único, ele não teria hesitado. Deus sabia-o bem e, por isso mesmo, deu-lhe a entender que reafirmava sua aliança com ele.

De qualquer forma, na sua origem, este relato era uma lenda sobre a fundação de um santuário israelita e ao mesmo tempo uma narração familiar e uma explicação da prática de resgatar os primogênitos. Nos santuários cananeus, ofereciam-se vítimas humanas, especialmente crianças, mas Deus proíbe Israel de cometer tal brutalidade (Êxodo 13, 11-16). (BORAU, 2008, p. 18)

O centro dessa reflexão se dá no sentido de mostrar Abraão como temente a Deus de maneira incondicional, “capaz de sacrificar até mesmo o futuro da promessa e que abandona o seu primogênito nas mãos de Deus” (BRIEND, 1980, p. 38), e “se entrega totalmente a Deus quanto ao futuro desta promessa feita no capítulo 15” (COLLIN, 1988, p. 42), quanto à herança a ser recebida pelo filho de seu sangue (Gn 15,4). Contudo, a manifestação de fé de Abraão se destaca em Gn 22,8 (COLLIN, 1988, p. 42), quando responde a Isaac que lhe pergunta sobre onde estaria o cordeiro para o holocausto (Gn 22,6-7), diz: “É Deus quem proverá o cordeiro para o holocausto, meu filho”. Tal afirmação de Abraão manifesta



claramente um rompimento com a cultura local no que diz respeito ao sacrifício de crianças. O que Abraão oferece em sacrifício não é seu filho e sim um cordeiro, mostrando que a fé do patriarca rompe com os sacrifícios infanticidas de sua época. O Deus de Abraão quer o ser humano vivo, e não a sua morte. Esse relato vem mostrar uma mudança de uma prática religiosa que ocorreu perto do ano 700, onde Israel rompe com os sacrifícios de crianças praticados no mundo urbano monárquico.

### **2.2.2 Judaísmo e parentalidade**

Para que se possa chegar ao ponto que define o nascimento do Judaísmo, antes se faz necessário verificar como o relato bíblico apresenta a sequência histórica que pretende mostrar como se desenvolveu a ideia de nação que culmina no Judaísmo, mesmo que de maneira breve.

Os textos bíblicos dizem que após a tomada de Canaã por Josué, Israel vive a era dos Juízes que vai de 1200 a 1025 a. C. e após isso, ocorre a monarquia que se inicia com Saul (1030 -1010 aprox.), depois Davi (1010 – 970 aprox.) que tem como sucessor Salomão (970 – 931 aprox). Os textos mostram aí um período que vai, de 1200 a 931 a. C. que é relatado nos Livros de Juízes, 1 e 2 Samuel, 1 Reis de 1-11, 1 Crônicas e 2 Crônicas 1-9<sup>6</sup>.

Com a morte de Salomão, após uma assembleia em Siquém teria ocorrido um cisma e o reino seria dividido em Israel e Judá (1Rs 12; 2Cr 10). Ao norte, Reina Jeroboão (Israel) e ao sul reina Roboão (Judá). Esse período vai de 931 a 721 a. C. e é relatado pelos livros de 1Reis 12-22, 2Reis 1-17, 2Crônicas 10-28, Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. Nesse período, o texto sugere que ocorre também o profetismo que começa com Samuel, a partir de 1040 a. C. e vai até o fim do século III a. C. (MONLOUBOU, 1986, p. 20).

Em 722 a. C. o reino do Norte cai diante do Império assírio e em 587, Nabucodonosor destrói o primeiro templo de Jerusalém, exilando a população local em Babilônia até que em 530 a.C. Ciro, imperador persa, toma a Mesopotâmia e

---

<sup>6</sup> Bíblia de Jerusalém, p. 2171.

favorece a volta do povo exilado à Jerusalém e colabora com a reconstrução do Templo (BORAU, 2008, p. 32).

O breve resumo aqui relatado, mostra como foi transcrito o mito histórico da fundação de Israel. Contudo, é no exílio que esse povo começa a se referir a seu Deus com único que existe. Com “o Israel pós-exílico, começa a história do Judaísmo” (TASSIN, 1988, p. 7). É a partir do exílio que a identidade judaica se define através da reação que ocorre por parte dos profetas e dos sacerdotes do exílio, que perceberam a urgência de viver agora como fé no Deus único e a obediência à Lei. Pois a derrota para Babilônia tinha um sentido muito mais profundo do que uma mera disputa territorial.

Em dez anos (597 – 587), o reino de Judá foi aniquilado. Menos de um século e meio antes, o Reino do norte também havia desaparecido. Admirados diante das vozes proféticas de um Jeremias ou de um Ezequiel que preconizavam a verdadeira ressurreição (cf. Ez 37), sentimos dificuldade em avaliar o que o exílio representou: o fim da existência nacional de Israel, o desmoronamento de suas referências fundamentais: a terra, o rei, o templo. Segundo a mentalidade de então, o Deus de Israel fora vencido. Os exilados experimentavam simplesmente nada mais nada menos do que o fim do mundo deles. Para o historiador, é o fim do antigo Israel.(TASSIN, 1988, p. 7).

O exílio trouxe para aquele povo, mudanças radicais em seu modo de ver e de se relacionar com o mundo. Diferente do antigo Israel, dividido por dois reinos, a província da Judéia assume exclusivamente a função de referência geográfica do povo judeu, mesmo que não tenha o status de estado, pois somente em 143 a. C. com Roma apoiando na criação de um reino independente que teve como governantes a dinastia judaica dos Asmoneus (ALEXANDER, 1987, p.278), terá um período de independência de aproximadamente setenta e cinco anos. No mais, sua história se restringirá, no período aqui estudado, à submissão às nações que a invadirem (TASSIN, 1988, p. 12), como é o caso da intervenção da própria Roma, que em 63 a. C. conquista Jerusalém com Pompeu e seu exército (ALEXANDER, 1987, p. 278).

Outra mudança importante se dá na língua que os judeus tiveram que aprender no exílio:

O horizonte linguístico da Judéia também evoluiu. Outrora, a população falava o *hebraico*; segundo 2Reis 18,26-28, no século VIII, a aristocracia conhecia o *aramaico* que funcionava então como língua dos intercâmbios e das comunicações internacionais do Oriente Próximo. É esta língua que os

exilados tiveram que aprender na Babilônia. Os que voltaram do exílio eram provavelmente de condição modesta e de conhecimentos linguísticos limitados: foi com o aramaico que eles tomaram a Palestina. Os casamentos mistos lamentados por Neemias no meio do século V tinham outrossim incidências linguísticas: “Quanto a seus filhos, a metade falava a língua Azoto [o azotiano] ou a língua deste ou daquele povo, mas não mais sabia falar a língua dos judeus”, escrevia ele (Ne 13, 24). Certamente, o hebraico se manteve, por exemplo, como vemos nos livros bíblicos pós-exílicos, embora este hebraico se mostrasse, muitas vezes, contaminado por aramaísmos e algumas passagens tenham sido escritas diretamente em aramaico (Esd 4,8-16. 18;7,12-26; Dn 2,4b-7.28). É preciso, pois, imaginarmos uma situação linguística bem complexa. (TASSIN, 1988, p. 12)

Devido ao fato do aramaico na Judéia “ter-se acentuado com o regresso dos exilados da Babilônia” (PERES, MARTÍNES, FERNANDES, 2000, p. 488), pois “o aramaico era língua difundida na babilônia” (AVRIL, MAISONNEUVE, 1997, p. 11), na sinagoga, posteriormente, se fez necessário traduzir as escrituras originalmente escritas em hebraico, para o aramaico. Essa tradução, reflexão e atualização do texto no contexto, define o *Targum* que “devia proporcionar o acesso a um texto imediatamente compreensível pelo auditório e teologicamente adaptado aos assistentes” (TASSIN, 1988, p. 13). De maneira mais específica, Targum é uma palavra de origem hebraica que significa “tradução” (PERES, MARTÍNES, FERNANDES, 2000, p. 485), trata-se de uma obra literária rabínica. Não cabe aqui discutir a origem do Targum, devido à grande discussão que ainda existe a esse respeito (cf. PERES, MARTÍNES, FERNANDES, 2000, p. 491), mas destacar outra mudança nos costumes influenciada pelo exílio. Trata-se da sinagoga que certamente nasce nesse contexto (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 44).

Esse desastre nacional foi uma provação muito dolorosa para a fé de Israel, provocando até mesmo a apostasia de certo número: a destruição do Templo e a cessação do culto lhes parecia a prova de que os deuses babilônicos eram mais fortes do que o Deus de Israel. Mas outros judeus, preparados pela pregação de Jeremias e sobretudo pela de Ezequiel que vive com eles no exílio, descobrem um sentido para aquilo que estão vivendo: Deus não abandona seu povo, quer purificá-lo. Se o culto oficial está suspenso, a meditação sobre os fatos passados e presentes e a oração continuam possíveis. Os fiéis começam então a se reunir como podem, para reavivar mutuamente sua fé. Nisso certamente os sacerdotes têm um papel importante e, em troca, todo esse esforço de reflexão contribui amplamente para a formação da “tradição sacerdotal” e para a intensa atividade literária da época. Acontece que o povo se reúne, para esta reflexão, perto da cidade onde está deportado, numa praia a beira do rio (SI 137,1). (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 45)

Após o retorno da Babilônia, Esdras dá continuidade a esse costume na “famosa assembléia (sic) descrita em Ne 8,1ss, determina que a proclamação da Lei foi feita por alguns levitas que ensinavam ao povo a Lei” (PERES, MARTÍNES, FERNANDES, 2000, p. 491).

Fica claro que a partir do exílio há uma releitura da história por parte dos exilados e seu retorno se dá a partir da experiência dos 49 anos do exílio que ocorreu entre 587 e 538 a. C. (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 44). O Judaísmo nasce de uma experiência purificadora, onde tudo que fazia parte de sua identidade antes do exílio, ganha novo significado. As próprias consequências da aceitação de Deus por parte de Israel, sempre foram confusas, pois “nunca as compreendia plenamente” (MCKENZIE, 1971, p. 134). Não que isso sirva de justificativa para o que aconteceu na história desse povo. Mas, essa crise colaborou para uma busca no sentido de reconhecer-se como povo de Deus, de maneira muito mais comprometida. Contudo, o exílio significou, também, uma diáspora:

Com frequência (sic) a Diáspora oriental foi esquecida. Oriunda das deportações de 721 e 587, ela abrangia as terras assírio-babilônicas, e até além delas. Poucos exilados voltaram para a Judéia. Há documentos que atestam, por volta do século V, a presença em Babilônia de judeus que exerciam comércio próspero: estes judeus, sem a menor dúvida, não desejavam retornar ao seu país. Assim, o exílio babilônico se transformou em Diáspora babilônica, foco vivo de onde virá HILLEL e onde, nos séculos II e V de nossa era, se forjará “o nosso Talmude”, o Talmude de Babilônia. (TASSIN, 1988, p. 14)

Cabe lembrar aqui o profeta Jeremias (Jr 29), em sua carta aos exilados, onde os aconselha a procurar se adaptar a sua nova realidade. Pois ao contrário das expectativas de que o exílio teria um breve período, eles ficariam muito tempo naquele lugar, sem perder a esperança em Deus e no possível retorno à sua terra.

Outra mudança marcante do Judaísmo se dá na instituição do sábado semanal, já que no antigo Israel, ele era celebrado na lua cheia de cada mês. Isso ocorre devido à preocupação dos sacerdotes com o fato de as festas israelitas não poderem ser celebradas, bem como o risco de que por falta delas haveria a possibilidade dos exilados adotarem os cultos babilônicos. Foi então escolhido pelos sacerdotes, o sétimo dia da semana e nomeado de sábado, em memória da festa israelita que era mensal. “A prática será acompanhada de alta espiritualidade: observar o sábado é imitar o próprio Deus (Gn 2,2-3) e expressa a liberdade

inalienável de seu povo no auge da opressão” (TASSIN, 1988, p. 35). Em sua origem, a festa chamada *Rosh Hodesh*, o início da iluminação, tinha o sentido de renovação (AVRIL, MAISONNEUVE, 1997, p. 19).

Ademais a neomênia se destaca pelos significados que lhe são próprios (Nm 28,11-15); liga-se, afinal, ao shabbat em vários textos proféticos: Por que vai ter com o (o homem de Deus) hoje? Não é neomênia nem sábado (2Rs 4,23); De lua nova em lua nova [neomênia] e de sábado em sábado, toda carne virá adorar a minha presença, diz lahweh (Is 66,23); Vós que dizeis: “Quando passará a lua nova [neomênia], para que possamos vender o grão, e o sábado, para que possamos abrir o trigo? (Am 8,5). (AVRIL, MAISONNEUVE, 1997, p. 19).

Originalmente, o culto ao deus da Lua, Sin, vindo da Mesopotâmia, é que celebra este ciclo de onde “deriva Sabbath” (WEBER, 1970, p. 119).

A prática da Lei que se manifesta principalmente pela esmola, oração e jejum (TASSIN, 1988, p. 37), a circuncisão, também se tornaram meios que favoreceram grandemente a manutenção da identidade do povo no exílio, assim como a amixia (recusa de mistura) (TASSIN, 1988, p. 34).

O povo eleito conquistava sua santidade “separando-se” de um mundo radicalmente impuro, estranho e alheio a Deus. Esta separação era palavra-mestra das reformas de Esdras e Neemias e se concentrava no combate contra os matrimônios mistos [...]. A proibição deles repunha em vigor proibições antigas (Ex 34, 16; Dt 7, 3ss), repetidas por Esdras como tendo sido ditas pelos lábios dos próprios profetas (Esd 9, 11-12). Nesta época, tais medidas quase não diferenciam objetivamente do etnocentrismo do ambiente. (TASSIN, 1988, p. 36)

No tocante ao modelo de família, pode-se perceber também uma mudança em seu modo de ser e existir em comparação com as famílias da época patriarcal, onde o contexto exigia um grande número de pessoas e a ideia de nação não fazia parte das preocupações dos povos nômades. Nas famílias patriarcais, era normal a existência de três gerações desde o patriarca, passando pelos filhos e atingindo sua continuidade nos netos. Essa três gerações conviviam entre si, bem como eram incluídos os servos e escravos. Mais adequado a um clã, essa estrutura familiar se identifica com o contexto do antigo Oriente Médio do II milênio a. C. e de parte do I milênio a. C. (RAMOS, 1997, p. 14).

Nas famílias de Abraão, Isaac, Jacó e seus filhos – figuras não históricas em todos os seus detalhes – vemos que todas essas pessoas viviam juntas, trabalham em comum, ajudam-se e defendem-se mutuamente. [...], são

famílias polígamas. É uma estrutura na qual predominam os laços de autoridade. Seu centro é o patriarca/chefe de todos, respeitado e também temido [...]

A família, especialmente naqueles tempos antigos, é uma unidade de trabalho. Aparecem os filhos e parentes cuidando dos bens familiares, sobretudo rebanhos, que o pai administra e aumenta. Caso típico é o de Jacó em Gn 30,25s. (RAMOS, 1997, p. 14)

Nos livros posteriores à era patriarcal, como nos livros proféticos e nos Sapienciais, a família se apresenta com número reduzido de pessoas que a compõem, e geralmente num padrão monogâmico. Os livros de Rute e Tobias mostram bem esse novo modelo familiar (RAMOS, 1997, p. 15).

O matrimônio é ponto fundamental da formação da família, sendo que quando se fala de família no relato bíblico, esta sempre está ligada ao casamento, que se manifesta valorizando o homem e praticamente desconsiderando a perspectiva feminina (RAMOS, 1997, p. 15), que também identifica o indivíduo em seu contexto histórico.

O matrimônio – e a conseqüente (sic) família – é o estado normal e desejável do varão. É a quando se reflete explicitamente sobre o tema, chega-se a dizer que quem não tem esposa é como um vagabundo ou um ladrão (Eclo 36,25-27). É notável o elogio do matrimônio em Pr 5,15-19, onde se menciona o prazer que ele traz ao homem. Uma boa esposa é algo excelente para seu marido (Sl 128,3-4; Pr 31,10-12; Eclo 7,26; 25,8; 26,1-3; 36,21-27...). (RAMOS, 1997, p.17)

Antes do casamento, ocorrem os esponsais, ou desposórios que se manifestam tanto no ambiente antigo da Bíblia, como no moderno. É uma espécie de noivado onde os futuros cônjuges comprometem-se antes do casamento. Tinha praticamente a validade do casamento, e para desfazê-lo necessitava de um ato de repúdio formal. A existência do esponsal já isentava o prometido do serviço militar, assim como o casado (Dt 20, 7). Apesar dos prometidos não coabitarem a mesma casa ainda definitivamente, apesar de não serem bem vistas, admitia-se relações sexuais neste período do relacionamento (RAMOS, 1997, p. 22). Outro momento importante para as famílias é o das bodas.

A festa das bodas é sobretudo o banquete nupcial (Gn 29,22; Jz 14,10; Tb 8, 19; Mt 25,10; Jo 2,1s) que se prolonga por vários dias e se oferecem presentes aos noivos (Gn 24,53; 29,24.29; 1 Rs 9,16). Uma vez casados, normalmente consumavam o matrimônio no mesmo dia e tinham direito a alguns privilégios, como o de não fazer determinados serviços (Dt 24, 5). Trata-se, em suma, de uma ocasião especial de alegria e relações humanas agradáveis. (RAMOS, 1997, p. 22).

Contrair matrimônio, constituir família, ter filhos são fatos que confirmam a obediência ao mandado divino: “Sede fecundos multiplicai-vos, enchei e subjulgai a terra. Dominai (a terra) (Gn 1,28)” (NÚÑEZ, 1995, p. 121). Contudo, quem negociava as questões referentes ao casamento, eram os homens.

A diferença das relações familiares com relação à época antes do exílio da Babilônia, em comparação com a era pós-exílica, é marcada de forma que a manutenção dos costumes e dos valores religiosos se dá de maneira mais acentuada, principalmente pelo fato do não relativismo religioso causado pelos casamentos com pessoas de outros povos. “Desde então passaram a ser proibidos, para todos os Judeus severos, os matrimônios (sic) mistos” (WEBER, 1970, p. 127).

Além disso, judeu contrasta do antigo Israel de muitas maneiras, pois após o exílio teve mudanças profundas em seu modo de existir. A geografia e o regime político não serão mais os mesmos, e cedem sua importância ao “arcabouço religioso que lentamente vai se instalando” (TASSIN, 1988, p. 69). Enquanto geograficamente o território judaico se reduz consideravelmente, é na diáspora que sua extensão ganha volume. É a centralidade da Torá que manifesta a identidade do Judaísmo que se levanta do exílio, apesar de não haver uniformidade na interpretação da lei. Contudo, o Templo de Jerusalém mantém sua centralidade na devoção Judaica, e continua sendo o lugar onde o povo se encontra com Deus.

Mas, esse encontro se dá de maneira diferente do que ocorria no período anterior ao exílio, no que se refere à participação feminina na religião onde elas “como matriarcas e profetizas desempenharam um grande papel. Mas agora elas são de muitas maneiras subordinadas aos homens, e na oração e no culto permanecem separadas deles” (KÜNG, 2004, p. 197).

Longe de ser uma nação livre novamente, a Judéia vai mudando de soberano conforme vão surgindo novos conquistadores dos seus antigos conquistadores. Em 333 Alexandre Magno, após derrotar os persas, é saudado no Egito como libertador, tendo conseqüentemente o controle sobre a Palestina (HARRINGTON, 2006, p. 147). Fato marcante para o Judaísmo dessa época é a redação traduzida da Torá para o grego, denominada Setenta ou Septuaginta (HARRINGTON, 2006, p. 149). Conseqüentemente à conquista grega, se dá a introdução da cultura e da língua helênica que toma conta de toda aquela região (HARRINGTON, 2006, p. 150).

Com a morte de Alexandre em 323 a. C. com a divisão do império entre seus generais, os judeus foram governados pelos Ptolomeus do Egito, que foram derrotados pelos Selêucidas em 199 a. C., que tentaram obrigar os judeus a se submeter à helenização, o que desemboca na guerra dos Macabeus em 167 a. C. Em 143 a. C. Roma apoia a criação de um reino independente governado pelos Asmoneus, até que, devido a uma disputa por poder, Roma intervém e Pompeu com seu exercito, toma Jerusalém em 63 a. C. (ALEXANDER, 1987, p. 278). A Judéia passa a partir daí por um longo período sob o controle de Roma.

Em 66 d. C. surge uma revolta em resposta à atitude desrespeitosa do procurador romano Floro que retira 17 talentos do tesouro do Templo (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 90), culminando com a invasão de Jerusalém e destruição do Templo em 70 d. C. pelo General romano Tito (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 93). “Os últimos sublevados foram esmagados no ano 74 na fortaleza de Massada. A queda do templo favoreceu uma nova dispersão dos judeus” (BORAU, 2008, p.34).

Doravante, o Templo quase destruído, estava fechado para os sacrifícios. O desaparecimento da liturgia sacrificial acarretou o declínio das famílias sacerdotais e a extirpação progressiva do partido saduceu. Por outro lado, o culto sinagoga adquiria uma importância exclusiva sob a direção dos doutores da Lei, fariseus, que haviam reconstituído uma escola em Jâmnia, sob a direção do rabi João Bem Zakai. (SAULNIER, ROLLAND, 1983, p. 93)

Mas, a última revolta judia se deu no ano 133, tendo à frente Messias Bar Kochba, que teve apoio religioso por parte do Rabi Akiva (50-135 d. C.). A resposta romana foi letal a ponto de devastar a Judeia, que foi despovoada. Tendo a proibição de suas práticas religiosas por alguns anos, houve uma melhora sensível no início do século III de suas condições de vida e do direito à prática da religião. Contudo, no final do século IV, o Cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano. Em consequência disto, são retirados dos “Judeus os seus privilégios e o acesso aos cargos públicos” (BORAU, 2008, p. 35).

Em linhas gerais, esta situação prolongou-se até ao século XVIII em quase todos os estados cristãos e nos muçulmanos, depois da chegada do Islão (sic), com algumas exceções (sic) como foi o caso da Espanha muçulmana. Primeiramente encurralados pelos fundamentalistas muçulmanos e depois, em 1492, expulsos pelos conquistadores cristãos, os Judeus Sefardim (v. Os Judeus de Sefarad) de Espanha e de Portugal refugiaram-se no norte de África, na Ásia Menor, na Holanda e em todos os lugares onde as autoridades lhes permitiram fixar-se. Mas a principal



tragédia do povo Judeu aconteceu no século XX, entre os anos 1937 e 1944, que resultou em seis milhões de vítimas. (BORAU, 2008, p. 35).

### 2.2.3 Reflexos da história no pensamento judeu a respeito da parentalidade

A história do Judaísmo acima relatada serve de base para que se possa compreender o pensamento judaico com respeito à parentalidade. A partir de agora será possível ir à busca de dados que traduzam esse pensamento, tendo em mente com o que a história com suas vicissitudes, colaborou para que o povo judeu chegasse às conclusões que chegou a respeito de sua fé, e de como a religião conduz sua vida.

A família na época patriarcal era numerosa, e trazia consigo preocupações diferentes, pois sua realidade era diferente. Eram pastores nômades ou camponeses que necessitavam de um maior número de pessoas, pois sua realidade era mais difícil. Como não faziam parte da população de uma cidade, não tinham exército que os protegesse. Por isso uma grande família significava também proteção aos seus membros. Em Gn 14,14, o relato mostra que Abraão reuniu trezentos e dezoito homens de sua família para resgatar seu sobrinho “Ló das mãos dos reis invasores” (ALEXANDER, 1987, p. 278).

A paternidade é domínio, cuidado, atenção, responsabilidade. Diversas são as tarefas do pai/patriarca. Abraão guerreia contra os inimigos de seu irmão e sobrinho (Gn 14,14-16); Ló livra seus filhos e filhas da iminente destruição de Sodoma (Gn 19,2); Davi salva sua família de seus inimigos (1 Sm 30,3-18). (RAMOS, 1997, p. 24).

Quando as famílias começaram a adotar o sedentarismo, diante das diferenças que a nova realidade lhes impunha, seu tamanho foi diminuindo. O pai permaneceu como autoridade absoluta, a mulher ainda era propriedade do marido e o considerava como seu patrão (ALEXANDER, 1987, p. 278).

Entretanto, o homem só é considerado verdadeiramente homem, se for casado. A base desse raciocínio se dá na comparação da relação de Deus com seu povo com a relação do esposo com a esposa (SCHERER, 2005, p. 111).

É pela Lei que as famílias conduziam suas relações internas e externas. Em Ex 20,12 o Decálogo indica como os filhos devem tratar os pais: “Honra teu pai e tua mãe”. No livro dos Provérbios, as questões de respeito e disciplina mostram bem

como se educava um filho naquela época (ver 1,8-9; 4; 5; 6, 20ss; 10,1; 13,1. 24; 17,21. 25; 19,13.18. 27;20,11; 22,6.15; 23,13-16.19-28; 28,7.24; 29,15.17; 30,11.17).

Entretanto, a família era uma posse do pai. Por exemplo, “em caso de aborto provocado acidentalmente, o causante terá que compensar o “dono” da mulher, o marido (Ex 21,22)” (RAMOS, 1997, p. 18). Mas, em caso de dano grave, a lei do talião (olho por olho...) é o parâmetro referente à penalidade pelo crime cometido. Segundo Vicent Bourget,

a qualificação do aborto exigiu uma interpretação do estatuto da criança não nascida. Entre os antigos, a interpretação biológica antes da “formação” do feto, nesse sentido o embrião é reconhecido como se fosse uma “quase coisa” e, no caso de sua morte provocada, dependendo do caso, implica uma indenização financeira. Se a morte for provocada após sua formação, a vida do embrião, a pena a ser aplicada é a do talião (2002, p.89).

Entretanto, a afirmação de Bourget, baseada na tradução dos LXX de que a morte do embrião pode ser punida pela lei do talião incorre em equívoco, pois na tradução dessa versão há uma mudança de interpretação no que se refere ao feto formado e não formado devido à influência helênica no ponto de vista jurídico da questão. Na versão original, a morte do feto incorre em indenização financeira, enquanto que a morte da mulher pune o culpado com a lei do talião (SANCHES; VIEIRA; MELO, 2012, p. 24-25). Contudo, há situações em que o embrião recebe maior atenção e dignidade. Apesar das relações de posse, há um cuidado especial com relação à vida em sua fase embrionária.

Um segundo texto das Escrituras é o Sl 139,16. A Bíblia de Jerusalém e a Bíblia CNBB, quando falam do início da vida, expressam da seguinte forma: “Teus olhos viam o meu embrião [...]” e “Ainda embrião, teus olhos me viram [...]”. O autor fala do embrião constituído transparecendo o conceito hebraico da unicidade humana, rejeitando o dualismo entre corpo e alma mesmo na substância informe, ou seja, antes mesmo do reconhecimento morfológico. O salmo também enfatiza o amor divino ao novo ser desde os primeiros momentos, desde a fecundação.

O Livro da Sabedoria, capítulo 7,1 – nas Bíblias CNBB e Ave-Maria –, relata: “Formado em carne, no seio de minha mãe, durante dez meses tomei consistência em seu sangue”. O Livro da Sabedoria de Salomão, ao falar do início da vida, diz que o ser humano é formado com dignidade, pois, no início do versículo, Salomão identifica-se como homem que foi sendo formado delicadamente, ou seja, em todas as circunstâncias próprias da fecundação e da gestação exclusivas do ser humano atestada pela biologia moderna.

Em Jr 1,2, a consagração afirma categoricamente a ontogênese da pessoa humana e a sua dignidade desde os primeiros instantes de sua existência intrauterina. Usando a linguagem atual, diríamos desde a fusão dos

gametas, quando se dá o emparelhamento cromossômico. (SANCHES, VIEIRA, 2010)

Com todas as distâncias que devem ser respeitadas do contexto histórico em que estes relatos bíblicos foram redigidos, é nítido que a vida em sua plenitude é querida e amada por Deus que se revela através das Escrituras Sagradas. Para o judeu, “quem salva uma vida salva o mundo” (SHERER, 2005, p. 95).

Além da importância que se dá à quantidade de filhos, pois quanto maior “mais forte e rica será a família” (RAMOS, 1997, p. 26), os filhos representam uma prolongação dos pais (Tb 9,6; Eclo 30,4-6), que, como é possível verificar em boa parte do Antigo Testamento, não acreditavam em vida após a morte (RAMOS, 1997, p. 27).

A descendência ocupa lugar essencial na estrutura familiar. A esterilidade é incontestavelmente uma maldição. Por outro lado, ter muitos filhos é algo muito bom. Basta ver a alegria com que os pais recebem cada filho – sobretudo se for varão! (Gn 21,6-8) – e a preocupação e tristeza por não ter filhos, como o caso de Abraão, por exemplo (Gn 15,2-3). É tal a importância de ter descendência que se apela a meios tão condenáveis como o incesto para tê-los, como fazem as filhas de Ló (Gn 19,30-38). (RAMOS, 1997, p. 26).

Em outras palavras, os filhos proporcionam a manutenção da vida de uma família. Não somente no sentido biológico, mas também no sentido em que levam à frente as tradições familiares com seus valores e peculiaridades. É um bem que projeta a família para o futuro, trazendo consigo as raízes que fundamentaram sua existência. Por outro lado, a perda de um filho era uma chaga incurável.

Perdê-los é motivo de grande tristeza. Choram sua morte Jacó (Gn 37,34), Davi (2 Sm 12,16; 19,1) ou Raquel, como diz Jeremias (Jr 31,15) e as mães dos inocentes que Herodes mandou matar (Mt 2,17). Chorá-los é uma coisa absolutamente natural, mesmo em personagens tão antigas como Agar, angustiada pelo que crê ser morte iminente de seu filho Ismael (Gn 25,5-6). Embora a sensibilidade das pessoas bíblicas não seja igual à nossa em todos os aspectos, há constantes, e esta é uma constante fundamental. (RAMOS, 1997, p. 27).

A contracepção já faz parte dessa história. Segundo o Livro do Deuteronômio (25,5-10), se uma mulher ficar viúva sem ter gerado filhos com seu esposo, seu cunhado deveria assumir o lugar do falecido para garantir, pela geração de um filho, que o nome do falecido não desaparecesse em Israel. Ao nascer o primogênito, receberia o nome do falecido, e assim a continuidade de seu nome estaria garantida.

Contudo, houve um caso emblemático que marca a recusa de um irmão em cumprir o que diz a lei do levirato<sup>7</sup>.

Trata-se de Onã que tem sua história contada em Gn 38,3-30. Judá, um dos doze filhos de Jacó (Israel), em determinado momento, toma para seu primogênito Her, uma mulher chamada Tamar. Segundo o texto, Her desagradou a Deus e veio a morrer sem deixar filhos. Com isso Judá disse a Onã: “Vai à mulher de teu irmão, e cumpre com ela teu dever de cunhado e suscita uma posteridade a teu irmão” (Gn 38,8). Mas, Onã, durante o ato sexual, no momento da ejaculação retirava seu pênis e ejaculava no chão, pois não queria colaborar com a posteridade de seu irmão, e, segundo o relato bíblico, sua atitude desagradou a Deus que também o fez morrer (Gn 38,10). O pecado de Onã foi denominado Onanismo:

Onanismo é a interrupção da cópula, para evitar a inseminação. É o método anticonceptivo mais antigo e universal. [...] Na verdade, o pecado de Onan não está em derramar o sêmen na terra, mas na falta de solidariedade de quem recusa cumprir o dever de se casar com a viúva de seu irmão (NÚÑEZ, 1995, p. 97).

Não cabe aqui discutir como morreu Onã por ter descumprido seu dever de cunhado. Entretanto, parece que a gravidade está no fato de não cumprir a lei do levirato. Onã sabia que se desse um filho à viúva perderia a oportunidade de se tornar o substituto na primogenitura caso a viúva fosse incapaz de gerar filhos. A geração de filhos estava ligada a preocupação com a continuidade da vida do pai, pois não se acreditava em vida após a morte, bem como da manutenção dos bens em família.

Contudo havia também a ideia de controle da natalidade. Segundo Angus McLaren “os rabinos judeus recomendavam igualmente a política de “malhar dentro e joeirar fora” enquanto uma mulher amamentasse” (1997, p. 68). Com respeito ao aborto, atualmente, só é permitido no caso de risco de vida para a mulher (SCHERER. 2005, p. 109).

Assim, diante dos fatos apresentados pela literatura pesquisada a respeito do pensamento judaico no que se refere ao planejamento da parentalidade, conclui-se que ter filhos é extremamente importante. Trata-se de uma bênção divina que traz

---

<sup>7</sup> *Levir* em latim significa cunhado. Em hebraico se diz *yabam*. Nota de rodapé da Bíblia de Jerusalém, p. 288.

consigo a manutenção da família, de seus bens e perpetuação da posteridade (Gn 38,3-30). Um casal sem filhos vive uma dor que só pode ser curada com a bênção da gravidez, como foi relatado na história dos Patriarcas (Gn 12-36).

Foi possível também verificar que na atualidade, esse desejo de realizar-se como pai e mãe, além da fé, têm suas possibilidades aumentadas pelo uso de métodos de fertilização artificial. Entretanto, chama a atenção à dignidade dada ao embrião que afora do útero e antes dos quarenta dias de gestação não tem dignidade humana, e por isso pode ser utilizado em pesquisas científicas.

De qualquer forma, o que fica claro é que, constituir família, gerar e educar os filhos, são fatos que em si revelam para a família judaica uma manifestação clara da presença e da benção divina em sua vida, e confirmam a aliança de lahweh com seu povo.

## 2.3 PARENTALIDADE SOB O IMPACTO DO CRISTIANISMO E DO ISLAMISMO

O Cristianismo e o Islamismo são herdeiros do Judaísmo no que tange à Sagrada Escritura. O Cristianismo nasce no seio do Judaísmo, tendo na pessoa de Jesus Cristo, um judeu que viveu as tradições judaicas e seguiu a Torá, apesar de apresentar uma leitura mais humana da Lei, o que deu origem ao seu Evangelho. O Islamismo bebe da mesma fonte e também tem como patriarca Abraão, que gerou Ismael, que deu origem ao povo islâmico. Com o Cristianismo e o Islamismo, completa-se a chamada tríade monoteísta.

### 2.3.1 Cristianismo e parentalidade

O Cristianismo nasce “no seio do Judaísmo” (WEBER, 1970, p. 206) e traz consigo toda a herança de onde nasceu. Abraão é seu patriarca, o que se pode observar na genealogia de Jesus que se inicia na pessoa de Abraão, apresentada em Mateus 1,1-17. Isso implica na formação do pensamento cristão que não se desliga de suas raízes e que são afirmadas por Paulo em Gálatas 3,16: “Ora, as promessas foram asseguradas a Abraão e à sua descendência. Não diz: “e aos descendentes”, como referindo-se a muitos, mas como a um só: e à tua descendência, que é Cristo”. Para Paulo, Cristo é “O” descendente de Abraão, e isso

está claro para os cristãos que situam-se existencialmente na perspectiva da fé, desde os textos mais antigos da Sagrada Escritura. Ou seja, para o Cristianismo que nasce no seio do judaísmo, tanto o Antigo quanto o Novo Testamento são fontes que revelam a inspiração divina a partir da realidade dos patriarcas que são, a exemplo dos judeus, seus patriarcas.

Apesar de que a rigor só se pode falar de Cristianismo de fato, a partir dos anos 90 e 95 d. C., a primeira vez que os seguidores de Jesus foram denominados como Cristãos, foi em Antioquia (At 11,26), “a primeira comunidade mista” (MONASTERIO, CARMONA, 2006, p. 283), onde o evangelho foi anunciado pela primeira vez aos gregos (COTHENET, 1985, p. 46). A cidade teve sua fundação em 301 a. C., seu fundador foi Selêuco da Síria, tornando-se a terceira mais importante do mundo romano seguindo Roma e Alexandria. Era cercada por muralhas que se estendiam numa extensão de quinze quilômetros, possuindo uma população de 500.000 habitantes, segundo Estrabão (COTHENET, 1985, p. 44). A comunidade cristã que ali se instalou, tem sua origem na dispersão que ocorrera devido à perseguição na época do martírio de Estevão (At, 11,19).

Isso ocorreu pouco antes da primeira viagem missionária de Paulo, que inaugurou ali sua atividade missionária por convocação de Barnabé (COTHENET, 1985, p. 46). A primeira viagem missionária de Paulo ocorreu entre os anos 44 a 48 (AT 13,1 – 14,28) e percorreu os territórios de Chipre e da Ásia menor. A partir disso, o Cristianismo expandiu-se pelo mundo, adaptou-se e se desenvolveu até chegar aos dias atuais.

Paulo é figura decisiva para a compreensão da fé cristã. Seus escritos constituem parte importante do novo testamento e as suas jornadas missionárias levaram a boa nova para muito além das fronteiras das comunidades judeu-cristãs, atingindo a humanidade inteira (COTHENET, 1985, p. 108).

Contudo, todo o novo testamento da Bíblia, e não somente os escritos paulinos, é que dá a base para a formatação do pensamento cristão com respeito ao planejamento da parentalidade, apesar de que foi na atividade missionária de Paulo que se pode encontrar de maneira mais clara o sim ao mandado de Cristo ao “ide” (Mt 28,19). Isto se confirma pelo livro dos Atos dos Apóstolos onde a primeira parte é dominada por Pedro (VV. AA, 1983, p. 69), mas a partir do capítulo quinze, Paulo

se torna o protagonista da missão cristã para além das fronteiras do Judaísmo (VV. AA., 1983, p. 72).

S. Paulo realizou uma integração do Cristianismo que, apesar de todas as forças empregadas quanto ao conteúdo de sua doutrina teológica, não havia ultrapassado a posição de uma seita judaica com outros elementos. Com as suas doutrinas do pecado e da graça, da purificação, da redenção e da transformação neumática (sic) aparentada com a concepção dos mistérios, inseriu o Cristianismo no mundo geral de conceitos e representações da realidade, da redenção que naquele tempo se achava muito generalizada. E leva a cabo esta integração em diversos graus de compreensibilidade, segundo as diversas necessidades e circunstâncias.

Desta forma S. Paulo, ao mesmo tempo que incorporava o Cristianismo na área das forças actantes (sic) da época, converte-o de simples fé em religião. E não foi preciso roubar fosse o que fosse à sua forma vital ético-agressiva; desenvolveu os germes que ele continha vinculados às condições de tempo e de espaço até levá-los à plenitude. Por essa razão, por ter dotado de eficácia a pregação do Cristianismo, S. Paulo converteu-se no fundador da Igreja Cristã, precisamente por isso e não pelo seu labor missionário. (WEBER, 1970, p.208)

### 2.3.1.1 A pessoa de Jesus Cristo e seu tempo

Jesus, que era exclusivamente um poço de espiritualidade, pertencia à classe dos pobres e dos oprimidos. E é as pessoas desse sector que Jesus, que era ele próprio um trabalhador manual ambulante, se dirige com um sermão revolucionário, na aparência tão simples, mas na realidade de grande profundidade. (WEBER, 1970, p. 204)

As palavras de Alfred Weber, além de inspiradoras, poderiam ser o essencial a se dizer a respeito de Jesus Cristo, se para esse trabalho fosse suficiente uma perspectiva sociológica de sua pessoa. Porém, cabe aqui a clareza da adequada interpretação entre o Jesus histórico e o Jesus mostrado a partir da fé de seus seguidores . Para uma visão baseada na fé, ele é o Filho de Deus (Mc 1,1.15,39b), o Messias (Mt 5-7), o Senhor (Lc 7,13.19), o Salvador (Lc 2,11; At 5,31; 13, 23), o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1,29). Não se trata de um mito, mas de um relato que oferece um significado que, contudo, transcende a mera historicidade de maneira que,

o ministério de Jesus não deve ser visto como algo mítico, que pode ao mesmo tempo significar tudo e nada; é um acontecimento histórico datável com rigor, com toda a seriedade da história humana verdadeira, com sua unicidade, cujo modo de contemporaneidade com todos os tempos se distingue totalmente da intemporalidade do mito (RATZINGER, 2007, p.29)

Segundo Hans Kessler (2008, p. 237-238) a atividade de Jesus pode ser situada com exatidão considerável na cronologia geral. Com referência a seu nascimento que ocorre no tempo de rei Herodes (+ 4 a.C.), é relatado nos evangelhos de Lucas e Mateus (Lc 1,5; Mt 2), é um judeu e sua atuação pública, que se dá a partir de seus trinta anos de idade aproximadamente (Lc 3,23), ocorreu durante poucos anos e em uma área restrita de sua região, mais precisamente na região da Palestina de população judia, principalmente na Galiléia. Em seu contexto, Jesus seguiu naturalmente as tradições a que estava ligado. Sua vida era uma vida de um pobre trabalhador com poucos recursos e muitas dificuldades.

Chamava-se *Yeshua* e provavelmente isso lhe agradava. De acordo com a etimologia mais popular, o nome quer dizer “Javé salva”. O nome fora-lhe dado por seu pai no dia de sua circuncisão. Era um nome tão comum naquele tempo que era preciso acrescentar-lhe algo mais para identificar bem a pessoa. Em seu povoado, as pessoas o chamavam *Yeshua bar Yosef*, “Jesus, filho de José”. Em outros lugares chamavam-no *Yeshua há-nostri*, “Jesus de Nazaré”. Na Galileia dos anos 30 a primeira coisa que interessava saber a respeito de uma pessoa era: donde ela é? A que família pertence? Se se sabe de que povoado alguém vem e a que grupo familiar pertence, já se pode saber muito sobre sua pessoa. (PAGOLA, 2011, p. 29).

A partir do momento em que assume sua atividade de pregador do reino de Deus, abandona sua atividade profissional e segue seu caminho até o fim. É um pregador diferente, sua fala é poética e envolvente pois “o místico é poeta quando expressa a experiência íntima de Deus” (MONASTÉRIO, CARMONA, 2006, p. 25). Diferente do Judaísmo, Jesus não pedia adesão à Lei, mas ao reino de Deus, o que demandava penitência e conversão (MONASTERIO, CARMONA, 2006, p. 27-28), conforme a pregação de João Batista.

Jesus prega “um mundo novo mais justo e fraterno, no qual Deus pudesse reinar como Pai de todos” (PAGOLA, 2011, p.51), ou seja, o reino de Deus é onde Ele pode reinar como Pai de todos, e se pode é pela aceitação e envolvimento da humanidade nesse reino, onde ninguém é coadjuvante, mas todos protagonizam sua materialização no contexto humano. Para Jesus, Deus, que é Pai, quer estar muito próximo da humanidade e de toda sua criação, manifestando seu amor e seu cuidado para com todos. Isso se revela através das atitudes do próprio Jesus que se aproxima de todos aqueles que são excluídos em seu tempo, devido principalmente ao rigor da Lei; para Jesus



o santo não precisa ser protegido por uma estratégia de separação para evitar a contaminação; pelo contrário, é o verdadeiramente santo que transmite pureza e transforma o impuro. Jesus toca o leproso, e não é Jesus que fica impuro, mas o leproso que fica limpo. (PAGOLA, 2011, p. 240).

A história de Jesus é contada no Novo Testamento, principalmente nos evangelhos. A palavra evangelho vem do grego *euangelion* que os romanos usavam anteriormente ao cristianismo para cultuar o imperador (MONASTERIO, CARMONA, 2006, p. 18), mas que no cristianismo nascente significava o livro que registra a boa nova da salvação trazida por Jesus Cristo. É em suma, uma narração da história de Jesus Cristo que tem como prefácio o relato de seu ministério, seguido do seu conseqüente sofrimento, morte e ressurreição, que se mostra como centro da história da salvação da humanidade. Seu conteúdo tem cunho teológico e querigmático; não se trata de uma biografia (HARRINGTON, 2006, p. 425). Foi Justino (+ 165) o primeiro quem oficializou o uso do termo aos escritos que relatam os acontecimentos da vida de Jesus, fazendo uso da forma “Evangelho segundo...”, para evidenciar a unicidade do Evangelho, apesar de suas quatro versões diferentes (MONASTERIO, CARMONA, 2006, p. 19). A tradição que se formou a partir das palavras de Jesus, percebeu que

Jesus não é um mero mestre ou escriba do passado, mas o senhor ressuscitado e presente entre os seus. Portanto, não lhe basta recordar suas palavras do passado, mas é preciso ouvi-las no presente [...]. O que interessa é o sentido atual do passado e não sua mera repetição mecânica. A fidelidade ao passado é inseparável da liberdade para torná-la relevante no presente [...]. Uma tradição que não tenha a atuação presente do Ressuscitado e que não esteja dirigida pelo espírito (sic) seria letra morta (2 Cor 3,6)[...]. Mas se a tradição se fundamentasse somente na páscoa e no pentecostes, e não estivesse vinculada com o Jesus terrestre e seus discípulos imediatos, não estaria apoiada na história e não se distinguiria da gnose. [...] O autêntico conceito cristão da tradição deve evitar essas posturas unilaterais, que reaparecem com freqüência (sic) sob formas diversas ao longo da história. (MONASTERIO, CARMONA, 2006, p. 30).

Essa percepção deu ao Cristianismo seu caráter universal que foi concretizado pela atividade missionárias da Igreja nascente, principalmente por Paulo. No segundo século já se percebe um alcance da missão cristã a todos os povos do espaço mediterrâneo. Irineu de Lião em seus escritos menciona a existência de igrejas na Espanha, no Egito, entre os celtas, no leste, na Líbia e nas províncias germânicas (LENZENWEGER et al., 2006, p. 15).

Na atividade missionária cristã percebe-se algo extraordinário. Levando em conta os riscos que a missão impunha ao missionário, como relata Paulo na segunda Carta aos Coríntios 11,16-33, onde relata as várias ocasiões em que correu risco de vida e passou por sofrimentos terríveis como o açoite, o flagelo e o apedrejamento (11,24-25). Em sua história, o Cristianismo tem como base o martírio, e o primeiro a dar exemplo é o próprio Jesus que assume até as últimas consequências seu compromisso com o reino de Deus. Isso não foi diferente com seus discípulos, pois até que o Império Romano possibilitou a livre confissão de fé para os cristãos, o fato de assumir a missão vinha com a certeza de que o martírio caminhava com eles em sua sombra, pois “a profissão da fé significava uma ameaça de morte para os cristãos” (LEZENWEGER et al., 2006, p. 31). Apesar de todos os riscos que envolvem a missão, destaca-se o fato de que o caráter missionário pacífico é algo exclusivo do Cristianismo primitivo. (WEBER, 1970, p. 206).

Entretanto, no que se refere à parentalidade, a história de Jesus contada pelos evangelhos de Mateus e Lucas encontram-se relatos que vão diretamente ao centro da discussão a respeito da dignidade da vida desde a vida intrauterina.

No evangelho de Lucas, ocorre a narrativa do anúncio do nascimento de João Batista (1,5-25), afirmando que “ficará pleno do Espírito Santo ainda no seio de sua mãe (1,15). Em seguida, ocorre o relato da anunciação do nascimento de Jesus (1,26-38) por obra do Espírito Santo, e em Lc 1,39-41, ocorre a visitação de Maria a Isabel. Esse encontro, marcado por forte emoção, revela que quando Maria chega, “a criança lhe estremeceu no ventre e Isabel ficou repleta do Espírito Santo” (Lc 1,41).

No evangelho de Mateus não se encontram tantos detalhes, a não ser com respeito ao cuidado de José em repudiar a Maria secretamente, pois a denúncia por adultério e fornicação resultaria na pena de lapidação, ou seja, Maria seria apedrejada até a morte (Dt 22,22-29). Contudo José é alertado durante um sonho para que não temesse em receber Maria como sua esposa pois a criança foi gerada pelo Espírito Santo (Mt 1,20).

Em todos os relatos acima citados, observa-se o cuidado em expressar o valor da vida dessas crianças já no útero de suas mães de maneira muito especial.

Essa passagem adquire um sentido especial para nosso trabalho porque deixa claro que os autores bíblicos falam de “pessoas ainda não nascidas”

como pessoas formadas, capazes de agir e de ser reconhecidas. (SANCHES; VIEIRA; MELO, 2012, p. 31)

Para Mateus e Lucas, que constroem seus evangelhos com elaborações posteriores para dar legitimidade ao texto, a história de Jesus começa a partir de sua concepção, mostrando que a vida não pode ser contada somente a partir de fatos isolados de sua absoluta existência como ser humano, ou seja, desde sua concepção. Jesus não se revela para a humanidade de maneira surpreendente a partir de um momento. Ele é um ser humano Filho de Deus concebido e gerado no seio de Maria, e desde o momento de sua concepção já se manifesta sua identidade, o que se percebe na reação de Isabel ao receber Maria. Como em Jeremias 1,5: “Antes mesmo de te modelar no ventre materno, eu te conheci; antes que saíesses do seio, eu te consagrei.”, confirma-se em Mateus e Lucas o quanto na perspectiva bíblica a vida tem dignidade a ser respeitada desde sua concepção, e Jesus testemunha tal dignidade em cada momento dos muitos relatados nos evangelhos.

#### 2.3.1.2 Reflexos da história no pensamento cristão a respeito da parentalidade

Lembrando que o Cristianismo tem suas origens no Judaísmo (WEBER, 1970, p. 206), é necessário levar em conta todas as implicações disso, porém, sem perder de vista as diferenças radicais que se acentuaram ao longo dos anos entre as duas religiões.

O desenvolvimento cultural que ocorreu no Cristianismo desde sua origem até a atualidade, trouxe opiniões e debates que se estendera durante longos períodos. Com respeito à parentalidade, ocorreram dentro da história cristã diversos pontos de vista. Dentre eles, muitos soam na atualidade de maneira chocante por se tratar da opinião de pessoas ligadas à Igreja.

As influências externas que permearam o contexto histórico-cultural do cristianismo nascente, contribuíram para formular um pensamento ético que serviu de referência para o modo de ser naquele contexto. A opção de celibato que Paulo expressa em 1 Cor 7,1b: “É bom ao homem não tocar em mulher”, é um exemplo claro da influência grega no pensamento Cristão, que teve seu início num mundo helenizado. Isto é uma novidade marcante dentro de um mundo ainda judeu, pois como foi possível verificar anteriormente, para os judeus um homem que não se

casava não era bem visto por seu povo. Entretanto, isso se justifica pelo contexto de perseguição e martírio que os primeiros cristãos viviam.

Para os gregos, nem sempre o casamento significava um prazer, uma alegria e o número de filhos era controlado de acordo com o momento pelo qual passava a Polis. Em tempos de guerra, estimulava-se a procriação, mas em tempos de tranquilidade, o controle social da natalidade era comum. O próprio Platão estimulava o uso de métodos anticoncepcionais que poderiam ser utilizados diante da necessidade de tal controle. Para ele, diante da necessidade de estímulo ou de redução da natalidade, bastava conferir ao ato um sentido de “distinção ou de desonra” (MCLAREM, 1990, p. 20-21). Sendo assim, para os gregos esta questão se resolvia de maneira que não os comprometia moralmente.

A vida de casados não era vista por todos como um prazer puro. Muitos homens optavam por não casar; os que chegavam a consorciar-se produziam ninhadas pequenas. Dada a idade precoce do casamento entre as mulheres (entre os 14 e os 17 anos), eram possíveis cinco ou seis nascimentos, calcula-se que, em média, só cerca de quatro filhos nasciam e apenas dois ou três sobreviviam. Avançam-se várias razões para explicar estes números tão reduzidos. Mesmo entre os casados, a tolerância pública e, no caso grego, o elogio da homossexualidade masculina podem ter tido um papel importante na limitação da reprodução. Em Creta a homossexualidade era, segundo Aristóteles, oficialmente apoiada como tática de controle de população. Os heterossexuais convictos tinham opções próprias. O recurso generalizado a meretrizes fornecia um escape sexual aos homens que preferiam não engravidar as esposas. E, mesmo que concebesses os filhos, a subalimentação e as doenças que atacavam as mães resultavam, sem dúvida, em elevados níveis de perdas fetais. (MCLAREN, 1990, p. 21)

Entretanto, percebe-se nos gregos uma cultura fria diante do cuidado da vida como um todo. As preocupações diante do controle de natalidade tinham sua razão em questões que para a época atual soam como absurdamente cruéis. A preocupação com o controle populacional se estendia principalmente quanto ao número de herdeiros das propriedades, e, pior, o extermínio de crianças consideradas inaptas. Porém, surpreende o fato de que “Aristóteles sustentava que, mesmo antes da concepção, o sêmen e o fluido menstrual tinham almas” (Mclaren 1990, p. 40). Contudo, diante da necessidade de controle populacional da Polis:

Platão (c. 429-347 a. C.) e Aristóteles (c. 384 – 322 a. C.) foram mais longe ao considerarem a hipótese de o estado policial o casamento eliminar eugenicamente as crianças a mais e as inaptas. Nas *Leis* avançou a ideia de prover à estabilidade do número de proprietários de terrenos tendo um herdeiro por família. Aristóteles sugeriu – como já o havia feito Platão – que

a idade do casamento fosse sujeita a regulamentação e o aborto utilizado para regular a fertilidade: “O que há de fazer é limitar o tamanho de cada família e, se depois forem concebidos filhos para além do limite fixado, induzir o aborto antes que senso e vida tenham início no embrião”. (MCLAREN, 1990, p. 25)

A herança grega que mais influenciou o Cristianismo foi o Estoicismo, que por sua vez é descendente do Cinismo. Foi Zenão de Cício (332-262), ex-discípulo do cínico Crates quem fundou o Estoicismo por volta do ano 300 a.C. A introdução do Estoicismo em Roma se deu por mérito de Panécio (180-110) e Possidônio (135-51). Contudo, quanto ao desenvolvimento do Estoicismo em Roma sob o Império tem como referência os grandes nomes de Sêneca, que nasceu no início da era cristã e morto no ano 65, e foi ministro de Nero (CHÂTELET, 1973, p. 180), Epicteto, que nasceu em 50 e morreu entre 125 e 130, e finalmente Marco Aurélio, que foi imperador romano em 161 e viveu entre 121 e 180. Foram eles os responsáveis pela propagação do Estoicismo no Ocidente (CHÂTELET, 1973, p.169).

Para o sábio estoico, o verdadeiro bem está na virtude, enquanto que o verdadeiro mal está no vício, e se algo não está ligado a uma dessas categorias, é indiferente. Isso resulta em muitos paradoxos (CHÂTELET, 1973, p. 177):

a doença, a morte, a pobreza, a escravidão não são males, mas “indiferentes”; o sábio é, por definição, feliz, mesmo nos sofrimentos; o mau é sempre infeliz, já que inflige a si próprio, por seu vício, o único dano que sua alma possa sofrer (CHÂTELET, 1973, p. 177).

O ideal estoico é conduzido pela apatia, de modo que deve-se romper relações diretas com o tempo e com o mundo, sendo que só assim seria possível ser feliz. É fundamental no Estoicismo mudar os desejos e não se preocupar com a ordem do mundo, pois se deve ter fé na providência divina. É essencial que se viva segundo a natureza (CHÂTELET, 1973, p. 178), conduzindo a ação humana segundo suas tendências naturais (CHÂTELET, 1973, p. 19). O pensamento estoico afirma que o ser humano deve viver sua plenitude buscando a naturalidade, ou seja, sua realização está naquilo que naturalmente se manifesta em sua humanidade. Contudo, essa questão foi discutida a partir do ponto de vista moral por Bökle (1984, p. 239) da seguinte maneira:

A natureza na definição mais geral justamente significa a realidade não libertada pela práxis, mas que necessariamente a antecede. O homem, por natureza, está disposto a ultrapassar a natureza. As ações humanas não

são mero acontecimento da natureza; por isso justificam-se elas também só como ações e não como acontecimentos da natureza. Com isso surge a pergunta, como determinar a ação que ultrapassa a natureza, e que importância atribuir à natureza. A natureza é só o ponto de partida, ou ela exerce também influência sobre a execução da ação mesma?

O argumento da naturalidade, atualmente pode soar de maneira perigosa quanto se trata da questão da manipulação da vida na perspectiva da Bioética.

Retomando a questão das influências socioculturais no pensamento e conseqüentemente no modo de viver e agir do Cristianismo nascente, percebe-se a grande influência exterior a respeito da sexualidade que veio da cultura romana.

Não havia prática ou actividade (sic) sexual particular - nem a masturbação, nem o aborto, nem a homossexualidade - que levantasse preocupações especiais aos Romanos; era antes a ideia do "excesso" que os preocupava. Esta preocupação com uma vitória sobre os poderes da carne precedeu o cristianismo e não deve ser confundida com ele; a meta era a higiene e não a santidade. Os cristãos e os pagãos pareciam dizer praticamente a mesma coisa - especialmente acerca da sexualidade não procriadora -, mas por razões nitidamente diferentes. (MCLAREN 1990, p. 76)

É importante perceber as diferenças motivacionais entre o Estoicismo e o Cristianismo, para não cair na tentação de confundi-los. A acima citada Carta a Diogneto já demonstrou a identidade dos primeiros cristãos em seu contexto. Entretanto, há pontos importantes que devem ser levados em consideração quanto ao Estoicismo, quando se trata de uma aparente evolução nos relacionamentos dos esposos:

Paul Veyne argumentou que no século I ocorreu uma lenta alteração da ideia de casar simplesmente para gerar filhos para a de casar por afecto conjugal. Séneca (4 a. C. - 65 d. C.), o filósofo estoico, e Plínio, o Jovem (61 - 112) o célebre epistológrafo, tocaram, sem dúvida, uma nota sentimental ao discutirem o casamento. A esposa - outrora na mesma classe das domésticas - passava a ser cada vez mais descrita como uma amiga. (MCLAREN 1997, p. 54)

Há, contudo, um processo dialético no que diz respeito ao conceito de parentalidade do Cristianismo nascente. Como reflexo da influência cultural contemporânea, começam a surgir as manifestações daqueles que são considerados os pais da Igreja, a partir da cultura que os cercava, e revelavam ter mais clareza a respeito dos problemas da procriação do que seus contemporâneos pagãos. Contudo, sua forma de pensar esta questão, de certa forma e não

intencionalmente, acabou legitimando o uso de meios por parte das mulheres no sentido de controlar os partos (MCLAREN, 1997, p. 86).

Já nos primeiros séculos do Cristianismo, surge por parte dos padres da Igreja, uma visão negativa da sexualidade, que obviamente interfere de maneira incisiva na questão da parentalidade.

Tertuliano (155-220) confessou-se inseguro quanto à razão por que era permitido o acto (sic) sexual; Gregório de Nissa, João Crisóstomo, Ambrósio e Jerónimo declaravam a virgindade superior ao casamento. (MCLAREN, 1997, p. 90)

Contudo, para Clemente de Alexandria (150-215), acusava de blasfêmia aqueles que por sua continência iam contra a vontade do Criador e pregavam a rejeição ao casamento e a geração dos filhos. Contudo, apesar de sua simpatia com o casamento de que por ele se podia produzir filhos, afirmava que um casamento casto era o ideal; verifica-se com clareza nessa afirmação a influência estoica (MCLAREN, 1997, p. 91). Para Orígenes (185-255), o casamento era tão pecaminoso a ponto de considerar que os casais não podiam rezar em sua cama, por ser o lugar de seu pecado (MCLAREN, 1997, p. 90).

Uma das figuras mais marcantes do pensamento cristão é a de Aurélio Agostinho, mais conhecido como Santo Agostinho:

Agostinho (354-430), membro da elite romana norte-africana (sic) e mais tarde bispo de Hipona, foi o formulador mais influente das atitudes cristãs primitivas face ao controle da fertilidade. Sabia do que estava a falar. Dos 18 aos 29 anos de idade foi noviço ou “auditor” na seita dos maniqueus. Os maniqueus haviam, nos séculos III e IV, renovado o ataque à procriação originalmente lançado pelos gnósticos no século I. Dualistas que odiavam a matéria e procuravam proteger a “luz” mantendo a pureza do corpo, rejeitavam a procriação como um acto (sic) mau que tinha como resultado aprisionar almas em corpos. Os cristãos ortodoxos acusavam-nos de irem além do extremo herético de condenarem o casamento como pecaminoso. Alguns, afirmavam os cristãos, não se privavam do acto (sic) sexual, mas entregavam-se a ele ao mesmo tempo que empregavam práticas contraceptivas para frustrarem os seus resultados. Agostinho estava ao corrente de tais práticas; é provável que ele próprio as tenha utilizado. (MCLAREN, 1997, p. 86)

Agostinho criou um paradigma que moldou o pensamento cristão por muito tempo, afirmando que o casamento tem seu valor na progenitura, fidelidade e continência. Não há nenhuma menção ao amor entre os esposos pois “o amor” era considerado pelos cristãos, como o tinha sido pelos pagãos, uma paixão subversiva

e destrutiva e, por conseguinte, perigosa no casamento” (MCLAREM, 1997, p. 92). Apesar de seu respeito pelo casamento, diante dos riscos que se corria a se tornar escravo da lascívia, Agostinho considerava mais adequado o celibato, pois para ele o mal não estava na copulação, mas no prazer que a acompanhava, e com isso, mais tarde as relações sexuais prazerosas foram consideradas pecado venial, e o próprio cresci e multiplicai foi interpretado no sentido da razão e não da procriação (MCLAREM, 1997, p. 92-93).

Tertuliano (155-220) questionava a vontade de gerar filhos por causa dos riscos que ofereciam à fé. Para Cesário (503-543), Bispo de Arles, a maior parte dos filhos quando se tornam adultos, desejam a morte dos pais (MCLAREM, 1997, p. 94). Contudo, apesar de tudo isso, os cristãos faziam peregrinações onde recorriam aos santos para vencer a esterilidade (MCLAREM, 1997, p. 98).

Todas essas perspectivas foram ao longo dos séculos sofrendo as influências culturais de cada época. Entretanto no século XIX, na linha das igrejas protestantes, a intervenção era cautelosa no que se refere a assuntos familiares, e de preferência evitavam discussões a respeito das questões sexuais. Contudo, as esposas protestantes defendiam a maternidade e preocupavam-se com os métodos masculinos de contracepção, pois nesse contexto eram associados à prostituição. Quanto ao celibato, este já havia sido questionado por Lutero em seu tratado *De Votis Monasticis M. Lutrei Judicium*, publicado em fevereiro de 1522 (VALENÇA, 1974, p. 97).

A Igreja Católica, já no século XX, manifesta-se de maneira contundente a respeito do controle de natalidade, com um documento polêmico e questionado até por alguns bispos. Trata-se da Encíclica *Humanae Vitae* de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre a regulação da natalidade.

Conforme o próprio título do documento afirma, trata-se de uma encíclica papal que tem como centro de sua reflexão a questão sobre a regulação da natalidade. Sua data é 25 de julho do ano de 1968, e seus destinatários são os veneráveis Irmãos Patriarcas, Arcebispos, Bispos e outros Ordinários do Lugar em paz e comunhão com a Sé Apostólica, ao Clero e aos Fiéis de todo o mundo católico e também a todos os homens de boa vontade.

O tema da regulação da natalidade já vinha preocupando o Magistério da Igreja há algum tempo. Em virtude disso, o Papa João XXIII criou uma Comissão Pontifícia para o Estudo da população, da família e da natalidade, confirmada pelo



Papa Paulo VI, que durante seu discurso aos Cardeais em 23 de junho de 1964, manifestou seu interesse em reservar para si as decisões a respeito da regulação da natalidade.

A Comissão Pontifícia não logrou unanimidade nas conclusões e entregou diversos relatórios sem unanimidade. Entretanto a maioria optava por não atribuir muito peso moral com respeito à distinção entre métodos naturais e artificiais. Em virtude disso, após consulta de outros peritos e uma melhor reflexão, surge a Carta Encíclica *Humanae vitae*, demonstrando que a perspectiva de Paulo VI era diferente da opinião da maioria dos membros da Comissão. O que não ficou sem reações que ocorreram em fortes debates bem como resistências dentro da própria Igreja.

Dentro dos debates mais significativos, podemos destacar a manifestação do grupo/setor de moralistas e leigos que considerou que havia carência de razões na normativa da Encíclica. Outra manifestação importante se deu através de representações de diversas Conferências Episcopais, que justificaram sua posição que defendia a livre opção do casal com respeito da escolha de métodos artificiais, invocando o critério clássico da consciência como parâmetro de moralidade e opção do mal menor quando se trata de conflito de valores. Podemos ainda nos referir a uma terceira manifestação que defende a doutrina da Encíclica de maneira que “leva às vezes a buscar fundamentações imaginativas mas que parecem às vezes até alucinação” (ELIZARI, 1999, p. 562).

Quanto ao conteúdo da *Humanae vitae*, podemos destacar que ela inicia afirmando o que é o verdadeiro significado das duas realidades do matrimônio, ou seja, o amor conjugal e a paternidade responsável, tendo o amor conjugal como características ser plenamente humano, fiel e exclusivo, total, e fecundo. Quanto à paternidade, insiste que deve seguir a vontade de Deus que se expressa na natureza dos atos conjugais que tem sentido unitivo e procriador, deduzindo a partir disso que “todo ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida” (MORA, 1999, p. 500).

E ainda:

a encíclica acentua a importância do amor conjugal, inclusive o descreve como sensível e espiritual ao mesmo tempo. Contudo, ao precisar o critério ético da atuação sexual se inclina pela análise da mesma realidade sexual em que lê a expressão da vontade criadora de Deus de onde infere a exigência ética de uma atividade sexual amorosa, procriadora e respeitadora do próprio processo sexual humano. Na difícil resolução da

tensão entre o amor conjugal e sua mediação sexual, a *Humanae vitae* sublinha esta última grandeza como reveladora da vontade criadora de Deus sobre o conjunto da vida conjugal (MORA, 1999, p. 500).

A *Humanae vitae*, a partir de seu número 14, se expressa nitidamente contra o que chama de “vias ilícitas para e regulação dos nascimentos”, onde combate o aborto, a esterilização perpétua ou temporária tanto do homem como da mulher, bem como toda atitude que impossibilite a procriação durante o ato conjugal. Quanto à alegação de tolerar um mal menor, afirma que nunca é lícito fazer o mal para buscar o bem. Entretanto, demonstra que se necessário o uso de tratamentos terapêuticos diante de problemas de saúde que possam impedir a procriação, se não intencionalmente, são considerados lícitos.

Contudo, no caso da existência de motivos de ordem física, psicológicas ou exteriores que exijam uma regulação dos nascimentos, aponta para o uso do matrimônio apenas nos períodos infecundos de maneira a regular a natalidade sem contrariar os princípios morais que a Encíclica se refere, justificando o método por não interferir nas disposições naturais do processo. O documento também faz um forte apelo ao domínio de si mesmo, bem como a criação de um ambiente favorável à castidade, apelando também aos governantes, no sentido de cuidar para que não ocorra a degradação da moralidade das populações. Aos cientistas, pede que pesquisem maneiras seguras de regulação dos nascimentos que não interfiram nos meios naturais. Aos esposos cristãos convoca a uma consciência diante de seu compromisso com o Batismo e com a Igreja. A carta segue com mais algumas exortações que convocam sempre a consciência cristã no sentido do cuidado com a vida em sua plenitude.

A influência do pensamento cristão no que diz respeito ao planejamento da parentalidade, é inquestionável. Na atualidade o debate cristão com as propostas e perspectivas que a contemporaneidade propõe não flui com facilidade, e não se espera que de fato se possa chegar a um consenso, pois esse debate entre fé, ciência e as tendências contemporâneas que tem relativizado o valor e a dignidade da vida desde o momento de sua concepção se mostra longe de encontrar uma solução que possa valorizar a diversidade das perspectivas. Para o Cristianismo o valor da vida é inquestionável, e como afirma Vidal (1999, p. 171):

A originalidade religiosa do cristianismo determina também neste ponto uma inegável peculiaridade dentro do tipo da religião personalista (...). De fato, no cristianismo, como no judaísmo e nas demais religiões monoteístas de orientação profética, a ética tem seu fundamento na vontade divina expressa sob a forma de mandamentos. Mas no cristianismo esses mandamentos não são o efeito de uma vontade exterior ao homem que lhe impõe de fora a forma de vida a qual deve se ajustar. Os mandamentos são antes a expressão e a consequência da nova forma de vida que provêm do fato de o crente ter sido introduzido na própria vida de Deus e agraciado com o seu Espírito. Por isso, a aceitação dos mandamentos não se expressa de forma adequada em termos de obediência, mas deve ser compreendida como consequência do amor de Deus com que o crente em Jesus Cristo foi beneficiado.

### 2.3.2 Islamismo e parentalidade

O Islamismo, depois do Judaísmo e do Cristianismo, “é a terceira das grandes religiões reveladas” (SAMUEL, 1997, p. 236). Contudo, o Islamismo posiciona-se de forma a ab-rogar a perspectiva judaica e cristã, com a intenção de aperfeiçoá-las com a justificativa da necessidade do retorno à religião autêntica que segundo o pensamento islâmico, foi distorcida pelo Judaísmo e pelo Cristianismo. Contudo, apesar da existência de pontos comuns entre essas três religiões, paira uma atmosfera de distanciamento irreversível, em virtude das visões teológicas excludentes de cada uma delas. Porém, segundo Borau (2002, p. 122):

Para o Islão (sic), não é possível acreditar no Alcorão sem se ter a mesma fé na Torá e no Evangelho, porque o Corão é confirmação das mensagens divinas precedentes e a missão de Maomé constituiu em restaurar, reformar, renovar e confirmar as mensagens divinas transmitidas por enviados anteriores.

Entretanto, na atualidade, através do macroecumenismo há uma grande possibilidade de “um diálogo dinâmico e fecundo” (SAMUEL, 1997, p.236). O Islamismo nasce na aridez do deserto trazendo consigo as marcas desse contexto.

A península da Arábia, região árida e inóspita em boa parte de sua extensão e com clima tropical, é o berço do Islamismo, uma das regiões mais importantes do mundo actual (sic). Surgiu na sua zona ocidental contígua ao Mar Vermelho, situada a norte da região montanhosa do Iêmen, mais rica em águas e lugar de culturas antigas e que estava em decadência na época em que viveu o profeta do Islão (sic), Maomé (570-632). A referida zona abarca o extremo noroeste da península da Arábia e tinha excelentes oásis e cidades muito activas (sic), graças à sua priverligiada situação entre a Síria e os fabulosos mercados da Índia. (BORAU, 2002, p.101)

O fundador do Islamismo foi Maomé ou Mohamed que em árabe significa “muito louvado (...), nasceu no dia 9 do mês de Rabi-Awal, que corresponde ao dia 20 de abril do ano 571 d. C. “(BORAU, 2002, p. 102). Descendente da tribo dos Haxemitas, os quais eram poderosos mercadores na região de Meca, bem como com outros lugares. Perdeu seu pai antes de nascer e sua mãe faleceu quando tinha cerca de sete anos. Contudo, logo após seu nascimento, sua mãe o entregara a Halima, uma ama de leite beduína. Após a morte de sua mãe, Maomé ficou sob a custódia de seu tíu Abú Talib, que o tratou como um filho. Mais tarde, durante suas atividades profissionais conheceu Cadija, viúva e rica, que se apaixonou por Maomé e casou-se com ele.

Nessa época, na cidade de Meca, a Kaaba era um centro religioso que guardava as representações das divindades coraixitas que totalizavam um número de 360, sendo “uma para cada dia do ano, e a famosa pedra negra” (BORAU, 2002, p. 103).

Sabe-se que por volta de 600 d. C., durante várias viagens, Maomé pode conhecer as religiões judaica e cristã, donde traz as influências que o ajudam a moldar o que seria mais tarde o Islamismo que hoje conhecemos. O livro sagrado do Islamismo é o Corão que segundo Maomé, foi-lhe ditado por Deus através do arcanjo Gabriel, nele “encontram-se as revelações que Alá fez ao profeta Maomé e que foram compiladas pelos seus seguidores” (BORAU, 2002, p. 111).

O termo Islã por si só já traduz o modo de ser dos islâmicos, pois significa submissão, o que se revela por uma de suas fórmulas que afirma: “*Inch Allah! , Mektub!*, traduzido por “é a vontade de Deus, isto é, é o destino, contra o qual nada se pode fazer”.” (SAMUEL, 1997, p. 237). Para Scherer (2005, p. 15), Islã significa entrega, reconciliação, que tem proximidade com o termo *Salam*, que significa paz, totalidade, como no hebraico *shalom*.

A condição da família no Islã difere do Judaísmo e do Cristianismo, apesar de anteriormente existir a poligamia em Israel e no Cristianismo nascente, optam pela monogamia. No Islã, um homem pode possuir “quatro esposas legítimas” (BORAU, 2002, p. 122). A condição da mulher no Islamismo, como no Judaísmo e no Cristianismo nascente, é de inferioridade diante do homem. Pois, se uma mulher for testemunhar em juízo, seu testemunho só terá metade do valor do testemunho de um homem (SAMUEL, 1997, p. 261).

Contudo, o Corão traz várias citações que defendem e valorizam a mulher de maneira muito superior à forma com que era tratada a mulher árabe antes do islamismo. Segundo o Dr. Hassam Al Alcheik (1989, p. 4):

A mulher não esteve em nenhuma época da história antiga na posição que lhe era devida. As nações diferiam no grau de negligência e de violação aos seus direitos. O último exemplo de tal atitude foi o da Nação árabe antes do Islam. Pois meninas eram enterradas vivas por temer-se a desonra e para evitar-se seu sustento e isto é um ato excessivamente cruel. O pai, deliberadamente, enterrava sua filha viva. Ela perecia sob a areia pelas mãos de seu parente mais próximo.

O Corão na *Suratu An-Nahl* (A Sura das Abelhas), *ayát* (versículos) 58/59, afirma:

58. E, quando um deles lhe alvissara (sic) o nascimento de uma filha, torna-se-lhe (sic) a face enegrecida, enquanto fica angustiado.  
59. Esconde-se do povo, por causa do mal que se lhe alvissarou (sic). Retê-lo-á, com humilhação, ou soterrá-lo-á no pó? Ora, que vil o que julgam!

O Islamismo atribui à vida um valor inestimável, sendo o seu núcleo fundamental a família, “o primeiro meio de sociabilidade do ser humano, o local onde ele aprende as primeiras normas, que o seguirão para o resto da vida” (KHALIL; FILHO, 2003, p. 73). No Corão a *Súratu Al-Mái’Dah* (A Sura da Mesa Provida), *ayát* (versículo) 32, afirma:

Por causa disso, prescrevemos aos filhos de Israel que quem mata uma pessoa, sem que esta haja matado outra ou semeado corrupção na terra, será como se matasse todos os homens. E quem lhe dá a vida será como se desse a vida a todos os homens.

Este versículo do Corão mostra com clareza que um inocente jamais poderá ser morto. Por isso o aborto não é permitido, a menos “que a mãe esteja em perigo, ou que a gravidez seja resultado de um estupro” (SCHERER, 2005, p. 110). E ainda:

O Islam (sic) respeita todas as almas, em qualquer que seja a fase da vida humana. Seja um dia, seja mais que um dia. O aborto é um tipo de aniquilação do outro que, realizado sem motivo, sem justificativa legal, é considerado pela Lei Islâmica como um pecado maior. (...) De acordo com a Lei Islâmica, há apenas uma situação que esta atitude é tolerada: quando os médicos verificam que o feto está provocando risco à vida da mãe, com grande perigo que ela venha a morrer, caso a gravidez persista. (...) É necessário portanto, que haja um atestado sincero, rigoroso, por parte dos

médicos fiéis (*tabibun amin*) que cuidam do caso, comprovando que a continuidade da gravidez matará a mãe. (KHALIL; FILHO, 2003, p. 92)

Fica claro que quanto à dignidade o embrião não é diferente de ninguém que já tenha nascido, pois trata-se de uma vida e por isso deve ser defendida, a menos que incorra em risco de vida à sua mãe, pois a vida é um dos direitos “inalienáveis da criança no Islão” (sic) (ABDALATI, 1989, p. 185). No Corão, na Sura dos Rebanhos (6:151)<sup>8</sup>, diz o seguinte:

Dize: “Vinde, eu recitarei o que vosso Senhor vos proibiu: nada Lhe associeis. E tende benevolência para com os pais. E não mateis vossos filhos, com receio da indigência: Nós vos damos sustento, e a eles. E não vos aproximeis das obscenidades, aparentes e latentes. E não mateis a alma, que Allah proibiu matar, exceto se com justa razão”. Eis o que Ele vos recomenda, para razoardes.

Como afirma Abdalati (1989, p. 185), “uma das ações mais louváveis no Islão (sic) é o cuidado para com as crianças”. Lembrando que essa dignidade é dada às crianças pelo Islã independentemente de seu período de vida. Parece ser naturalmente claro para os islâmicos que a vida humana não pode ser relativizada em nenhum momento de sua existência.

É notável a importância dada no Corão à reprodução humana. São várias Suras que revelam a importância da vida desde o momento da fecundação, bem como de seu desenvolvimento. A vida humana é tratada desde sua fecundação não como obra do acaso, mas como obra divina. É o que se pode perceber na Sura do Espedajar-se: “Ó ser humano! O que te ilude quanto a teu senhor, O Generoso, que te criou e te formou e te endireitou? Na forma que Ele quis, Ele te compôs.” (82:6-8). E Ainda: “Enquanto, com efeito, Ele vos criou por estágios?” (71:14). Como também em 16:4: “Ele criou o ser humano de uma gota seminal”.

O útero materno é considerado pelo Corão como um lugar especial: “Em seguida, fizemo-lo gota seminal, em lugar estável, seguro” (23:13). E ainda de maneira mais abrangente todo o processo de gestação, passando por toda a vida até a morte e depois a ressurreição, observando o respeito à vida em sua totalidade:

---

<sup>8</sup> Aqui a referência à passagem no Corão se designa da seguinte maneira: 6= número da Sura no Corão, 151= versículo dentro da Sura. Com isso, a partir de agora, por motivos de ordem prática, as passagens do Corão serão citadas dessa maneira.

Ó homens! Se estais em dúvida acerca da ressurreição, por certo, Nós vos criamos de pó; em seguida, de gota seminal; depois, de uma aderência; em seguida de embrião configurado e não configurado, para tornar evidente, para vós, Nosso poder. E fazemos permanecer, nas matrizes, o que queremos, até um termo designado. Em seguida, fazemo-vos (sic) sair crianças, para, depois, atingirdes vossa força plena. E há, dentre vós, quem seja levado à mais provecta idade, para nada mais saber, após haver tido ciência. E tu vês a terra árida; então, quando fizemos descer, sobre ela, a água, move-se e cresce e germina toda espécie de esplêndidos casais de plantas (22:5)<sup>9</sup>

Como também é possível observar na Sura dos Crentes, o ser humano é visto na sua plenitude em todas as fases de sua criação:

Depois, criamos, da gota seminal, uma aderência; e criamos, da aderência, embrião; e criamos do embrião, ossos; e revestimos os ossos de carne; em seguida, fizemo-lo surgir em criatura outra. – Então, Bendito seja Allah, O Melhor dos criadores. (23:14)

Ou seja, a vida é incontestavelmente um dom divino para o Islamismo. O ser humano, criatura divina, colabora com Deus no processo criativo, mas, a vida do ser gerado não pertence ao ser humano e sim ao Criador.

A adoção é algo muito bem visto para o Islamismo, sendo considerada “uma maravilha, uma atitude nobre e preferível dentro do Islam” (KHALIL; FILHO, 2003, p. 92). Contudo, quanto à inseminação artificial, esta só é possível se for feita com a utilização do esperma do próprio esposo (KHALIL; FILHO, 2003, p. 93).

Quanto ao celibato, este é visto de forma negativa pelo Islamismo que “é visto como uma condição malévola, carregada de efeitos nocivos” (AYYATULLAH, 2008, p. 19) e critica a visão moralista de outras confissões religiosas a respeito da sexualidade.

É explícita a naturalidade com que o Islamismo trata a questão da parentalidade. A criança deve ser protegida e amada desde sua concepção, não havendo espaço para qualquer relativização da vida, que, sendo dom divino, deve ser respeitada e protegida. A sexualidade vista de maneira positiva, assim como o matrimônio, são os meios proporcionados pelo Criador que favorecem um bom nascimento e conseqüentemente uma vida digna.

---

<sup>9</sup> A referência ao óvulo configurado refere-se ao caso deste estar fecundo e instalado na parede do útero e dará origem a um ser perfeito. No caso do não configurado, seu resultado será um ser defeituoso. Há aqui uma justificação da diferença entre os seres humanos desde o início de sua gestação. Cf. nota de rodapé do Corão trad. Helmi Nasr, p.533.

Esta breve pesquisa sobre a parentalidade no Islamismo, deu sinais de que se faz necessário buscar conhecer melhor essa cultura, a qual tem sido referida comumente de maneira negativa. Entretanto, não se discute aqui questões como a guerra santa e a santidade dos seus mártires. O foco desse trabalho se dá na questão da parentalidade; de como o Islamismo trata as questões a partir da perspectiva da preservação da vida de seus filhos e filhas.

Ficou claro que na cultura Islâmica, não há a mais remota possibilidade de questionar-se a dignidade do embrião, a menos que a vida da mãe corra riscos devido à gravidez. Dessa forma, os textos do Corão que foram aqui citados, revelam com clareza a perspectiva do Islã no que se refere à proteção da vida humana desde sua concepção.

### **3 DEFINIÇÃO DOS DESCRITORES**

Os descritores que foram avaliados pelos especialistas eram no total de 58, sendo 8 descritores relacionados com a identificação dos sujeitos de pesquisa, 10 descritores que indicam uma parte central da pesquisa, ou seja, que apontam para a questão da existência ou não de 'projetos de parentalidade'. Os demais descritores apontam para os fatores analisados que, como hipótese deste projeto, têm forte impacto na parentalidade: modelos de família, com 11 descritores; visão de sexualidade, com 11 descritores; religião, com mais 5 descritores e as questões sociais, com os últimos 13 descritores.

Passamos agora a apresentar os descritores e a avaliação que eles receberam dos especialistas na primeira etapa da técnica de grupo nominal, que passamos a designar de *etapa não presencial*, comparando com a avaliação que o descritor recebeu na segunda etapa da técnica, que passamos a designar de *etapa presencial*. Neste momento da pesquisa toda a atenção está voltada para estas avaliações dos descritores pelos especialistas, pois seremos criteriosos em seguir os resultados destas duas avaliações, que podem ter 3 consequências: a) manutenção do descritor sem alteração; b) manutenção do descritor com alterações; c) exclusão do descritor das próximas etapas da pesquisa.

Devido ao fato de que na etapa presencial os especialistas tiveram mais explicações sobre os objetivos da pesquisa e também trocaram informações com os outros participantes, a metodologia adotada nos leva a concluir que a avaliação da



etapa presencial fora mais consciente. Deste modo uma melhor avaliação nesta etapa servirá para definir a permanência, alteração ou exclusão de um descritor das etapas seguintes que objetivam validar o instrumento de pesquisa sobre parentalidade.

### 3.1 DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO

Os primeiros 8 descritores visam identificar os sujeitos da pesquisa e poderão estar relacionados com outros grupos de descritores. É interessante observar que neste grupo de descritores todos eles foram mais bem avaliados na etapa presencial do que na etapa não presencial. Deste modo esta avaliação indicou pela manutenção de todos os descritores deste grupo.

O primeiro descritor que identifica o gênero dos sujeitos da pesquisa passa de uma indicação de 80% como indispensável na etapa não presencial para 93% na etapa presencial, e a nota máxima passa de 60% para 93%. O debate realizado sobre este descritor apontou que os pesquisadores cuidassem para a problemática da questão de gênero nos nossos dias e não reduzissem as possibilidades de resposta a apenas duas, como tradicionalmente é feito: masculino e feminino. O quadro abaixo indica as variações dos outros elementos de opinião e das outras notas.

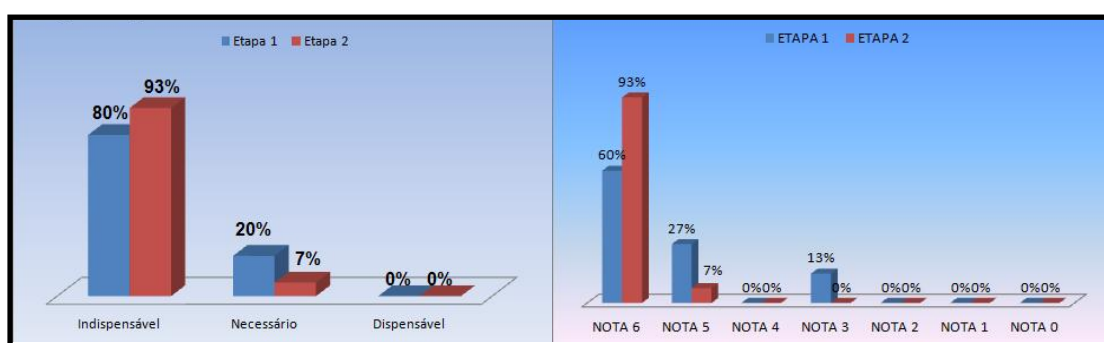


Gráfico 07 – Descritor 01 - Identificação de gênero

O descritor número 2 busca identificar um dado extremamente relevante para a questão da parentalidade que é o número de filhos. Atento à problemática da realidade familiar nos nossos dias este descritor indaga também se os filhos são consanguíneos, adotivos ou por reprodução assistida. O quadro abaixo revela uma

melhor avaliação do descritor na etapa presencial em relação à etapa não presencial.

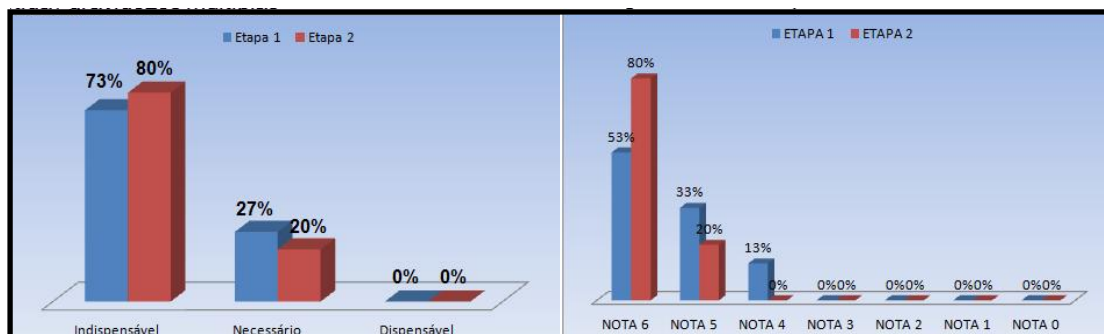


Gráfico 08 – Descritor 2 - Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas

O descritor número 3 indaga sobre a religião dos sujeitos da pesquisa, elemento este que vai permitir um mapeamento das futuras realidades a serem pesquisadas no tocante a este aspecto que é considerado pelo projeto como um dos fatores de impacto na parentalidade. É interessante observar que a avaliação deste descritor sofreu uma considerável alteração de uma para a outra etapa, sendo que na etapa não presencial 53% dos especialistas indicam o descritor como indispensável, passando para 80% na etapa presencial e coerentemente também na atribuição de notas as alterações passam de 40% para 80% de uma etapa para a outra.

Tendo em vista a realidade brasileira considera-se interessante incluir neste descritor sobre religião também a investigação sobre o grau de participação religiosa, pois se pretende avaliar se o impacto da religião na parentalidade pode variar, não apenas pela adesão a uma determinada religião, mas também pelo grau de envolvimento religioso. O quadro abaixo demonstra todo o resultado das avaliações.

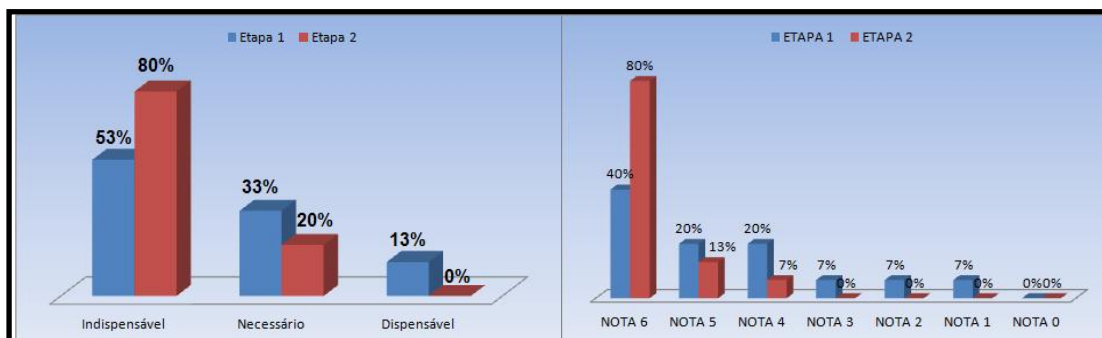


Gráfico 09 – Descritor 3 - Religião: pertença / grau de participação

Com o próximo descritor inicia uma abordagem que será comum no instrumento da pesquisa que buscamos validar que é investigar duplamente a situação apontada por alguns descritores: a) em relação ao primeiro; b) em relação último filho. Evidentemente que as situações das pessoas mudam ao longo da vida e as condições de 'projeto de parentalidade' podem variar muito de um filho para outro. Mudanças em algumas situações são mais claramente identificadas como o estado civil, a escolaridade, as condições econômicas e outras. Devido à dificuldade de se investigar as condições do projeto de parentalidade para cada filho, optou-se por escolher mapear as condições do planejamento da parentalidade no primeiro e no último filho, caso a pessoa a ser entrevistada tenha mais de um filho.

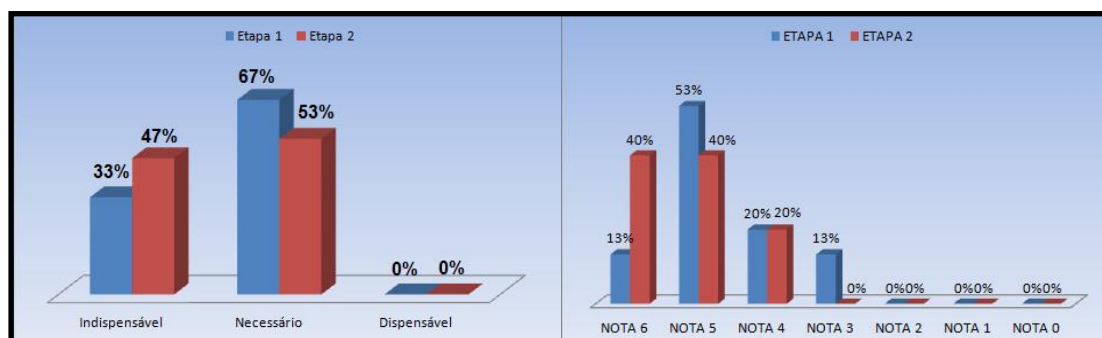


Gráfico 10 – Descritor 4 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 4 não fora muito bem avaliado pelos especialistas na etapa não presencial, com apenas um terço deles indicando que o descritor é indispensável. Na etapa presencial houve uma considerável melhora na avaliação do descritor, com 47% dos especialistas indicando o descritor como indispensável passando para 40% os que atribuíram a nota 6 para o descritor. Devido a esta mudança da avaliação e também porque o descritor claramente possibilita identificar diferentes modelos de

família e possíveis alterações nestes modelos os pesquisadores optaram pela manutenção do descritor.

O quadro nos permite ver as alterações nas avaliações e o fato de que em nenhum momento o descritor recebeu uma avaliação ótima da metade dos especialistas. Por causa destas dificuldades os pesquisadores se manterão atentos e abertos à possibilidade de alteração ou exclusão deste descritor nas etapas que seguem a validação do instrumento, principalmente na aplicação do projeto piloto.

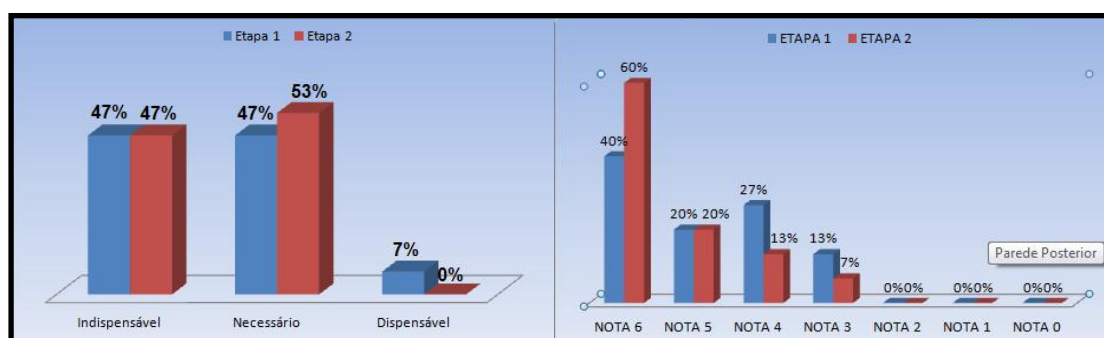


Gráfico 11 – Descritor 5 - Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 5 que aponta para a escolaridade das pessoas nas situações de gravidez também não fora muito bem avaliado. Aparentemente as avaliações não foram coerentes na relação entre manifestar a opinião e expressar a nota, pois apenas 47% dos especialistas indicam o descritor como indispensável – nos dois momentos das avaliações – no entanto 60% atribuíram a nota 6, nota máxima para o descritor. Isto nos leva a manter o descritor neste momento da pesquisa. De qualquer modo estabelecer a relação entre projeto de parentalidade e escolaridade pode ser muito interessante.

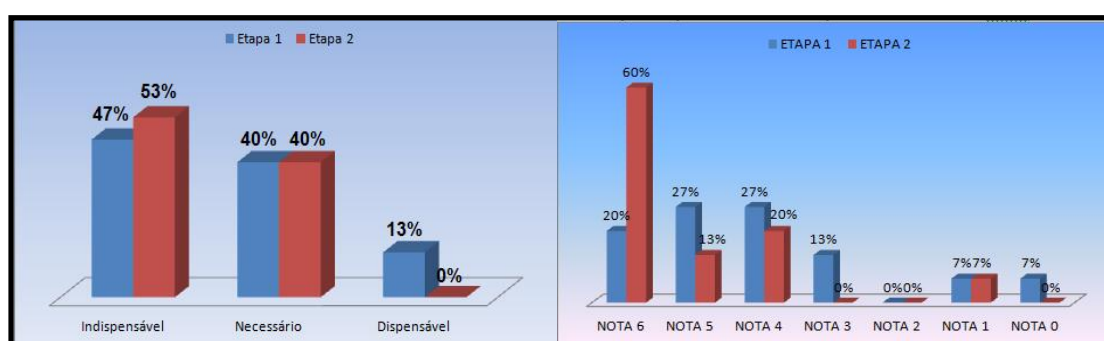


Gráfico 12 – Descritor 6 - Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho

O descritor 6 quer relacionar o projeto de parentalidade com a idade das pessoas. Percebe-se claramente uma melhor avaliação do descritor na etapa presencial, principalmente na hora de atribuir a nota onde 80% dos especialistas atribui a nota 6 para o descritor. Também é notável a alteração de 13% para zero no quesito considerar o descritor dispensável. O quadro indica as outras alterações:

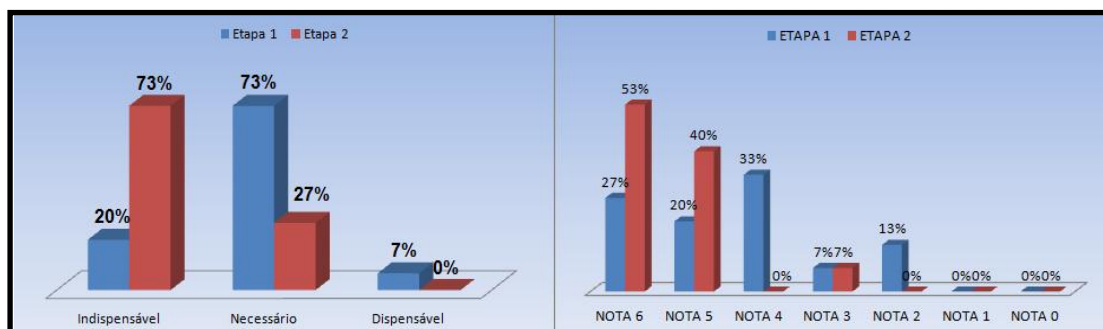


Gráfico 13 – Descritor 7 - Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 7 que busca identificar a renda familiar e sua relação com o projeto de parentalidade sofreu uma grande alteração nas diferentes etapas da avaliação. É interessante perceber que a dinâmica ocorrida na etapa presencial mudou drasticamente a opinião dos especialistas em relação a este descritor de modo que a percentagem que considera o descritor indispensável passou de 20% na etapa não presencial, para 73% na etapa presencial. A dinâmica da técnica aponta claramente para a manutenção do descritor. Observem no quando abaixo que também houve consideráveis alterações nas atribuições de notas.

O descritor 8 demonstrou estar apontando para uma realidade complexa que precisa ser mais bem compreendida. Alguns especialistas manifestaram dúvida se o descritor era relevante, visto que mapear a situação de emprego das pessoas remete a uma grande diversidade de possibilidades. Após o debate os pesquisadores optaram por manter o descritor com alteração no sentido de ao invés de indagar sobre a situação de emprego, passa-se a investigar a questão de ocupação, por se compreender mais simples e que possa ser reduzida a 4 categorias: empregado, desempregado, autônomo, do lar. De qualquer modo o quadro abaixo demonstra uma pequena melhora na avaliação deste descritor na etapa presencial.

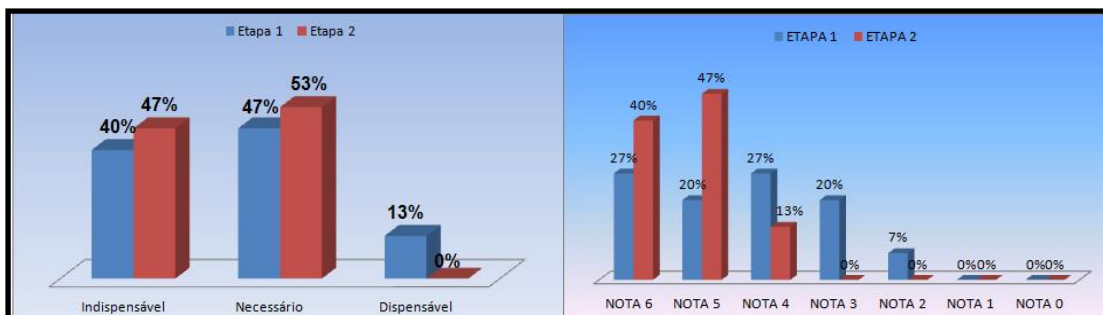


Gráfico 14 – Descritor 8 - Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho

### 3.2 DESCRITORES SOBRE PROJETO DE PARENTALIDADE

Passamos agora a outro conjunto de descritores que aponta para o centro do Instrumento de pesquisa que pretende identificar os tipos de projeto de parentalidade ou ausência do mesmo.

Os descritores 9, 10 e 11 foram construídos com a intenção de identificar se há “projeto de parentalidade explícito” em relação ao primeiro e último filho. O descritor 9 pretende medir se houve planejamento da gravidez claramente, e a avaliação deste descritor demonstra que os especialistas concordam fortemente – 80% deles - que é um descritor necessário. Veja no quadro abaixo a avaliação deste descritor nas duas etapas.

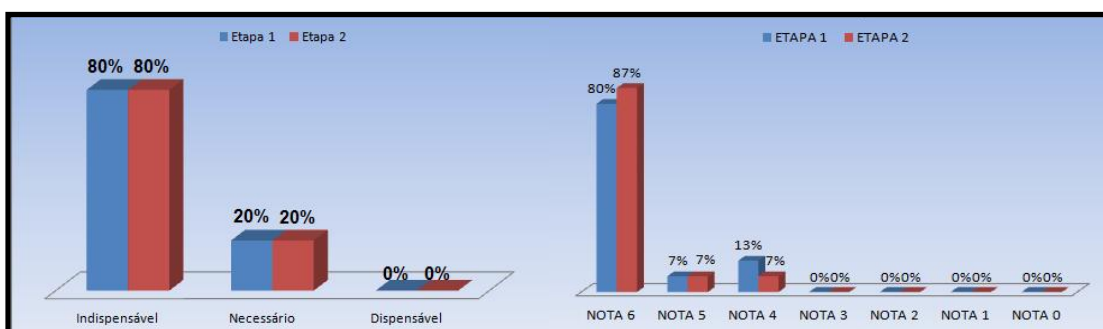


Gráfico 15 – Descritor 9 - A gravidez do primeiro/último filho fora planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar

O descritor número 10 busca identificar se houve avaliação de riscos relacionados com a maternidade. Compreende-se que se uma pessoa ou casal avalia as situações de riscos da gravidez é porque o planejamento da parentalidade está sendo explicitado. No entanto este descritor gerou bastante debate e se revelou um tema polêmico. Um dos especialistas assim se expressa:

A gente quando viu esses descritores, viu assim: riscos relacionados com a maternidade. Que riscos? O risco econômico, o risco emocional, o risco da relação entre o casal, quer dizer, ou o risco da própria gestação (GE).

Iniciou-se um debate se era necessário alterar o descritor no sentido de possibilitar a identificação dos diversos riscos que impactam sobre o planejamento da parentalidade. A participação dos pesquisadores se deu no sentido de explicitar que a pesquisa seria muito ampliada e talvez perdesse seu foco tentando identificar os riscos inerentes à questão. Assim aparecem as justificativas dos pesquisadores:

Porque a ideia é um pouco essa de que se em algum momento alguém decidiu planejar ou adiar uma gravidez, por causa do risco materno é um sinal que nós chamaríamos de ótimo planejamento familiar (GP).  
Nós não queremos levantar quais são os riscos... Essa pesquisa é menor. Não temos chance com esse descritor de mapear quais os problemas. Nós temos nesse descritor a preocupação simples: se você chegou a adiar, ou a ter ou não ter filhos por causa dos riscos, é porque houve planejamento familiar. (GP)

No entanto a questão abriu-se para outro tema quando um especialista indica:

Não, eu acho que poderia colocar os riscos, mas só os indícios, porque depende dos riscos você vai ter um projeto de parentalidade. Quer dizer um projeto você pode até ter, mas pode adiar. Se o pai, por exemplo, é portador de HIV-AIDS vai ter um adiamento, porque, se ele quer ter um filho, vai ter que fazer todo um tratamento e aí vai ter sim, um adiamento de projeto de parentalidade. Tem muitos casos hoje nesse âmbito. Não é um caso só, são muitos. (GE)

Com esta fala apontou-se para o fato de que o descritor indicava apenas os riscos da maternidade, e o questionamento surge: “há o risco da maternidade. E o da paternidade?” (GE). Outro indaga “seria necessário ver os riscos da paternidade? Seria necessário um outro descritor?” (GE). Deste modo o debate aponta para a necessidade de alterar o descritor incluindo a questão da paternidade. Houve consenso que abrir para investigar quais riscos seriam inadequados para uma pesquisa que quer apenas estudar o planejamento da parentalidade. Deste modo que a sugestão da alteração do descritor surge: “talvez o gente fizesse o descritor assim: itens relacionados com a “maternidade/ paternidade”. Acho que aí você abre para as duas frentes, mas sem entrar em quais riscos”. (GE)

É curioso que mesmo depois de muito debate este descritor permaneceu quase que totalmente inalterado nas duas avaliações a que fora submetido. O descritor fora mantido com a alteração indicada acima, mas percebe-se que poderá ser excluído nas etapas seguintes da pesquisa. Vejam o quadro que aponta para os índices de avaliação do descritor.

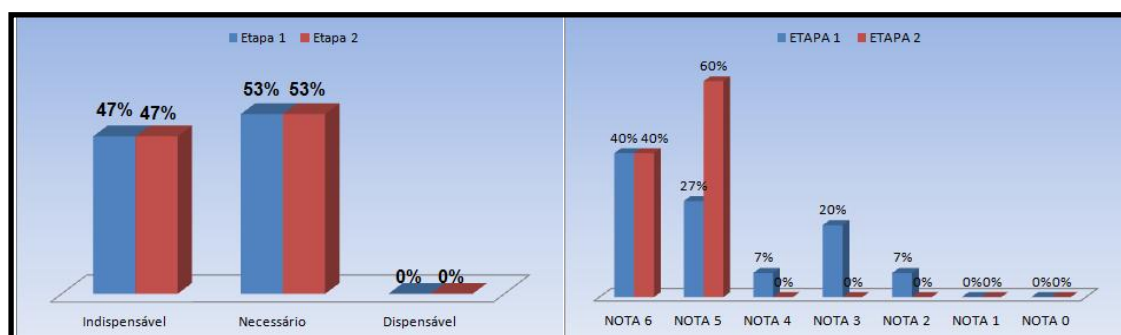


Gráfico 16 – Descritor 10 - Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho

O descritor número 11 aponta para vários aspectos, incluindo aspectos sociais, econômicos e humanos, que deveriam estar presentes num planejamento da parentalidade relacionados a uma avaliação das condições das pessoas ou casais em cuidar do filho após seu nascimento. A reflexão teórica indicada acima aponta para o fato que a parentalidade responsável implica – além da decisão da pessoa ou casal – o bem estar dos filhos e a sociedade atual já não vê com bons olhos aqueles que colocam filhos no mundo sem avaliar as condições de educá-los bem.

É interessante observar que este descritor não fora muito bem avaliado pelos especialistas na etapa não presencial, mas que após o debate e melhor compreensão do Projeto o descritor passou a receber uma melhor avaliação, de modo que o índice alcançado na etapa presencial chegou a 73% com indicação de que o descritor é indispensável e 67% com atribuição da nota máxima. Devido a este processo de mudança na avaliação de uma etapa para a outra o descritor fica claramente mantido sem alteração. As alterações de avaliação de uma etapa para outra podem ser mais bem compreendidas nos gráficos abaixo:



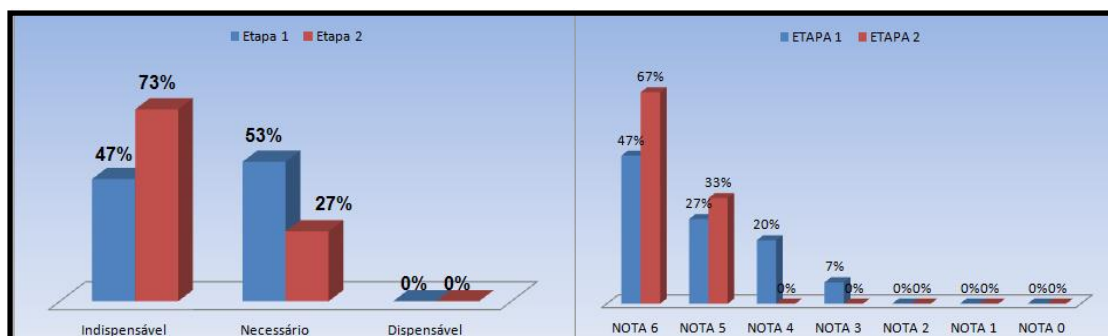


Gráfico 17 – Descritor 11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho

Se os descritores 9, 10 e 11 foram construídos com a intenção de identificar se há “projeto de parentalidade explícito” em relação ao primeiro e último filho, os descritores seguintes – 12, 13, 14 - são pensados para identificar se há o que definimos acima de ‘projeto de parentalidade implícito’, ou seja, uma resposta positiva a estes descritores indicaria que ‘ter filhos’ é parte dos projetos de vida das pessoas envolvidas.

Na nossa avaliação, de todos os pesquisadores envolvidos no projeto, o descritor número 12 é sintomático e nos permite um primeiro diagnóstico da existência ou não de planejamento da parentalidade: o modo como se dá e é recebido o anúncio da gravidez. Compreendemos que se a notícia da gravidez é recebida e anunciada como uma boa notícia indica que a parentalidade já era parte dos projetos de vida das pessoas envolvidas, ou seja, que ter filho era uma parte explícita ou implícita no horizonte de vida da pessoa ou casal.

No entanto na etapa presencial da técnica de grupo nominal a questão se apresentou problemática e ocorreu um debate a respeito. Primeiramente os pesquisadores provocaram os especialistas manifestando o descontentamento com a avaliação que este descritor recebeu na etapa não presencial:

as nossas expectativas se frustram quando a gente vê a resposta indispensável (27%). Se alguém falasse assim: “estou grávida!”, que beleza, que jóia. Então um ótimo sintoma...” (GP).  
Então, se a pessoa é mais feliz ou menos feliz no anúncio, é um sintoma para nós que o filho foi bem acolhido ou, “bah, tchê” – vamos ter que lidar com isso! (GP).

Os especialistas se dividiram em relação este descritor. Um grupo considerava o descrito dispensável e apresentavam alguns argumentos. A maior reação dos especialistas se deu indicando que o descritor pode estar apontando

para algo difícil de mapear, por se trata de 'alegria', algo subjetivo, que não aponta para uma tomada de decisão consciente de planejamento da parentalidade:

... eu coloquei aqui como dispensável, porque eu entendi assim que nessa questão já está entrando no aspecto mais subjetivo. E o aspecto subjetivo é preciso fazer uma análise de levantamento quantitativo, se é uma coisa qualitativa você abre um leque, aí já é outra interpretação. Tem que ter cuidado aonde vocês vão colocar esses dados. De que forma isso vai ser levantado. Porque "alegria", "felicidade" isso é um outro componente. Já está entrando com o aspecto subjetivo. Então como vai levantar cada coisa? (GE)

Outro especialista acrescenta na mesma perspectiva:

Eu também fui nesta perspectiva. De dispensável. É interessante porque eu analisei a palavra "alegria". É, se você for descrever o que é alegria para as pessoas tem uma diversidade imensa que bate até a tristeza, no caso de alguns. (GE)

Alguns reconhecem que a alegria pode ser expressa, mas não indica realmente que haverá um compromisso da pessoa ou casal com a criança que vai nascer.

E há também aquelas pessoas que vão ao estúdio de fotografia e fazem aquela foto, fazem aquele carnaval, vão à internet e que é uma encenação de um momento que, na verdade, não tem nem muito. Então eu acho que a falsa alegria fere um pouco a lividez do sentido. (GE)

Outros especialistas – a partir de suas experiências no acompanhamento de famílias – observam que este descritor é realmente um diagnóstico da qualidade de gestação que a pessoa vai ter.

No atendimento ... a gente vê quando vem o casal - hoje mais jovem - fazer uma ecografia e, se diagnostica uma gravidez, e baixa um ar de tristeza e até de revolta esta gravidez está condenada. (GE)

Deste modo se defende que a palavra 'alegria' precisa ser mantida, pois o aspecto subjetivo pode contribuir muito para a percepção da existência ou não planejamento familiar.

Exatamente. Eu acho que é importante manter esta palavra subjetiva da alegria porque nas questões anteriores tem dados muitos objetivos e que se pode fazer esse cruzamento entre o emotivo/intuitivo com aquilo que na prática acontece. Aí eu acho que tem um dado bem interessante para ser cruzado. Justamente por isso essa palavra “alegria” deveria permanecer, porque isso lá na prática de fato acontece. Aí eu acho que tem um dado bem interessante para ser cruzado. Justamente esta palavra “alegria” deveria permanecer, porque o primeiro impacto é emotivo e depois... lá na prática, é salário-família, é emprego, a questão de risco da mãe, do pai, tem todas as questões que, a gente vai ver se a alegria permanece. (GE)

Os pesquisadores argumentaram que o fato de se identificar que o anúncio da gravidez se dera num clima de alegria está-se apenas indicando que há abertura à gravidez, sem querer definir já, só este descritor, como suficiente para qualificar que tipo de planejamento da parentalidade existe.

A questão depois vai entrar numa escala - de muita alegria até zero alegria. ... se o cara colocou ali muita alegria, foi muito feliz nesse momento, nós vamos concluir que há planejamento de parentalidade. Não significa que há um planejamento explícito, vai ter que ver os outros elementos para dizer se foi explícito. Mas ele já vai dizer que houve planejamento. ... esse seria um sintoma de que há planejamento. (GP)

Debateu-se também se ‘aceitação’ não seria menos subjetiva do que ‘alegria’, conforme apontou um especialista “Talvez o fato de o clima de “aceitação” é interessante. A alegria talvez já me deixe um pouco a desejar. A aceitação é similar a este fim”.(GE) Isto, no entanto não fora acatado unanimemente: “E se a gente for tomar pela questão da subjetividade, a “aceitação” também é, porque eu posso aceitar e acolher ou eu posso me resignar e assim, aceita numa condição...”. (GE) Deste modo aventou-se a possibilidade de deixar o termo ‘aceitação’ e excluir ‘alegria’. Mas não houve reação contrária:

Eu acho que tem que deixar os dois (termos), sim, porque há um sinal de que essa criança foi planejada ou não. Eu me lembro da minha gravidez. Então eu penso assim que é um sintoma como você está colocando, um sinal de que isso foi planejado. Se não há alegria, e com vida, ou você aceita mais resignadamente e não tem o que fazer, então é um dado bastante representativo se foi ou não foi planejada. Então se a ideia é justamente pesquisar isso, então, me parece que está correto indagar... (GE)

Este descritor nos pareceu que suscitou um debate mais amplo, inerente à toda discussão do Planejamento familiar e o modo como a sociedade avalia e lida

com isto. Alguns apontam para o fato de que a parentalidade pode significar coisas muito diferente nos diversos contextos sociais:

A gente trabalha com grupo em favelas, adolescentes em situação social, a coisa que mais falam é no filho, ficou com meu filho, a alegria do meu filho, e a gente sabe que eles não estão muito com o filho, e onde é que estão? Aquilo é uma mercadoria – filho. Não sei como é que a pesquisa vai, principalmente porque é num determinado grupo. Eu acho que pode ter uma... Bem, se você acha que pode, eu acho que não é assim. (GE)

Esta questão é relevante nos parece que remete para a necessidade de se aprofundar a noção de parentalidade nos diversos contextos. Certamente este é um dos limites desta pesquisa, pois os descritores não foram pensados para avaliar estas diversas noções de parentalidade, apenas identificar se há ou não planejamento.

Um dos elementos fundamentais deste trabalho é a não pretensão de identificar o conteúdo do planejamento da parentalidade, por mais relevante que isto possa ser. A pesquisa que se pretende fazer está situada no contexto da bioética e, por isso, tentou-se buscar alguns elementos fundamentais que sejam razoáveis e com ampla possibilidade de diálogo numa sociedade pluralista. Concretamente os que estamos dizendo é que – independentemente do que significa planejamento da parentalidade nos diversos contextos e em diversos grupos sociais – há na sociedade brasileira um consenso de que o planejamento da parentalidade é importante. Por isso identificar se filhos nascem planejadamente é relevante para qualquer que seja o grupo social, religioso ou cultural em questão.

Apesar da avaliação negativa que este descritor recebeu em ambas as etapas das avaliações nós decidimos pela manutenção do descritor para a próxima etapa do processo de validação, a saber, o projeto piloto. Talvez tenhamos que retirar este descritor, mas por ora ele será mantido, por ser compreendido como um descritor sintomático da ausência ou presença de projeto de parentalidade. Vejam abaixo a avaliação que este descritor recebeu, com pouca variação e uma etapa para a outra.

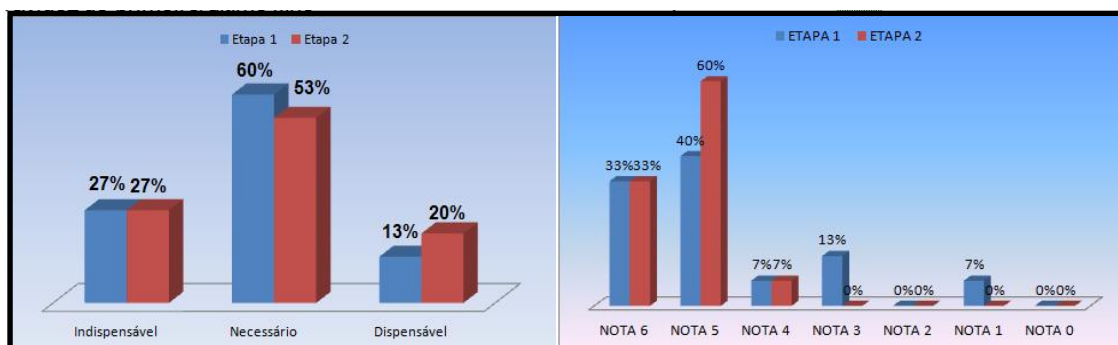


Gráfico 18 – Descritor 12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/ último filho

O descritor número 13 que busca identificar se o parceiro acolheu a criança na gravidez pode ser compreendido como um desdobrar no descritor anterior, pois o anúncio da gravidez pode se dar num clima de alegria para um parceiro e de tristeza para o outro. Para os pesquisadores o acolhimento da criança pelo/a parceiro/a é também sintoma de planejamento da parentalidade, ao menos implicitamente. O descritor também não recebe uma avaliação muito boa dos especialistas, mas há uma melhora na etapa presencial, como se vê no gráfico abaixo:

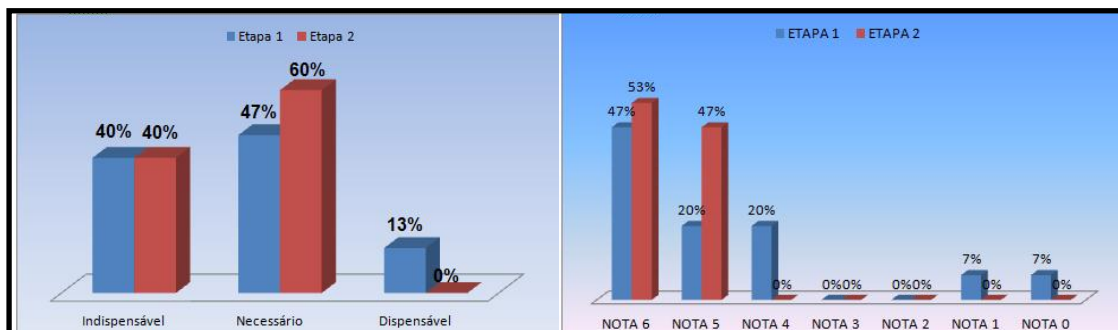


Gráfico 19 – Descritor 13 - O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 14 que indaga se o cuidado do filho se torna preocupação constante fora visto pelos especialistas como um descritor que está relacionado à parentalidade ao longo da vida da criança, mas que é irrelevante para indicar se houve planejamento da parentalidade. A avaliação bastante negativa que este descritor recebeu em ambas as etapas da técnica de grupo nominal indicou claramente que o descritor deve ser retirado das próximas etapas da validação do instrumento, o que de fato será feito. Menos de 20% dos especialistas consideraram o descritor indispensável, como se vê no quadro abaixo:

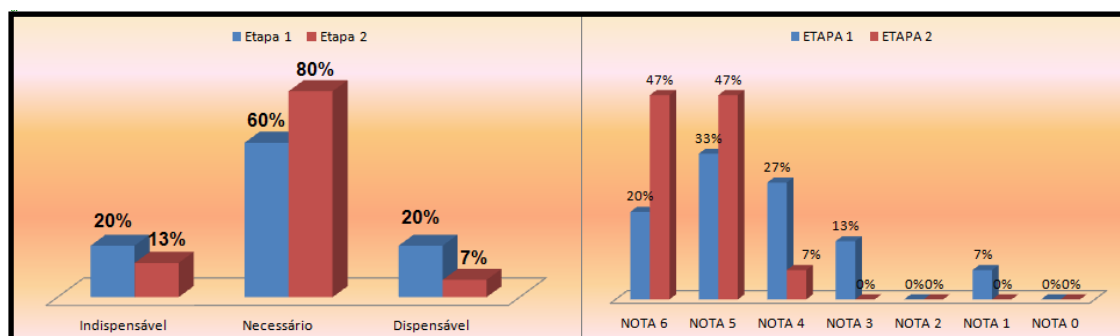


Gráfico 20 – Descritor 14 - O cuidado do primeiro/último filho se tornou preocupação constante

Os descritores seguintes – 15 a 18 - são pensados para identificar se há o que definimos de planejamento da parentalidade pós-fato, ou seja, identificar as situações onde não há planejamento da parentalidade, mas as pessoas envolvidas abrem-se para a parentalidade após ocorrer uma gravidez.

O descritor número 15 investiga se o aborto chegou a ser considerado durante a gravidez. Por mais difícil que seja colher esta informação compreendemos que ela é relevante, pois, independentemente da avaliação moral sobre o aborto, ele aponta, no mínimo, para uma ausência de planejamento familiar, pois usualmente não se abortaria um filho planejado.

Na etapa presencial houve questionamentos de alguns especialistas sobre o assunto. “Quando se fala em aborto aí vocês tinham a intenção clara de falar de aborto provocado?” (GE) Evidentemente que apenas o aborto provocado tem alguma relação com a presença ou ausência de planejamento familiar. Aqui é importante distinguir o moral do natural. Somente o aborto provocado implica em avaliação moral, pois é resultado de planejamento e decisão humana. O aborto espontâneo, não provocado, pode levar a pessoa a questionamentos existenciais por ser colocada em situação de vulnerabilidade humana, frente à fragilidade própria da condição humana, mas não pode a rigor, levantar questionamento moral.

Um dos especialistas aponta, corretamente a nosso ver, que este descritor aponta se “foi pensado no aborto. Não se está querendo dizer que a pessoa fez o aborto, apenas se foi pensado”.(GE) Um outro do descritor vai buscar identificar se houve ou não aborto no núcleo familiar. Fica claro que pensar em aborto tem relação com o planejamento familiar, e na ótica de um especialista, com um planejamento familiar responsável. “É importante, porque a pessoa pode ter desistido, mas chegou a pensar! ... Havia um indicativo de que não havia nenhuma vontade! ... Aí indica um índice de planejamento responsável”.(GE).

Segue abaixo o quadro relatando as avaliações que este descritor recebe, que reflete uma melhor avaliação na etapa presencial, onde, principalmente na nota máxima se tem uma considerável diferença, passando de 27% para 47% de uma etapa para outra. Vejamos o quadro abaixo:

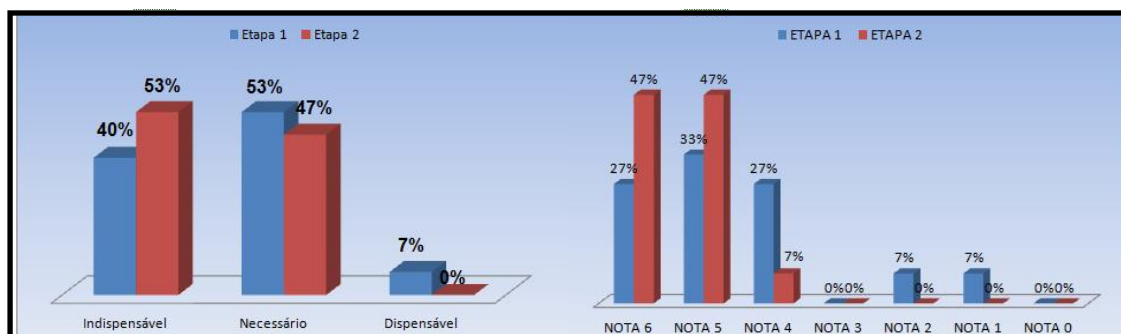


Gráfico 21 – Descritor 15 - A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho

O descritor número 16 fora muito mal avaliado pelos especialistas nas duas etapas da técnica de grupo nominal, de modo que será retirado das próximas etapas de avaliação. A justificativa apresentada pelos especialistas é que este descritor não aponta exatamente para o planejamento da parentalidade, mas para o exercício da parentalidade ao longo da vida do filho. Observa-se que apenas 27% dos especialistas consideraram este descritor indispensável. Vejam os outros índices no quadro abaixo:

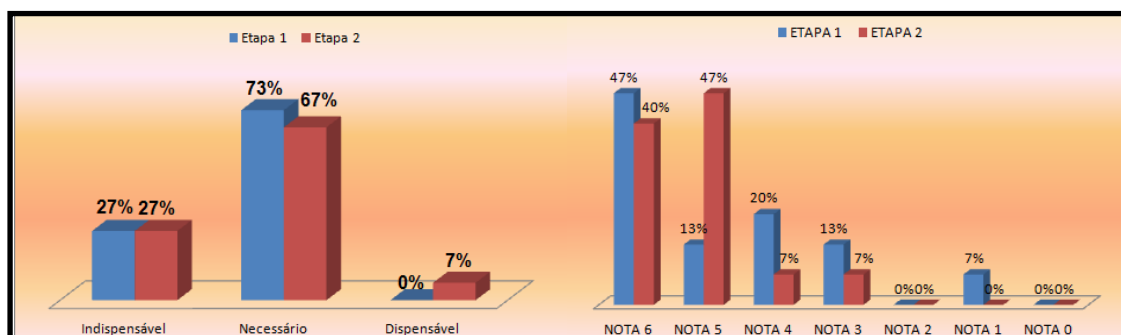


Gráfico 22 – Descritor 16 - A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem

O descritor número 17 também fora muito questionado pelos especialistas pois estes compreendem que o descritor aponta também para as relações de parentalidade e não para o planejamento da parentalidade. Este descritor indaga se o parceiro mantém o cuidado e a preocupação com o filho. Houve amplo debate

sobre o assunto que basicamente apontou para o fato de que é difícil avaliar ou identificar um projeto de parentalidade pós-fato. Alguns apontaram que o descritor pode ajudar na avaliação da parentalidade em relação o último filho. De qualquer modo o descritor fora melhor avaliado depois da etapa presencial, passando de 13% para 53% e assim o descritor fica, por ora, mantido.

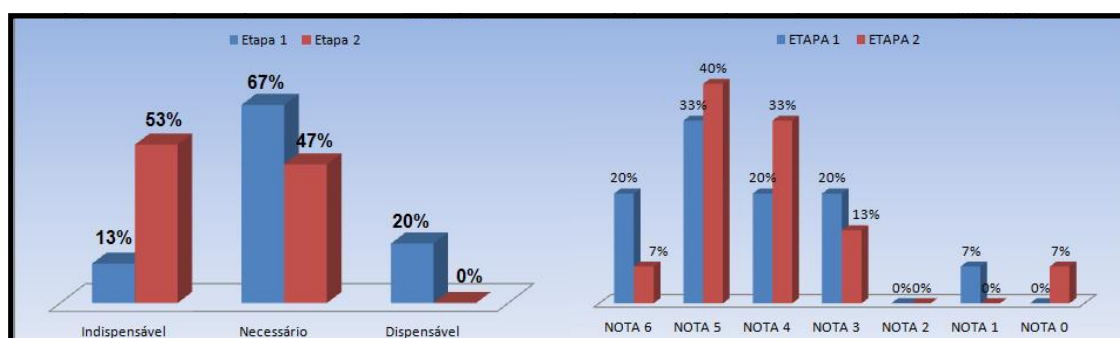


Gráfico 23 – Descritor 17 - A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança

O descritor 18 voltava a indagar sobre o aborto. Compreendemos que indagar sobre o aborto no contexto do planejamento da parentalidade é relevante, no entanto, os especialistas apontam para a dificuldade de fazer isto. Visto que já havia um descritor (n. 15) que abordava a questão, vários especialistas recomendavam não retornar a esta questão delicada. Por fim o descritor recebe de fato uma avaliação muito fraca, com apenas 27% dos especialistas que considerou o descritor indispensável, sendo assim retirado do instrumento para as etapas seguintes da avaliação.

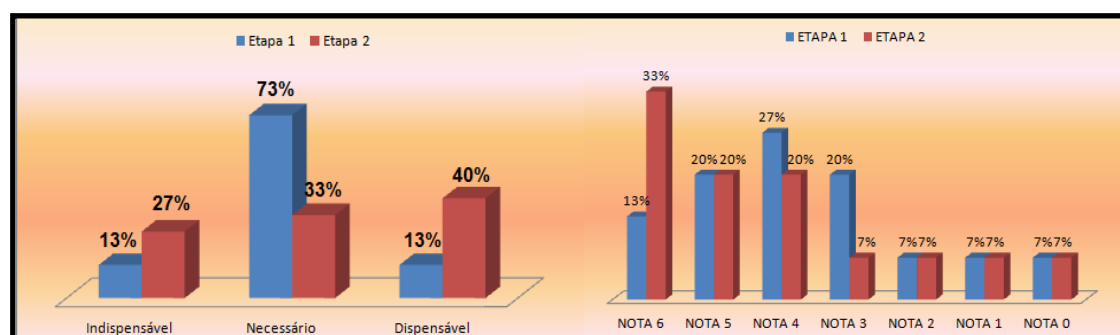


Gráfico 24 – Descritor 18 - Ocorrência de aborto no núcleo familiar

Como fora identificado acima, este conjunto de descritores – do descritor 9 ao 18 - aponta para o centro do Instrumento de pesquisa que pretende identificar os tipos de projeto de parentalidade ou ausência do mesmo. No projeto piloto se dará a validação estatística que poderá definir uma escala para medir e identificar os



diversos tipos de Projeto de Parentalidade, no entanto, no atual estágio do projeto de pesquisa já estamos sugerindo alguns elementos que poderão ser confirmados ou não na validação estatística.

Para definir o tipo de projeto de parentalidade colocamos a indagação e apontamos para elementos que possam medir e definir o tipo de projeto. Percebemos que as respostas ao instrumento da pesquisa poderão apontar para uma diferenciação – uma maior gradualidade – em relação aos tipos de projetos. Deste modo segue a proposta abaixo:

a) Houve Projeto de Parentalidade Explícito (PPE)?

- Indício de PPE = uma nota 3 nos descritores (09-10-11-19).
- PPE definido = duas notas 3 nos descritores (09-10-11-19).
- PPE bem definido = três notas 3 nos descritores (09-10-11-19).

*09 – Houve planejamento na gravidez do primeiro filho*

*10 - Os riscos relacionados com a maternidade/paternidade foram avaliados antes da gravidez:  
do primeiro filho*

*11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez:  
do primeiro filho*

*19 – A participação do (a) parceiro (a) na decisão de engravidar:  
do primeiro filho*

b) Houve Projeto de Parentalidade Implícito (PPI)?

- Indício de PP Implícito = Ausência de PPE, mas ao menos 3 pontos no descritor 12.
- PPI definido = ao menos 3 pontos no descritor 12 e ao menos uma nota 2 nos descritores (09-10-11-19).
- PPI bem definido = ao menos 3 pontos no descritor 12 e duas nota 2 nos descritores (09-10-11-19).

*12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria.*

c) Houve Projeto de Parentalidade Pós-fato (PPPF)?

- Indício de PPPF = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15
- PPPF definido = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15 e ao menos uma nota 3 nos descritores (13 ou 24)
- PPPF bem definido = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15, e ao menos uma nota 4 nos descritores (13 ou 24)

13 - *O (a) parceiro (a) acolheu o filho*

24 - *Apoio da família na gravidez do filho*

d) Houve Ausência de Projeto de Parentalidade (APP) ?

- Indício de APP = Ausência dos critérios de PPPF
- APP definida = Ausência de PPPF e notas 1 ou 2 no descritor (15).
- APP bem definida = Ausência de PPPF e nota 3 ou mais no descritor (15).

15 – *Chegou-se a pensar no aborto - do primeiro filho*

Deste modo a avaliação dos descritores podem nos levar a uma variação de projetos de parentalidade que podem assumir doze possíveis tonalidades ou graduações:

1. - Indício de PPE
2. - PPE definido
3. - PPE bem definido
4. - Indício de PPI
5. - PPI definido
6. - PPI bem definido
7. - Indício de PPPF
8. - PPPF definido
9. – PPPF bem definido
- 10.– Indício de APP
- 11.– APP definida
- 12.– APP bem definida

### 3.3 DESCRITORES RELACIONADOS COM O IMPACTO DA TRADIÇÃO BÍBLICA NO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE

Os próximos cinco descritores (nº 41 a nº 45) visam identificar o impacto da tradição bíblica no planejamento de parentalidade.

No descritor 41, foi possível observar uma evolução no conceito, o que se revela quando mostra que na primeira avaliação o descritor foi considerado por 67% dos especialistas como indispensável, e na segunda avaliação a porcentagem subiu para 80%. Conseqüentemente, há uma queda na avaliação que na primeira etapa

mostrava 27% considerando necessário, caindo para 13%. Contudo, o valor de dispensável não se modificou.

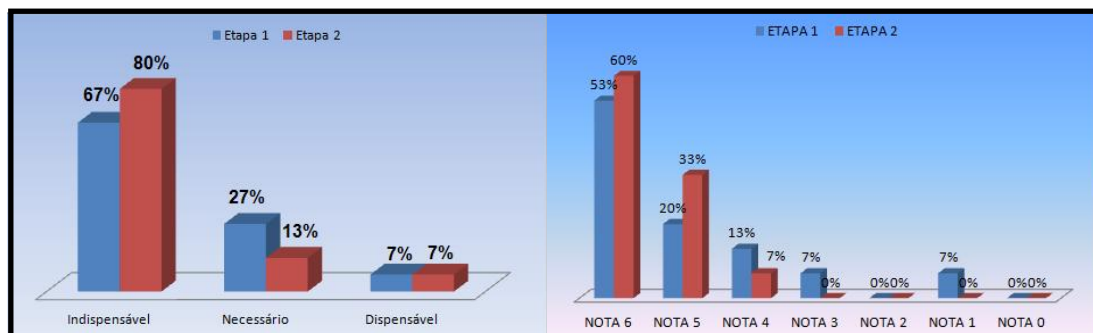


Gráfico 25 - Descritor 41 - Influência da religião na escolha ou não de método contraceptivo

O descritor 42 gerou debate entre os especialistas, que questionaram a possibilidade da sexualidade estar vinculada à promiscuidade.

Segundo os especialistas, o conceito de promiscuidade pode ser muito relativo, proporcionando um aumento considerável no conceito necessário, que superou muito o conceito indispensável. Entretanto, em termos de nota dada ao descritor, não houve mudanças.

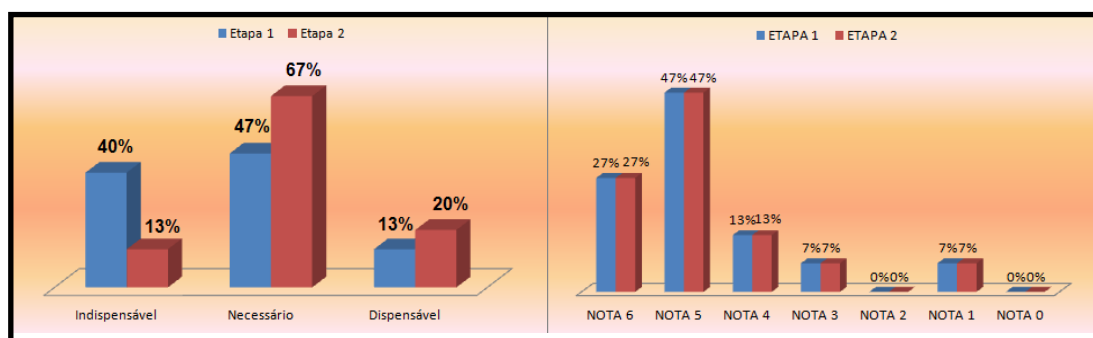


Gráfico 26 – Descritor 42 - Para o entrevistado a sexualidade está vinculada aos seguintes pontos: naturalidade / espiritualidade/ promiscuidade

O descritor 43 mostra uma evolução tanto no valor indispensável como no necessário, porém, com uma superação do necessário sobre o indispensável após a segunda avaliação dos especialistas. Quanto à nota, houve um aumento de porcentagem na nota cinco. Aparentemente parece óbvio para os especialistas a clareza desse descritor com respeito a quanto à religião influencia na maneira como os filhos são recebidos na vida do entrevistado.

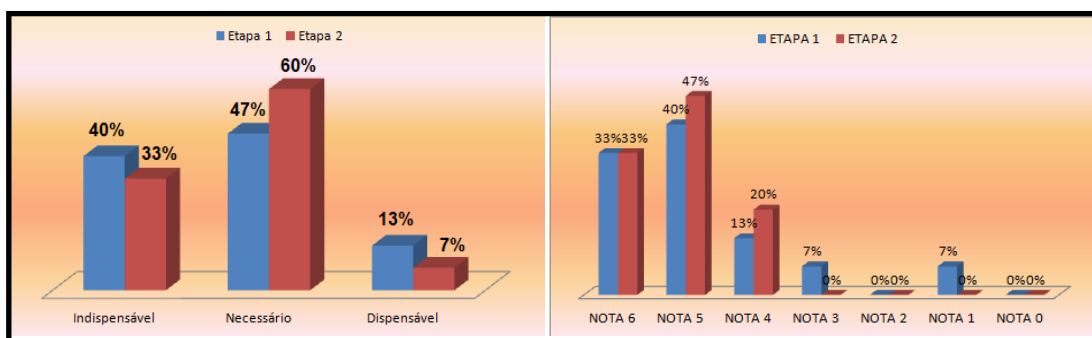


Gráfico 27 – Descritor 43 - Os filhos são compreendidos como sinais da bênção de Deus

O descritor 44 mostrou uma queda considerável em sua avaliação. Pois na discussão do gráfico nº 42, o tema da promiscuidade foi relativizado pelos especialistas. Entretanto, a importância desse tema se manifesta a partir da pesquisa literária, com muita importância diante do debate que a Igreja propõe sobre ele na Carta Encíclica *Humanae Vitae*, do Papa Paulo VI, sobre a regulação da natalidade, comentada anteriormente nesse trabalho. Perceber a atitude das pessoas, apesar da instrução do documento, poderá dar bases para uma melhor análise dessa questão diante dos problemas que a atualidade revela nas mais diversas perspectivas que esse tema pode oferecer.

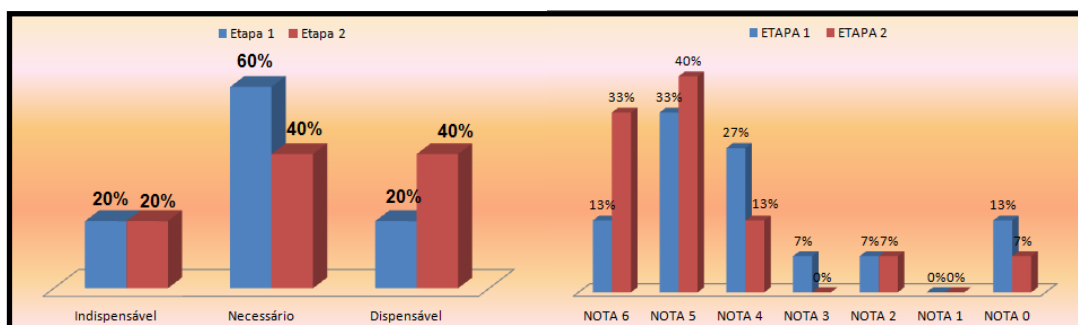


Gráfico 28 – Descritor 44 - Identificar se o uso de preservativos induz à promiscuidade

A evolução no descritor 45, no critério indispensável é bastante significativa, bem como no critério necessário. Observa-se também um grande aumento na nota seis e na nota quatro. Reconhecer se o filho é um projeto do casamento ou relacionamento, que num primeiro momento não teve tão boa avaliação, mostrou-se após a segunda avaliação, uma questão muito relevante para a pesquisa.

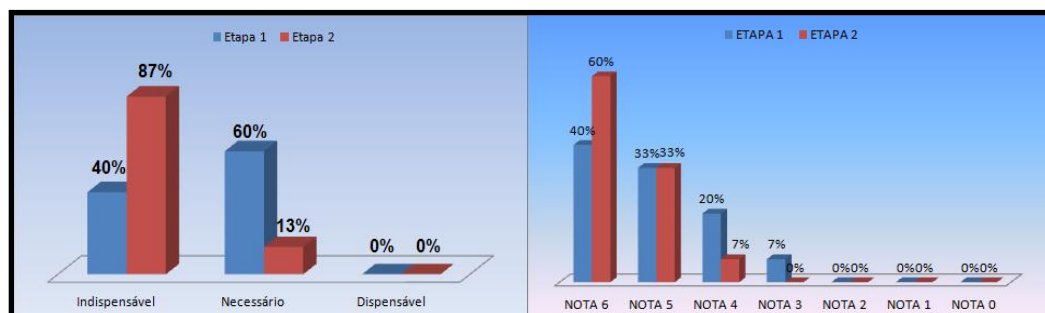


Gráfico 29 – Descritor 45 - Filho como projeto do casamento ou relacionamento

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa aqui elaborada Sobre o Impacto da Tradição Bíblica No Planejamento da Parentalidade, foi possível perceber que, apesar da mesma origem, cada uma das três religiões oriundas dessa tradição, convergiu para uma direção específica, apesar de surgirem de um mesmo patriarca, Abraão, de surgirem na mesma região, no oriente Médio, e de serem todas monoteístas, sua visão a respeito da parentalidade se mostra muito específica. Contudo, a partir dos Textos Sagrados, há um ponto comum entre essas religiões: o cuidado e o respeito pela dignidade da vida humana em sua origem. Cada uma com aspectos diferentes e que se mostram de maneira que se pode perceber o quanto a cultura de cada povo pode influenciar no seu ponto de vista, bem como na suas atitudes.

Desde o Antigo Testamento da Bíblia a vida intrauterina é valorizada através dos Salmos e de tantos outros livros que mostram que Deus cria por amor. No Novo Testamento, a alegria da geração do Messias manifesta da maneira mais humana possível a alegria de Deus em conviver com suas criaturas de maneira tão próxima. No Corão, Allah se revela como um criador perfeito, amoroso e cuidadoso que se importa com a existência humana desde sua primeira realidade no pó, na gota de espermatozoide, no embrião, na criança nascida, no ser humano adulto e envelhecido, que caminha para a ressurreição.

O Deus único manifestou-se a essas três culturas que conseqüentemente geraram o pensamento religioso que tem conduzido seus fiéis, e provocado neles muitas inquietações diante das questões que a atualidade lhes propõe.

A partir da pesquisa do Impacto da Tradição Bíblica no Planejamento da Parentalidade, título dessa dissertação, foi possível também verificar o quanto a cultura influencia a religião e conseqüentemente a forma com que as sociedades se relacionam entre si, a partir de sua perspectiva religiosa. Particularmente para o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo, foi possível verificar que, mesmo bebendo da mesma fonte, cada cultura construiu uma forma de religião correspondente aos seus anseios, de maneira que o contato com Deus através das Sagradas Escrituras pudesse lhes oferecer um referencial claro a respeito do caminho a ser seguido por cada povo.

Sem a possibilidade de cair na tentação de fazer qualquer juízo de valor, o que ficou evidente é que Deus se revela a esses povos de maneira tão clara, a partir das Sagradas Escrituras que apesar de existirem diferenças extremamente perceptíveis entre as três religiões, o fundamental permanece. Ou seja, o Deus de Abraão, de Isaac, de Ismael e Maomé, de Jesus Cristo, é o Deus da vida, apesar de que, com relação aos opositores de sua fé, houve uma histórica perseguição que não valorizou a vida deles.

Diante disso, a Teologia e a Bioética tem um papel vital no sentido de buscar as respostas adequadas para as questões referentes ao cuidado com a vida em toda sua plenitude, de maneira que possa colaborar no sentido de que a humanidade não se aliene dos valores fundamentais de sua existência. Através do instrumento de pesquisa que será validado a partir da pesquisa que este trabalho participa, existem muitas expectativas. Por exemplo, perceber como o ser humano tem se relacionado, a partir de sua fé, com as questões que a atualidade lhe propõe, ou, apesar de confessar uma religião, como esse ser humano reage a tais questões.

A pesquisa sobre o Planejamento da Parentalidade encontra-se atualmente em processo inicial, e por isso com grandes expectativas que pode gerar futuramente outros subprojetos que poderão ampliar muito a pesquisa a respeito desse tema que é tão exigente. No campo das religiões, o que aqui foi trabalhado é um primeiro passo para que se possa ir à busca do muito que existe para ser pesquisado. A pesquisa efetuada nos Textos Sagrados não teve a pretensão de atingir o nível exegético, mas a partir de uma leitura na perspectiva pastoral. Evidentemente a exegese tem muito a oferecer a esse trabalho. Contudo, houve

limites que diante das possibilidades não foram possíveis de serem transpostos, mas, as expectativas para o futuro dessa pesquisa são muito grandes.

## REFERÊNCIAS

- ABDALATI, Hammudah. **O Islam em foco**. São Bernardo do Campo, SP: Centro de divulgação do Islam para América Latina, 1989.
- ALCHEIK, Hassam Al. **O lugar da mulher no Islam**. São Bernardo do Campo, SP: Centro de divulgação do Islam para América Latina, 1989.
- AVRIL, Anne-Catherine. MAISONNEUVE, Dominique de La. **As festas judaicas**. Trad. José Maria da costa Vilar. São Paulo: Paulus, 1997.
- AYYTULLAH, Mortedha Motahari. **A Ética Sexual no Islam e no Mundo Ocidental**. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2008.
- BENAGIANO, Giuseppe. **Reproductive strategies for human survival**. Vol 4. Suppl. 1. 72–76 Reproductive BioMedicine Online; [www.rbmonline.com/Article/174](http://www.rbmonline.com/Article/174) on web 1 August 2001. BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BEÑERAF, Luis Féder. **Los orígenes de la violencia y la segunda revolución in psicoanálisis**. In: SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martin. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006, p. 55.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOAS, Frans. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.
- BORAU, José Luiz Vasquez. **As Religiões do Livro: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo**. São Paulo: Paulus, 2008.
- BRIEND, J. **Uma leitura do Pentateuco**. Tradução Benoni Lemos. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- BOURGUET, Vincent. **O ser em gestação: Reflexões bioéticas sobre o embrião humano**. Trad. Nicolás Nymi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CABRAL, Gabriela. **As cinco maiores religiões**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/religiao/as-cinco-maiores-religioes.htm>. Consultado em 22 de março de 2013.
- CAMPBELL, Joseph; MOYERS. Bill. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Atena, 1990.
- CHARPENTIER, E. **Para uma primeira leitura da Bíblia**. Sétima edição. Tradução Pe. José Raimundo Vidigal, CSsR. São Paulo: Paulus, 1980.



COLLIN, Matthieu. **Abraão**. Tradução Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

CORÃO Sagrado. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa por Helmi Nasr. São Paulo, 2005. 1065 p.

EGUREN, Juan A. **Paternidad responsable y valores humanos**. Valencia: 1976.

ELIZARI, F.J. Procriação responsável. In: VIDAL, Marciano. **Ética Teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P 554 – 566.

**Enciclopédia Ilustrada da Bíblia**. Diretora da obra Pat Alexander; tradução Edwino A. Royer; revisão José Joaquim Sobral. São Paulo: Paulinas, 1987.

FOLHA ONLINE. **Artigo sobre o livro O Atlas das Religiões**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u399023.shtml>. Consultado em 22/03/2013.

FORD, Norman M. **A Catholic ethical approach to human reproductive technology**. Vol. 17 Suppl. 3. 2008 39-48 Reproductive BioMedicine Online; [www.rbmonline.com/Article/3311](http://www.rbmonline.com/Article/3311) on web 20 May 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC- Livros Técnicos e Científicos S.A., 1989.

GORGULHO, Luiz Bertrando, O. P. O Tema das “Maravilhas” na Tradição Javista. In: SALVADOR, Joaquim, S. D. B. **Atualidades Bíblicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre: Editora Vozes Limitada, 1971. P. 192 – 205.

GRELOT, P. **Homem quem és?: Os onze primeiros capítulos do Gênesis**. Cadernos bíblicos 4. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

HAMURABI, Rei da Babilônia. **Código de Hamurabi: escrito em cerca de 1780 a. C.** Traduzido por Leonard William King; tradução para o português de Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2005.

HAERING, Bernhard. **Paternidad responsable**. Madrid: Ediciones Paulinas, 1971

HARRINGTON, Wilfrid John. **Chave para a Bíblia: a revelação: a promessa: a realização**. Tradução Josué Xavier, Alexandre Mancintyre. São Paulo: Paulus, 1985.

HEFNER, Philip. Imago Dei: The possibility and Necessity of the human person. In: GREGERSEN, Niels Henrik, DREES, Willem B., GORMAN, Ulf, (eds). *The human person in science and theology*. Grand Rapids, Michigan: Willian B. Erdmans Publishing Company, 2000, p.91.

KALIL, Muhammad Jaafar; FILHO, Omar Nasser. **Um diálogo sobre o Islamismo**. Curitiba, PR: Criar Edições, 2003.

KELLER, Verner. **E a bíblia tinha razão**. Tradução João Távora. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

KERRIDGE, Ian H; et all. Religious perspectives on embryo donation and research. Clinical Ethics, Royal Society of Medicine Press Limited, 2010; volume 5, number 1, p. 35–45

KÜNG, Hans. **Religiões do mundo: em busca dos pontos comuns**. Tradução Carlos Almeida Pereira. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

LENZENWEGUER, Josef; et all. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LOPEZ, Félix Garcia. **O Decálogo**. São Paulo: Paulus, 1995.

MARSTON, Cicely & CLELAND, John. **The effects of contraception on obstetric outcomes**. Geneva, Department of Reproductive Health and Research, World Health Organization, 2004.

MASSÉ, María del Carmem. **Decisiones de pareja en el comienzo de la vida – Límites y posibilidades del principio de autonomía**. Comilas, Madrid :(Disertación de Máster en Bioética). U.P., 2008

MCKENZIE, John L. S. J. **Os grandes temas do Antigo Testamento**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

MCLAREN, Angus. **História da Contracepção: Da Antiguidade à Actualidade**. Trad. Tereza Perez. Lisboa, Portugal: Terramar- Editores, Distribuidores e Livreiros, Ltda, 1997.

METTINGER, Tryggve N. D. **O significado e a mensagem dos nomes de Deus na Bíblia**. Tradução Daniel Sotello. Santo André: Ed. Academia Cristã Ltda., 2008.

MONASTÉRIO, Rafael Aguirre; CARMONA, Antonio Rodríguez. **Evangelhos sinóticos e Atos dos Apóstolos**. Trad. Alceu Luiz Orço. São Paulo: Editora Ave Maria, 2000.

MONDIN, Battista. **O homem: quem é ele?: elementos de antropologia filosófica**. 2ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

MONLOUBOU, Louis. **Os profetas do Antigo Testamento**. Trad. Benoni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1986.

MORA, Gaspar. Ética Sexual. In: VIDAL, Marciano. **Ética Teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P 486 – 513.

NÚÑEZ, Ángel González. **O casal humano na Bíblia**. Trad. Nanci Faria. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAULO VI. *Humanae Vitae* - Sobre a regulação da natalidade. São Paulo: Paulinas, 1968.

PERETTI, Clélia. Experiência religiosa e o itinerário do ser humano para Deus. In: ROSSI, Luiz A.S.; KUZMA, Cesar (Orgs.). **Cultura, religião e sociedade: um diálogo entre diferentes saberes**. Curitiba: Champagnat, 2010. P. 48 – 69.

PÉREZ, G. Aranda; MARTÍNEZ, F. Garcia; FERNÁNDEZ, M. Pérez. **Introdução ao Estudo da Bíblia: Literatura Judaica Intertestamentária**. Trad. Prof. Mário Gonçalves. São Paulo: Editora Ave Maria, 2000.

PROTHERO, Stephen. **As grandes religiões do mundo: conheça as oito maiores religiões do mundo e descubra o que faz a diferença entre elas**. Tradução Joel Macedo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RAMOS, Frederico Pastor. **A Família na Bíblia**. Tradução de Lúcia M. Endlich Ort. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

RAMPAZZO, Lino. **Antropologia, religiões e valores cristãos**. São Paulo: CEDAS. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

RAVASI, Gianfranco. **O Ocidente nasceu no jardim do Édem**. Disponível em: [HTTP://www.ihu.unisinos.br/noticias/515400-o-ocidente-nasceu-no-jardim-do-edem-artigo-de-gian-franco-ravasi](http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515400-o-ocidente-nasceu-no-jardim-do-edem-artigo-de-gian-franco-ravasi). Acesso em 10/12/2012.

RENDTORFF, Rolf. **Antigo Testamento: uma introdução**. São Paulo: Editora Academia Cristã LTDA, 2009.

RHONHEIMER, Martin. **Ética de La Procreación**. Madrid: RIALP, 2004.

SAMUEL, Albert. **As religiões hoje**. Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1997.

SANCHES, Mário Antônio. **Bioética: ciência e transcendência**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Religião e Ciência: o porquê do diálogo**. In ROSSI, I. A. S.; KUZMA, Cesar. *Cultura religião e sociedade: um diálogo entre diferentes saberes*. Curitiba: Champagnat, 2010. P. 155-167.

SANCHES, M. A.; VIEIRA, J. O.; MELO, E. A. de. **A dignidade do embrião humano: diálogo entre teologia e bioética**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2012.

SANCHES, Mário Antônio. VIEIRA, José Odair. In *Ciberteologia: Revista de teologia & Cultura*, ano VI, n.32. A vida nascente nas Sagradas Escrituras e na história da Igreja, 2010. P. 14-27.

SAULNIER, Christiane. ROLLAND, Bernard. **A Palestina no tempo de Jesus**. Trad. José Raimundo Vidigal. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

SCHERER, Burkhard (organizador). **As grandes religiões: temas centrais comparados**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martin. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.

TASSIN, Claud. **O Judaísmo: do exílio ao tempo de Jesus**. Trad. Isabel F. L. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988.

TILLICH, Paul. *The spiritual situation in our technical society*. Macon, Georgia: Mercer University Press, 1988, p.160.

TORRE DIAS, Javier de La. **Diversos Paradigmas em torno do planejamento familiar: do Senador Romano Metelo ao Método Ogino**. Madrid, 2013. 22f. (Manuscrito).

VALENÇA, Rachel Teixeira. **Biblioteca de História: Grandes personagens de todos os tempos – Lutero – nº 17**. São Paulo: Editora Três, 1974.

VIDAL, Marciano. **Ética Teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes 1999.

VV. AA. **Uma leitura dos Atos dos Apóstolos**. Tradução de José Raimundo Vidigal. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

WEBER, Alfred. **História sociológica da cultura**. Tradução M. E. Costa da Fonseca, M. M. Duarte Sequeira. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

**ANEXO A – FICHA DOS DESCRITORES**

**PROJETO DE PESQUISA: PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE NO  
CONTEXTO DA TEOLOGIA E BIOÉTICA**

Equipe de pesquisadores – Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR: Mário Antonio Sanches, Miguel Fernando Rigoni, Juarez Celso Krum, Edésia de Souza Sato, Renato Barbosa dos Santos

Obs.: Alguns descritores serão verificados separadamente em relação à gravidez do primeiro e do último filho.

- Identificar se a pessoa/sua parceira está grávida (critérios de exclusão)

**DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Identificação de Gênero</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>2</b>	<b>Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>3</b>	<b>Religião: pertença / grau de participação</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>4</b>	<b>Estado civil na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>5</b>	<b>Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>6</b>	<b>Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>
<b>7</b>	<b>Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <p align="center"> <input type="checkbox"/> Indispensável    <input type="checkbox"/> Necessário    <input type="checkbox"/> Dispensável         </p>	<p align="center"><b>Nota</b></p> <p align="center"> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> </p>

<b>8</b>	<b>Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>DESCRITORES QUE INDICAM PROJETO DE PARENTALIDADE</b>		
<b>9</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho fora planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>10</b>	<b>Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>11</b>	<b>As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>12</b>	<b>O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>13</b>	<b>O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>14</b>	<b>O cuidado do primeiro/último filho se tornou preocupação constante</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>15</b>	<b>A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>16</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>

- 17** **A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 18** **Ocorrência de aborto no núcleo familiar**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- DESCRITORES QUE INDICAM MODELO DE FAMÍLIA (F)**
- 19** **A decisão de engravidar do primeiro/último filho fora compartilhada pelo (a) parceiro (a)**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 20** **Ocorrência de ajuda profissional para conseguir engravidar do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 21** **Com quem a pessoa morava quando soube da gravidez do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 22** **Um dos parceiros não queria o primeiro/último filho por já ter filho de outro relacionamento**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 23** **A pessoa assumiu a gravidez do primeiro/último filho sozinha**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 24** **Apoio da família do(a) respondente à gravidez do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 25** **Influência da atividade profissional da mulher na decisão de engravidar mais tarde (adiar a primeira gravidez)**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |



<b>26</b>	<b>Influências de terceiros (familiares, religiosos, profissionais de saúde) na decisão em ter filhos</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>27</b>	<b>Participação da pessoa na tomada de decisão na hora de conflito (aborto, doenças, doar o filho)</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>28</b>	<b>Cuidado pessoal com os filhos: acompanhamento na escola/ responsabilidade financeira/ tempo investido com os filhos/ acompanhamento religioso.</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>29</b>	<b>Decisão de a mulher engravidar relacionada com sua idade (evitar gravidez de risco)</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>DESCRITORES RELACIONADOS COM VISÃO DE SEXUALIDADE (S)</b>	
<b>30</b>	<b>Uso de contraceptivo antes da gravidez do primeiro/último filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>31</b>	<b>Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em ter filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>32</b>	<b>Decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>33</b>	<b>Realização pessoal/ alegria em ter o filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>34</b>	<b>Vínculo afetivo materno/paterno do entrevistado</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável

**35** **Onde recebeu informações sobre sexualidade: família/escola/comunidade religiosa**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**36** **Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de engravidar**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**37** **Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de adquirir doença**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**38** **Idade de início da sua atividade sexual**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**39** **Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença o grupo / afirmação da identidade)**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**40** **Ocorrência de abusos sexuais de criança na família**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**DESCRITORES RELACIONADOS COM INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO (R)**

**41** **Influência da religião na escolha ou não de método contraceptivo**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**42** **Para o entrevistado a sexualidade está vinculada aos seguintes pontos: naturalidade / espiritualidade/ promiscuidade**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**43** **Os filhos são compreendidos como sinais da bênção de Deus**

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

<b>44</b>	<b>Identificar se o uso de preservativos induz à promiscuidade</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>45</b>	<b>Filho como projeto do casamento / ou relacionamento</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>DESCRITORES RELACIONADOS COM QUESTÃO SOCIAL (QS)</b>		
<b>46</b>	<b>Um dos pais está ausente da vida do primeiro/último filho por morte ou separação</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>47</b>	<b>Participação da mulher em algum serviço de saúde tido como de planeamento familiar na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>48</b>	<b>Participação da mulher em serviço pré-natal na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>49</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho visava melhorar o relacionamento com o parceiro (a)</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>50</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho visava uma melhor situação social ou econômica</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>51</b>	<b>Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em cuidar de filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>52</b>	<b>O acesso aos serviços de saúde (materno-infantil) fora incentivado pela família/ escola/ pela comunidade religiosa</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>

<b>53</b>	<b>A ocorrência de violência contra a criança decorreu de situações familiares/ econômicas/droga</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>54</b>	<b>O filho é um peso/uma sobrecarga</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>55</b>	<b>Ocorrência de morte na família relacionada com parto</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>56</b>	<b>Ocorrência de morte de criança (antes de 5 anos) na família</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>57</b>	<b>Dificuldade da mulher em adquirir um emprego por ter filho</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>58</b>	<b>Identificação de quem exerce a chefia da família</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>

**ANEXO B – INSTRUMENTO ENCAMINHADO PARA PROJETO  
PILOTO**

## DESCRITORES – PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE

RESPOSTAS ESPECÍFICAS

## 1 - Identificação de Gênero

<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Outro
-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------

## 58 – Quem exerce a chefia da família

<input type="checkbox"/> O homem	<input type="checkbox"/> a mulher	<input type="checkbox"/> Outro
----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------

## 3 – Religião:

Participação Religiosa	Grau de Participação
<input type="checkbox"/> Católico	<input type="checkbox"/> Não Participante
<input type="checkbox"/> Evangélico	<input type="checkbox"/> Participante
<input type="checkbox"/> Judeu	<input type="checkbox"/> Agente / Obreiro
<input type="checkbox"/> Islâmico	<input type="checkbox"/> Ministro / Ministérios
<input type="checkbox"/> Religiões Orientais	<input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
<input type="checkbox"/> Religiões Afro-brasileiras	
<input type="checkbox"/> Sem religião	
<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____	

## 4 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho

<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado
<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> União Estável
<input type="checkbox"/> Separado Judicialmente	<input type="checkbox"/> Divorciado

## 5 - Escolaridade na gravidez do primeiro

<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série não concluída	<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série concluída	<input type="checkbox"/> 8 <sup>a</sup> . série concluída
<input type="checkbox"/> Ensino Médio concluído	<input type="checkbox"/> Curso Superior concluído	

## na gravidez do último filho

<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série não concluída	<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série concluída	<input type="checkbox"/> 8 <sup>a</sup> . série concluída
<input type="checkbox"/> Ensino Médio concluído	<input type="checkbox"/> Curso Superior concluído	

## 7 - Identificação da renda familiar atual FGV)

- Classe A: Acima de R\$9.745,00  
 Classe B: de R\$7.475,00 a R\$9.745,00  
 Classe C: de R\$1.734 a R\$7.475,00  
 Classe D: de R\$1.085,00 a R\$1.734,00  
 Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.085,00

## 8 - Identificação da situação de ocupação na gravidez do primeiro filho

<input type="checkbox"/> Empregado(a)	<input type="checkbox"/> Desempregado(a)	<input type="checkbox"/> Autônomo(a)	<input type="checkbox"/> Do lar
---------------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------

## do último filho

<input type="checkbox"/> Empregado(a)	<input type="checkbox"/> Desempregado(a)	<input type="checkbox"/> Autônomo(a)	<input type="checkbox"/> Do lar
---------------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------

## 21 - Com quem morava quando soube da gravidez do primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sozinha	<input type="checkbox"/> Com amigos	<input type="checkbox"/> Com os pais	<input type="checkbox"/> Com o(a) parceiro(a)
----------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---

## último filho

<input type="checkbox"/> Sozinha	<input type="checkbox"/> Com amigos	<input type="checkbox"/> Com os pais	<input type="checkbox"/> Com o(a) parceiro(a)
----------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---

## 2 - Número de filhos.

Consanguíneos	Adotivos	Por Reprodução Assistida
<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 0
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
<input type="checkbox"/> 5 ou mais	<input type="checkbox"/> 5 ou mais	<input type="checkbox"/> 5 ou mais

## 30 – Uso de contraceptivo:

<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> camisinha
<input type="checkbox"/> cirurgia	<input type="checkbox"/> pílula contínua
<input type="checkbox"/> DIU	<input type="checkbox"/> pílula do dia seguinte
<input type="checkbox"/> método natural	<input type="checkbox"/> outro método

## 6 - Idade em que a pessoa teve o primeiro filho

<input type="checkbox"/> Com menos de 18 anos	<input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos	<input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos
<input type="checkbox"/> Entre 36 e 50 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 50 anos	

## o último filho

<input type="checkbox"/> Com menos de 18 anos	<input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos	<input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos
<input type="checkbox"/> Entre 36 e 50 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 50 anos	

RESPOSTA SIM OU NÃO

## 20 – Houve ocorrência de ajuda profissional para conseguir engravidar

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 31 – Houve separação do casal devido às dificuldades em ter filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 32 – Houve decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 55 – Houve ocorrência de morte na família relacionada com parto

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 56 – Houve ocorrência de morte de criança (antes de 5 anos) na família

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 51 – Houve ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em cuidar de filho:

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 22 - Um dos parceiros não queria o filho por já ter filho de outro relacionamento

## Primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## Último filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## 23 - A pessoa assumiu a gravidez sozinha

## Primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

## Último filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

46 – Por motivo de **morte** um dos pais está ausente da vida primeiro filho

Sim  Não

Do último filho

Sim  Não

Por motivo de **separação** um dos pais está ausente da vida primeiro filho

Sim  Não

Do último filho

Sim  Não

DÊ UMA NOTA DE 0 A 4.

09 – Houve planejamento na gravidez do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

10 - Os riscos relacionados com a maternidade foram avaliados antes da gravidez:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

13 - O (a) parceiro (a) acolheu:  
o primeiro filho

zero  1  2  3  4

o último filho

zero  1  2  3  4

15 – Chegou-se a pensar no aborto  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

17 – A atual preocupação do(a) parceiro (a) com:  
o primeiro filho

zero  1  2  3  4

o último filho

zero  1  2  3  4



19 – A participação do (a) parceiro (a) na decisão de engravidar:  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

24 - Apoio da família na gravidez do  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

47 - Participação da mulher em serviços de saúde sobre planejamento familiar na gravidez  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

48 - Participação da mulher no serviço pré-natal na gravidez  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

49 - A gravidez ocorreu para melhorar o relacionamento com o parceiro (a):  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

50 – A gravidez ocorreu para melhorar a situação social ou econômica:  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

34 – O teu vínculo com a mãe:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

com teu pai:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

35 - Recebeu informações sobre sexualidade:

De familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

da escola

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

de profissionais de saúde

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

25 - Influência da atividade profissional da mulher na decisão de engravidar mais tarde (adiar a primeira gravidez)

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

29 –Influência da idade da mulher na decisão de engravidar:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

26 - Influências na decisão em ter filhos;  
influência de familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de profissionais de saúde

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

52 –Influência no acesso aos serviços de saúde (materno-infantil):

Influência de familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência da escola

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de campanhas públicas

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

37 –Influenciada da possibilidade de adquirir doença na prática sexual:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

41 –Influência da religião na escolha do método contraceptivo

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

44 – Influência do uso de preservativos na prática de relacionamento com mais de uma pessoa

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

57 – Influência do fato da mulher ter filho na dificuldade de se conseguir emprego

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

43 – A compreensão dos filhos como sinais da bênção de Deus:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

45 – Como se avalia a relação entre ter filhos e casamento

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

53 – Há ocorrência de violência contra a criança:

- por dificuldades de relacionamento:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

- por dificuldades econômicas:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

- por causa de drogas

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------